

Materiales

para la historia del deporte

n.º 21 - 2021



POLITÉCNICA



Asociación Andaluza de



Historia del Deporte

O RURAL CIVILIZADO: A EXPERIÊNCIA DO HIPISMO NO JACAREPAGUÁ TÊNIS CLUBE (RIO DE JANEIRO; 1940-1957)

El rural civilizado: La experiencia de la hípica en el Jacarepaguá Tênis Clube (Rio de Janeiro; 1940-1957)

The civilized rural: The equestrian experience of Jacarepaguá Tênis Clube (Rio de Janeiro; 1940-1957)

Victor Andrade de MELO

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Resumo

Fundado em 1939, o Jacarepaguá Tênis Clube foi uma das únicas agremiações dos subúrbios cariocas a ter uma equipe de hipismo, modalidade usualmente praticada por gente de estrato socioeconômico alto. Este artigo tem por objetivo discutir, a partir de sua repercussão pública, a experiência dessa sociedade esportiva considerando que as iniciativas associativas são relevantes indicadores dos processos de urbanização, conformação de identidades e produção do espaço. Adotou-se o recorte temporal de 1941 a 1957, período em que a equitação existiu no clube investigado. Como fontes, majoritariamente foram utilizados revistas e jornais publicados no Rio de Janeiro. Ao final, conclui-se que o incentivo ao esporte equestre foi mobilizado no sentido de forjar uma boa imagem para o clube, o apresentando como expressão do rural civilizado que caracterizaria o bairro.

Palavras chave: História do Esporte, História do Rio de Janeiro, hipismo.

Resumen

Fundado en 1939, Jacarepaguá Tênis Clube fue uno de los únicos clubes de los suburbios de Río de Janeiro que contó con un equipo de hípica, modalidad que habitualmente practican personas de alto nivel socioeconómico. Este artículo tiene el objetivo de discutir, desde su repercusión pública, la experiencia de esta sociedad deportiva considerando que las iniciativas asociativas son indicadores relevantes de los procesos de urbanización, conformación de identidades y producción del espacio. Se adoptó el marco temporal de 1941 a 1957, período en el que existía la equitación en el club investigado. Como fuentes se utilizaron principalmente revistas y periódicos publicados en Río de Janeiro. Al final, se concluye que el incentivo al deporte ecuestre se movilizó con el fin de forjar una buena imagen para el club, presentándolo como una expresión de lo rural civilizado que caracterizaría al barrio.

Palabras clave: Historia del Deporte, Historia de Rio de Janeiro, hípica.

Abstract

Founded in 1939, Jacarepaguá Tênis Clube was one of the only clubs in the suburbs of Rio de Janeiro that had a team of horse riding, a sport usually practiced by people from high socioeconomic strata. This article aims to discuss, from its public repercussion, the experience of this sports society considering that associative initiatives are important indicators of processes of the urbanization, formation of identities and space production. The time frame from 1941 to 1957 was adopted, a period in which horse riding existed in the investigated club. As sources, they were used mostly magazines and newspapers published in Rio de Janeiro. It is concluded that the incentive to equestrian sport was mobilized in order to build a good image for the club, presenting it as an expression of the civilized rural that would characterize the neighbourhood.

Keywords: Sport History, Rio de Janeiro History, horse riding.

Introdução

No dia 15 de fevereiro de 2020, em matéria dedicada a discutir o crescimento da atuação de milícias no Rio de Janeiro, um jornalista fez referência a uma região da cidade que se tornara centro de muitos conflitos:

É o caso, por exemplo, da Grande Jacarepaguá, na zona oeste do Rio, que convive com uma sangrenta guerra entre milicianos e traficantes do Comando Vermelho (CV) há mais de um ano. As informações anônimas passadas refletem essa realidade. Na Praça Seca, também na região oeste, principal palco da disputa por território, as denúncias quase triplicaram na comparação entre 2019 e o ano anterior. Foi o maior crescimento registrado pelo levantamento (Barreto Filho 2020, 1).

Essa não foi a primeira vez que notícias sobre episódios violentos ocorridos na Praça Seca chegaram aos meios de comunicação, tampouco seria a última. Tristes imagens de uma região que num passado não muito distante era reconhecida por ser bucólica. Vieira (2019, 4) lembra que “até o começo do século XX, Jacarepaguá ainda se mantinha com baixas taxas de ocupação populacional e conservava características agrárias, como engenhos, chácaras, árvores centenárias e edificações do século XVII”.

A Praça Seca foi o primeiro núcleo de urbanização de Jacarepaguá. Seu nome deve-se ao antigo proprietário da região, o Visconde de Asseca, um dos pioneiros a promover seu desenvolvimento econômico. Deve-se ter em conta que ficava próxima de um importante entroncamento da cidade, o Largo do Campinho, onde, desde o século XVIII, se constituiu uma área de negócios e serviços (Martins 2009).

Waldemar Costa (1986) sugere que as estações de trens instaladas nas redondezas – Cascadura (1858), Madureira (1890), Dona Clara (1897) e Magno (1898) – foram importantes impulsionadoras do desenvolvimento da Praça Seca. Uma linha de bondes de tração animal, inaugurada em 1875, facilitou o alcance da linha férrea, melhorando o acesso a Jacarepaguá.

Segundo o autor, essa nova possibilidade de transporte facilitou até mesmo o cultivo de um hábito do Barão da Taquara, cuja família se tornou proprietária das antigas terras do Visconde de Asseca. Dono de cavalos de corridas, foi frequentador do Jockey Club e um dos fundadores do Derby Club, as mais importantes agremiações do turfê fluminense (Melo 2001). Vale citar essa ocorrência por ser um indício de que havia na região, desde a segunda metade do século XIX, alguma relação com os esportes equestres, o que não chega a surpreender dadas suas características rurais.

O Barão da Taquara foi um dos personagens mais importantes da história de Jacarepaguá, protagonista de importantes avanços na urbanização promovidos a partir dos anos 1900 (Costa 1986), quando se tornou mais intenso o processo de arruamento e de instalação de alguns serviços básicos. Vagarosamente, chegavam à Praça Seca algumas iniciativas de modernização relacionadas à difusão de ideais de civilização e progresso, algo que marcou o Rio de Janeiro na transição dos séculos XIX e XX, explícito num conjunto de reformas urbanas de grande impacto realizadas nas zonas Centro e Sul.

Nas décadas seguintes, diversas iniciativas municipais contribuíram para o desenvolvimento local. Por exemplo, na gestão de Paulo de Frontin (1919), modernizou-se a Estrada de Jacarepaguá (atual Cândido Benício). Já na administração Henrique Dodsworth (1937-1945), se iniciou a construção da estrada Grajaú-Jacarepaguá. A região foi paulatinamente se tornando mais urbana e integrada à cidade, sem abandonar de imediato suas características rurais (Santos 2011).

Os estudos de Abreu (1987) e Miyasaka (2016) ajudam a melhor perspectivar o perfil e as mudanças pelas quais passou a região. Em 1890, já havia a Freguesia de Jacarepaguá, integrando a Zona Suburbana da cidade. Possuía cerca de 16 mil habitantes (não somente a Praça Seca, ainda que essa fosse a principal área), menos do que Inhaúma, mais do que as outras dos subúrbios (Irajá, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador, Ilha de Paqueta).

Em 1906, o quadro mudou. Jacarepaguá passou a ser, dos sete Distritos da Zona Suburbana, o segundo menos habitado, reduzindo-se o número de moradores para quase 15.000. Explica-se tal

ocorrência por ter perdido uma parte de sua área para o Distrito da Tijuca (criado em 1903), bem como por não ser tão próximo da linha férrea como outras regiões do subúrbio que cresceram notavelmente (Abreu 1987). Em 1920, quase chegou aos 20 mil habitantes, mantendo-se um dos menos populosos.

Suas características rurais eram aparentes no perfil de ocupação dos moradores. Em 1890, das 21 Freguesias da cidade, era a terceira maior no tocante a trabalhadores da agricultura. Em 1906 e 1920, cresceu o número de habitantes com outras profissões, mas destacava-se mesmo por ser o quarto Distrito no que tange a gente envolvida com o setor agrícola.

Em 1940, Jacarepaguá ultrapassou os 71 mil habitantes, na década seguinte alcançando cerca de 107 mil. O processo de crescimento populacional e diversificação societária foram mais paulatinos do que em outras regiões da cidade. Manteve-se por mais tempo uma estrutura econômica na qual donos de terra exploravam agricultores, convivendo com produtores que trabalhavam em propriedades menores, açodados constantemente por conflitos fundiários (Santos 2013). De outro lado, no Distrito passaram a viver empresários, educadores, médicos, advogados e oficiais militares, em geral atraídos por um estilo de vida tranquilo e preços acessíveis para adquirir uma boa residência (Costa 1986).

Essa composição ajuda a entender as características iniciais do movimento agremiativo da região. De um lado, como em outros bairros, o crescimento populacional e a diversificação societária foram importantes fatores no tocante ao surgimento de clubes, inclusive os dedicados ao esporte. De outro, mesmo com a variedade de iniciativas, o processo foi mais tardio e lento do que em outras áreas da cidade.

Em 1915, fundou-se, na Praça Seca, a primeira agremiação que logrou algum destaque, a Associação Atlética Jacarepaguá, presidida pelo capitão Alberto Militão da Rocha, personagem importante da região (“Associação Atlética Jacarepaguá”, *O Século*, 18 dez. 1915, 1). A diretoria era integrada por oficiais do Exército e advogados. Além do caráter social, dedicava-se à prática do futebol, tendo participado de muitos eventos organizados por associações dos subúrbios, em especial pelo Cascadura Futebol Clube¹. Chegou a integrar uma liga importante, a Associação Atlética Suburbana. Os jogos promovidos no seu campo aparentemente eram ocasiões muito festivas, contando com bom público e atividades como exibições de bandas de música e bailes².

A propósito, deve-se fazer referência ao Cafundá Clube, dedicado a promover bailes, ativo na segunda metade dos anos 1900, provavelmente uma das pioneiras agremiações da Praça Seca. Um de seus dirigentes notáveis foi o Dr. Francisco Pinto da Fonseca Telles, filho do Barão da Taquara. Na década seguinte, houve, com fins semelhantes, o Clube Flor do Amor. Ambos promoveram animadas festas carnavalescas³.

Vale observar que, na década de 1930, além de blocos de carnaval, surgiram duas escolas de samba na região, a Corações Unidos e a Vai se Quiser. Nos anos 1950, se uniram dando origem ao Grêmio Recreativo Esporte e Samba União de Jacarepaguá (Costa 1986). Perceba-se como a prática esportiva e as atividades carnavalescas se integravam no âmbito do divertimento público.

Nos *grounds* de futebol, antecederam a Associação Atlética alguns clubes de menor repercussão, tal como o Zenith. Tais agremiações também se constituíram em importantes espaços de festa e sociabilidade⁴. A essas se juntaram duas sociedades dedicadas ao teatro, o Clube Dramático Familiar de Jacarepaguá e o Clube Recreativo de Jacarepaguá.

Há que se ter em conta que, nos anos 1910, houve, no Rio de Janeiro, uma grande difusão de agremiações de futebol (Santos 2010) e teatro (Penna-Franca 2016). São uma expressão da conformação de uma elite local que aderiu a ideias de civilização e progresso na perspectiva de modernização dos costumes. Ao mesmo tempo em que ao seu redor se organizavam as lideranças

¹ Ver, por exemplo: “Futebol”, *Jornal do Comércio*, 5 jan. 1918, 6.

² Ver, por exemplo: “Futebol”, *O Século*, 29 jan. 1916, 1.

³ Na década de 1930, além de blocos de carnaval, surgiram duas escolas de samba na região, a Corações Unidos e a Vai se Quiser. Nos anos 1950, se uniram dando origem ao Grêmio Recreativo Esporte e Samba União de Jacarepaguá (Costa 1986).

⁴ Ver, por exemplo, uma descrição de festa promovida no Zenith: “Futebol”, *O Paiz*, 17 dez. 1913, 10.

dos bairros, suas atividades difundiam novos hábitos por essas considerados adequados para localidades que estavam se estruturando e tinham que lidar mesmo com certos estigmas, representações que consideravam os subúrbios como o oposto da região central da cidade que passava por um processo de modernização (Fernandes 1995).

Perceba-se que, nessa década, surgiu também, na Praça Seca, uma das grandes novidades modernas: o cinema. Em 1911, inaugurou-se um denominado apenas como Cinematógrafo. Em 1913, abriu as portas o Cine Lux, em 1929 renomeado para Cine Ipiranga (Sousa 2014). Entre outros, em 1950, foi criado o Cine Baronesa, uma iniciativa mais arrojada. O proprietário, Handelino Almeda Bonfim, também possuía uma moderna lanchonete à moda americana que movimentava a vida social da região (Costa 1986).

No decorrer dos anos 1920 e 1930, muitas agremiações futebolísticas foram criadas em Jacarepaguá, entre as quais algumas que lograram maior destaque local, como o Parames, o Albano, o Marangá e o Bandeirantes (Costa 1986). Nessas décadas, algumas dessas promoveram páreos de bicicleta, mas somente em 1949 fundou-se uma dedicada à modalidade: o Clube de Ciclismo de Jacarepaguá (“A Primeira demonstração do Clube de Ciclismo de Jacarepaguá”, *A Noite*, 13 jan. 1949, 1), que, no final do ano seguinte, deu lugar ao Velo Clube de Jacarepaguá (*Diário Oficial da União*, 31 jan. 1955, seção 1, 62).

Deve-se também fazer referência a clubes envolvidos com o basquete, como o Grêmio Ateniense, o União de Jacarepaguá e o Rex, fundado em 1938, dedicado centralmente à bola ao cesto, mas também ao voleibol e à peteca americana (“O Rex B. C”, *Jornal dos Sports*, 23 mar. 1938, 3). A agremiação promovia ainda provas de atletismo e estimulava o envolvimento feminino nos esportes.

Segundo Costa (1986), foi por divergências no interior do Rex que um grupo de associados tomou a iniciativa de fundar, em 1939, o Jacarepaguá Tênis Clube, agremiação que nos chamou a atenção por ser uma das únicas dos subúrbios a ter uma equipe de hipismo. Na verdade, nas origens da modalidade, em 1899, houve o Steeple-Chase Rural Clube, localizado na Penha (Melo e Peres 2016). Deve-se citar também que Santa Cruz teve um hipódromo nos anos 1920 (Melo 2009). Ambos, todavia, não se relacionavam com a melhor estruturação que teve a equitação no decorrer do século XX, quando se organizaram mais competições, clubes e ligas.

Ainda que em certa medida sejam contemporâneos, o turfê e o hipismo tiveram trajetórias distintas. Seus protagonistas pertenciam, aproximadamente, a um mesmo grupo social, proprietários de cavalos, gente de estrato socioeconômico alto. As corridas turfísticas, contudo, se popularizaram, contando, inclusive, com alguns personagens de destaque oriundos de camadas populares: os jóqueis (Melo 2001). Já a equitação, durante muito tempo, foi encarada como forma de educação das elites, bem como prática de importância na formação militar. Quando se organizou como uma modalidade esportiva, manteve-se restrita a grupos sociais de maior poder financeiro, assim como a oficiais do Exército (Melo e Peres 2016).

Somente a partir da década de 1910, a modalidade começou a melhor se estruturar com a criação do Clube Esportivo de Equitação. Nos anos 1930, o esporte teve maior impulso quando essa agremiação se uniu ao Centro Hípico Brasileiro dando origem à Sociedade Hípica Brasileira, cuja sede foi instalada nas redondezas do Jockey Club Brasileiro, na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Na década de 1940, a modalidade teve outro importante avanço com a criação da Federação Metropolitana de Hipismo, uma das fundadoras da Confederação Brasileira (1941), bem como com a estruturação das primeiras iniciativas do que seria a Escola de Equitação do Exército, a princípio instalada em Realengo. Nesse momento profícuo para o esporte, surgiu a equipe equestre do Jacarepaguá Tênis Clube⁵.

Este artigo tem por objetivo discutir, a partir de sua repercussão pública, a experiência dessa sociedade esportiva considerando que as iniciativas associativas são relevantes indicadores dos

⁵ Nas proximidades, na Barra da Tijuca, em 1935, foi criado o Itanhangá Golfe Clube, que também possuía equipe de hipismo. Essa agremiação, contudo, sempre esteve mais ligada à experiência da Zona Sul, não relacionada à Zona Suburbana.

processos de urbanização, conformação de identidades e produção do espaço⁶. Perceba-se que o Jacarepaguá Tênis Clube foi criado num momento em que já havia certa efervescência na vida social local, marcada, inclusive, por uma maior estruturação de um mercado de entretenimentos do qual faziam parte as agremiações esportivas que surgiram, um indicador de que na Praça Seca havia movimentos de adesão a ideias de civilização e progresso. A despeito disso, ainda se tratava de uma área rural, perfil que se manteve até os anos 1960 (Santos Junior 2016), quando se deu um fluxo de grande crescimento⁷. Havia, portanto, uma certa ambiência para o desenvolvimento de práticas equestres.

Neste estudo, adotou-se o recorte temporal de 1940 a 1957, período em que a equipe de hipismo do Jacarepaguá Tênis Clube manteve-se ativa. Para alcance do objetivo, tendo em vista que se procurou discutir a repercussão pública da iniciativa, como fontes foram majoritariamente utilizados revistas e jornais publicados no Rio de Janeiro, todos os títulos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, consultados a partir de palavras-chave (“Jacarepaguá Tênis”, “Hipismo”, Equitação”). Buscou-se também informações sobre a agremiação no Diário Oficial da União, veículo que publicava atos normativos oficiais do país.

Este artigo é parte de um projeto cujo intuito é discutir a heterogeneidade da formação dos subúrbios cariocas, nos dias atuais lamentavelmente muito relacionados a episódios de degradação urbana. No caso do bairro de Jacarepaguá, deve-se ter em conta que Santos e Dória (2013) apontam que há pouco conhecimento da sua história no que tange aos 60 anos iniciais do século XX.

Lançar um olhar sobre uma região ainda pouco investigada é contribuir não só para perceber de forma mais múltipla a história do esporte e a história do Rio de Janeiro, como também para reivindicar maior atenção e reconhecimento das diversas experiências que marcaram a trajetória da cidade. Mais ainda, esperamos ressaltar como as ocorrências esportivas podem ser úteis para observarmos as peculiaridades dos processos de urbanização.

Jacarepaguá Tênis Clube

Como vimos na introdução, na primeira metade do século XX, a Praça Seca, a despeito de manter muitas características rurais, já era uma região marcada por muitas iniciativas de modernização. Costa (1986) demonstra que era habitada por personagens de destaque na cidade, alguns deles envolvidos com o Jacarepaguá Tênis Clube.

Por exemplo, o compositor Braguinha morou na Praça Seca. Um de seus irmãos, Renato Braga, foi dirigente da agremiação. Outro, Abelardo, foi enxadrista (Costa 1986). Também viveu na região, com seu segundo marido (Tito Clement), a cantora Dalva de Oliveira, em muitas ocasiões homenageada no clube. Do âmbito artístico, por lá também moraram os maestros Guerra Peixe e Pixinguinha.

Viveram, na Praça Seca, renomados médicos (como José Matias Gurgel do Amaral, Manuel de Moraes, Álvaro Dias e Armando de Mesquita), engenheiros (Alfredo Maia), empresários (como Raul Caneco, proprietário do Estaleiro Caneco; Argemiro Bulcão, futuro dono do Jornal dos Sports, cujo irmão, Waldir, tinha fortes ligações com o Jacarepaguá Tênis Clube; o industrial Armindo da Fonseca; Joaquim de Oliveira, fundador dos Supermercados Leão; bem como muitos comerciantes), militares (como o General Francisco Paula Argolo, Ministro da Guerra de Rodrigues Alves), educadores importantes (como Ernani Cardoso e Sousa Marques), políticos (entre os quais Lauro Muller, Breno da Silveira, Cândido Benício e Geremário Dantas) (Costa 1986).

⁶ Para um debate sobre a importância dos clubes, ver Agulhon (2009). Sobre a relevância dos clubes no cenário suburbano, ver Melo (2020). Sobre o conceito de produção do espaço, ver Carlos (2019).

⁷ A região cresceu em função da instalação de um parque industrial farmacêutico e construção de muitos prédios nas antigas terras de lavradores, muitos tendo relação com conflitos de terra (Santos 2013). Nos dias de hoje, a Região Administrativa de Jacarepaguá é integrada pelos seguintes bairros: Jacarepaguá, Anil, Gardênia Azul, Curicica, Freguesia, Pechincha, Taquara, Tanque, Praça Seca, Vila Valqueire. Possui pouco mais de 570 mil habitantes (Instituto Pereira Passos, dados de 2010).

Perceba-se, portanto, que havia uma elite local bem constituída. Não seria improvável o surgimento de uma agremiação que procurasse melhor expressar sentidos de status e distinção, menos popular do que os clubes de futebol, sempre mais afeitos às dinâmicas de contatos públicos.

Note-se que, desde 1935, já circulavam nos jornais notícias sobre a intenção de criar o Jacarepaguá Tênis Clube. Um cronista do *Diário Carioca* sugeriu que, nesse ano, já estavam assentadas as suas bases, em pouco tempo havendo “mais de duas centenas” de adesões, “as figuras centrais daquela localidade e da sua vizinhança” (“Assentadas as bases de fundação do Jacarepaguá Tênis Clube”, *Diário Carioca*, 25 set. 1935, 15). Envolvidos com a iniciativa, se encontravam nomes conhecidos, como os já citados Souza Marques e Ernani Cardoso. Esse último cedeu as instalações de seu famoso colégio, o Ginásio Arte e Instrução, para as reuniões preparatórias.

A matéria deixa clara a intenção: reunir num clube as “melhores famílias de Jacarepaguá”, claramente uma indicação do estrato social dos envolvidos. Percebe-se também o intuito de estimular a prática de diversos esportes, bem como o de que a iniciativa pudesse contribuir com o progresso do bairro. A dificuldade maior, segundo o cronista, seria conseguir “um terreno adequado para a construção da sede social”.

A iniciativa teve repercussão em mais dois periódicos, o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, ambos efusivamente saudando a ideia de criação do clube. Para um cronista do primeiro, tendo em vista o progresso da região, era uma necessidade “a fundação de um clube elegante que proporcione a sua melhor sociedade reuniões esportivas e sociais de alta distinção” (“Comentando”, *Correio da Manhã*, 27 set. 1935, 11).

Não conseguimos saber os motivos que impediram a concretização da ideia. De toda forma, em junho de 1939, surgiu oficialmente o Jacarepaguá Tênis Clube, assumindo o compromisso de “promover entre seus associados a cultura física e todos os divertimentos e reuniões de caráter social” (*Diário Oficial da União*, 9 ago. 1940, seção 1, 90).

Essa segunda iniciativa teve, pelo menos a princípio, um perfil ligeiramente distinto da anterior: tratava-se de, como vimos, um grupo originário do Rex Basquete Clube. De toda forma, o primeiro presidente, José de Souza Muniz, funcionário da Central do Brasil, junto com os outros diretores, conseguiu rapidamente angariar muitos apoios entre a elite da Praça Seca (Costa 1986).

Muniz faleceu em 1940, assumindo a presidência Armando de Mesquita. Médico de renome, liderança do bairro, personagem de grande importância na trajetória da agremiação, o dirigente usou seu prestígio para potencializar o desenvolvimento e a repercussão pública do clube.

No mesmo ano de sua fundação, teve início a construção da sede num terreno que ia da Rua Capitão Menezes até o Beco Mário Pereira. Contando com rápida adesão de sócios, de início, foram construídas quadras para a prática do basquete e do vôlei (“Pelos subúrbios”, *Jornal do Brasil*, 1 mar. 1940, 16), logo promovendo-se torneios internos dessas modalidades. Previu-se também a instalação de uma piscina e estruturas para o tênis e a equitação (“Cresce o Tênis Clube de Jacarepaguá”, *O Imparcial*, 17 nov. 1940, 4). Perceba-se que a agremiação se manteve distante do popular futebol.

A rápida estruturação da sede foi motivo de celebração por muitos cronistas, encarada como sinal de que eram convictas as pretensões da agremiação, o que, na interpretação de um periodista, daria à Praça Seca “um ponto de reuniões sociais e esportivas, o que não existia até então, porque não havia em Jacarepaguá um clube social e esportivo, e sim projetos” (“Atividade nos pequenos clubes”, *O Jornal*, 22 nov. 1940, 8). Note-se que esse discurso desconsiderava a importante experiência de outras associações locais, demarcando bem a distinção que cercava a nova iniciativa.

Tanto a repercussão quanto a rapidez das obras tinham relação com o estrato social dos associados do Jacarepaguá Tênis. No olhar de um cronista, “o longínquo e populoso bairro (...) já possui seu clube de elite, onde poderão se reunir as famílias da localidade (...), podendo mesmo ser comparado aos grandes clubes da metrópole” (“No setor do esporte pequeno”, *Diário da Noite*, 20 nov. 1940, 7). Outro periodista o definiu como “clube grão-fino dos subúrbios” (“Pelos subúrbios”, *Jornal do Brasil*, 31 mar. 1940, 7).

As ações da diretoria apontavam para a busca de uma repercussão que extrapolaria as fronteiras do Distrito. Apresentavam uma visão não estereotipada dos subúrbios: não era o lugar somente do rural e da ausência de práticas civilizadas; por lá também se aderiu a ideias de progresso.

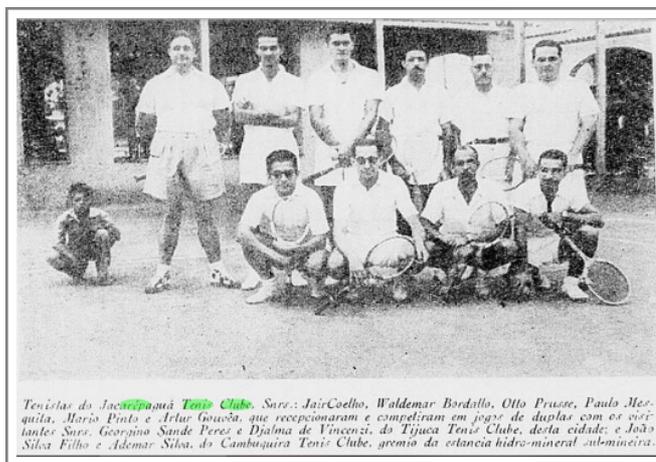
O Jacarepaguá Tênis seria uma expressão do rural civilizado que supostamente deveria caracterizar o bairro, um ajuste entre duas noções que poderiam, a princípio parecer opostas, mas que, na verdade, se ajustaram e interpenetraram em várias ocasiões. Na verdade, alguns estudiosos já discutiram que essa é uma regularidade em muitas localidades do Brasil, identificando-se persistências e convivências entre o rural e o urbano, um certo ajuste e hibridismo de experiências e representações que incide diretamente sobre a vida cotidiana (Rocha e Pizzolatti 2005; Rodrigues 2014).

Na mesma medida, as iniciativas da diretoria conformavam uma representação de elite para a cena pública local, sendo o clube uma arena na qual se podia identificar quem eram as lideranças de Jacarepaguá. Antes mesmo dos eventos esportivos, o que garantiu tal reconhecimento foram as festas e bailes promovidos, ocasiões de acesso restrito, mas que mobilizavam o bairro⁸.

Tais ocasiões também ajudavam na construção e celebravam a sede⁹, inaugurada solenemente, em 1941, com um jogo de basquete contra o Grajaú Tênis Clube (“O Jacarepaguá Tênis Clube inaugura hoje”, *A Noite*, 14 jun. 1941, 7), agremiação criada em 1925, cujos associados tinham um perfil societário de estrato médio¹⁰. Logo chegava aos jornais sua intensa programação social – festas, bailes, shows e apresentações teatrais – e esportiva – partidas de voleibol, basquetebol, ping pong¹¹. Na inauguração das quadras de tênis, estiveram presentes grandes nomes da modalidade que, junto com a equitação, foi relevante na consolidação de uma imagem de elite para a associação (“Tênis”, *Jornal do Brasil*, 8 ago. 1941, 12) (Figura 1).

De fato, Armando de Mesquita potencializou a dupla intenção do clube. De um lado, o tornou ainda mais visível na cidade. De outro, reiterou seus compromissos com o local, como certa feita bem afirmou um dos diretores: “tudo temos feito, à medida de nossas forças, para incrementar o progresso de nosso bairro que, infelizmente, não havia logrado ainda as vistas generosas da Municipalidade” (“Coisas da cidade”, *Jornal do Brasil*, 2 dez. 1941, 6).

Uma expressão dessa intenção de contribuir com o desenvolvimento do bairro foram as atividades beneficentes promovidas, como o “Natal dos pobres de Jacarepaguá”, evento organizado durante anos no qual se contava com a contribuição dos comerciantes locais para distribuir alimentos e brinquedos às famílias de poucas posses (“O Natal dos pobres de Jacarepaguá”, *A Manhã*, 24 dez. 1944, 5). Os cronistas usualmente reconheciam tais ações como importantes contributos para o progresso da região¹².



Tenistas do Jacarepaguá Tênis Clube. Srs.: Jair Coelho, Waldemar Bordallo, Otto Prusse, Paulo Mesquita, Mário Pinto e Arlur Góssia que receberam e competiram em jogos de duplas com os srs.: André Sara, Geórgio Sande Perez e Djalma de Viveiros, do Tijuca Tennis Clube, desta cidade; e João Silva Filho e Ademar Silva, do Cambuquira Tennis Clube, gremio da estância hidro-mineral subterrânea.

Figura 1. Equipe de tênis do Jacarepaguá em evento no clube. Fonte: *Sport Ilustrado*, 7 out. 1943, 15.

⁸ Ver, por exemplo: “A grande festa caipira do Jacarepaguá T. Clube”, *Diário Carioca*, 28 jun. 1940, 11. Mesmo as festas carnavalescas eram de acesso limitado, sem convites extras e com restrições no que tange às fantasias e comportamentos (ver, por exemplo: “Carnaval nos pequenos clubes”, *Diário da Noite*, 22 fev. 1941, 7).

⁹ Ver, por exemplo: “Festa da cumeieira no Jacarepaguá Tênis Clube”, *Diário Carioca*, 16 ago. 1940, 8.

¹⁰ Para mais informações sobre o Grajaú, ver Leite (2012).

¹¹ Ver, por exemplo: “No Jacarepaguá T. C”, *A Noite*, 5 ago. 1941, 7. Tornou-se comum os jornais anunciarem a programação sempre intensa do clube.

¹² Ver, por exemplo: “A trajetória brilhante do Jacarepaguá T. C”, *Jornal dos Sports*, 25 jul. 1941, 5.

Perceba-se que, sintonizado com o espírito de seu tempo¹³, Mesquita definiu a agremiação como “escola de civismo”, uma coadjuvante “eficiente e prática para tornar os esportes um núcleo viril da nacionalidade” (“A trajetória brilhante do Jacarepaguá T. C”, *Jornal dos Sports*, 25 jul. 1941, 5). Um cronista fez eco a tais intenções: “A petizada do bairro encontra, (...), ali vasto campo para o desenvolvimento físico e aproveitamento de suas qualidades esportivas” (“O Aniversário do Jacarepaguá Tênis Clube”, *A Manhã*, 17 jul. 1942, 9). O Jacarepaguá Tênis passou mesmo a ser reconhecido por sua intensa atividade: torneios internos, jogos com outros clubes, participação em campeonatos. Destacava-se o grande envolvimento feminino nas modalidades (Figura 2).



Figura 2. Equipes femininas de vôlei do Jacarepaguá (em pé) e do Mackenzie (agachadas). Fonte: *Sport Ilustrado*, 5 ago. 1943, 20.

Alguns bons resultados foram motivos de celebração no bairro, como a vitória da equipe de basquete sobre o Flamengo, agremiação de prestígio na cidade (“O Jacarepaguá derrotou o Flamengo”, *O Imparcial*, 2 nov. 1941, 12). A propósito, várias sociedades esportivas de renome estiveram na sede da Praça Seca, entre as quais o Fluminense, o América e o Tijuca Tênis Clube¹⁴.

A fim de consagrar sua inserção nos meios esportivos cariocas, em pouco tempo o Jacarepaguá se associou a ligas de diversas modalidades. Em 1942, já integrava a Federação Metropolitana de Voleibol e de Basquetebol. No ano seguinte, se ligou à Federação Metropolitana de Tênis.

Enfim, rapidamente a agremiação logrou sucesso. O título de uma matéria, bastante elogiosa e cheia de fotos, é uma expressão de suas representações: “Um clube extremamente familiar. Quatro anos de existência e progresso. Difunde eugenia. Sociabilidade e desportismo” (*Sport Ilustrado*, 5 ago. 1943, 20). Sempre se ressaltava a elegância de sua sede e o fato de que era uma associação de elite que assumiu compromissos com o bairro, a cidade e a nação por meio de sua disposição de educar a juventude.

No mesmo ano de 1943, em outra matéria cheia de elogios, entre as imagens da sede social e instalações esportivas, se publicou uma da pista de equitação (Figura 3). Segundo o cronista, “são simplesmente notáveis as festas hípicas que o Jacarepaguá Tênis Clube realiza. Com o concurso sempre brilhante de amazonas, oficiais de nosso Exército e civis em geral, elas têm transcurso ímpar” (“Jacarepaguá Tênis Clube”, *Rio Social*, jan.-fev. 1943, 56). Nesse sentido, poderia o clube “jatar-se do núcleo ‘raffine’ criado para a satisfação da sociedade carioca”. Entre tantas e rápidas ações, já no ano de 1940, nos jornais se anunciou que estavam prontas as instalações dedicadas à equitação: “O Jacarepaguá T. Clube criou uma seção de Hipismo” (*A Noite*, 11 dez. 1940, 7). É sobre essa experiência que vamos nos debruçar.

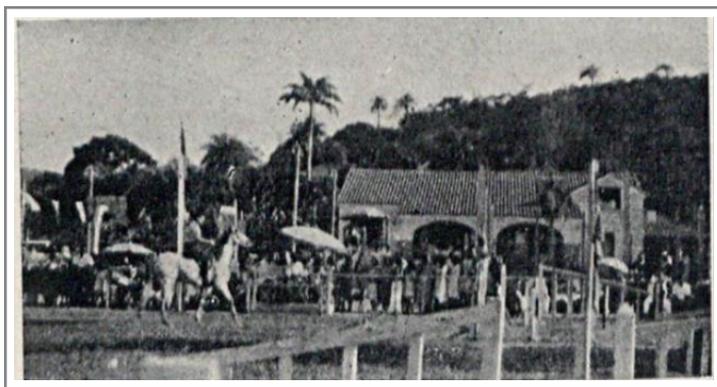


Figura 3. Pista de equitação do Jacarepaguá Tênis Clube. Fonte: *Rio Social*, jan.-fev. 1943, 56.

¹³ No período, o esporte passou a ser um tema de relevância nacional, articulado com preocupações com a educação da juventude tendo em vista o futuro da nação. Para um debate sobre o tema, ver Linhales (2009).

¹⁴ Ver, por exemplo: “A festa de domingo”, *Jornal dos Sports*, 17 abr. 1942, 4

Cavalos no bairro das lagoas de jacarés¹⁵

Como de costume nos momentos iniciais do clube, já em 1941, o Jacarepaguá Tênis solicitou filiação à Federação Metropolitana de Hipismo. Oficialmente a pista foi inaugurada em outubro, nomeada General Rocha¹⁶. Junto com Armando de Mesquita, um dos principais impulsionadores da prática na agremiação foi Luiz Ferreira Real, comerciante de destaque da Casa Dias e Garcia, especializada em produtos agrícolas.

Em pouco tempo, a sede da Praça Seca já sediava competições que contavam com as principais agremiações de equitação da cidade. Em 1942, um cavaleiro do Jacarepaguá Tênis, capitão Expedito Correa¹⁷, sagrou-se campeão deixando em segundo lugar um personagem conhecido,



Figura 4. Foto da amazona Yolanda Rosenbaum em prova disputada na pista do Jacarepaguá Tênis Clube. Fonte: *A Noite*, 2 jun. 1942, 16.

Roberto Marinho, proprietário do jornal *O Globo*, representante da prestigiosa Sociedade Hípica (*A Noite*, 2 jun. 1942, 16). Entre outras, destacava-se a participação da amazona Yolanda Rosenbaum (Figura 4). Foi a primeira de muitas provas promovidas naquela pista.

A pista, apesar de mais modesta do que outras da cidade, era considerada, naquele momento, como adequada, contando sempre com circuitos bem preparados. Assim como outras instalações do clube, logo foi iluminada para que pudesse ser utilizada à noite. As atividades de equitação não foram promovidas apenas seguindo um calendário próprio, integrando também a programação dos festivais sociais/esportivos do Jacarepaguá Tênis, entre as quais suas comemorações de aniversários¹⁸. Eram ocasiões muito valorizadas, plenamente articuladas com os intuítos da agremiação. Compunham efetivamente a esfera elitista que desejava para si.

Não surpreende, assim, que, numa ocasião importante para o clube, quando foi concedido ao prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, o título de sócio honorário, a diretoria tenha escolhido uma competição hípica para a celebração. O envolvimento com a equitação distinguia o Jacarepaguá Tênis no conjunto das agremiações suburbanas, e mesmo da cidade, sendo considerado adequado para a festa de grande porte que planejou. Contando com a participação de mais de 40 cavaleiros e amazonas de todas as sociedades hípicas, o evento também homenageou Getúlio Vargas (“A festa hípica do Jacarepaguá T. C.”, *Jornal do Brasil*, 22 abr. 1943, 7).

A iniciativa teve em conta agradecer os melhoramentos que o prefeito fez no bairro, entre os quais a pavimentação da Avenida Geremário Dantas e vários outros logradouros, a canalização de diversos rios, bem como obras na Igreja de Nossa Senhora da Penha. Lembremos que em sua gestão teve início a construção da Grajaú-Jacarepaguá. A propósito, na cerimônia do Jacarepaguá Tênis Clube, homenageou-se também o engenheiro-chefe do Distrito, Edgar Soutelo, ocasião em que esteve presente o Diretor de Obras Públicas da cidade, Soares Pereira (“Vão ser atacadas obras importantes em Jacarepaguá”, *Jornal do Brasil*, 26 ago. 1943, 10).

¹⁵ Jacarepaguá vem do nome tupi da região (yacare, upa, qua), que pode ser traduzido como vale da lagoa dos jacarés, uma referência à grande presença do animal nas lagoas locais.

¹⁶ Antônio da Silva Rocha teve um longo envolvimento com o turfe e com o hipismo, inclusive na condição de cavaleiro. No Exército, teve longa atuação nos serviços de remonta e veterinária. Foi morador de Jacarepaguá, tendo durante anos residência no Caminho da Freguesia.

¹⁷ Correa foi usual participante nas competições da modalidade. Foi também comandante do Curso Especial de Equitação e da Escola de Equitação do Exército. Assumiu postos em diretorias da Federação de Hipismo.

¹⁸ Ver, por exemplo: “O aniversário do Jacarepaguá Tênis Clube”, *A Manhã*, 17 jul. 1942, 9.

O intuito era claro: a agremiação assumia a liderança e falava em nome dos moradores do bairro. Perceba-se que estiveram presentes nas duas cerimônias personagens locais de grande importância, tais como os já citados Ernani Cardoso e Sousa Marques, o industrial Adelino Morais, o vigário de Jacarepaguá Geraldo Carneiro. A propósito, na ocasião, o engenheiro-chefe listou tudo o que foi feito e apresentou uma longa lista de promessas de realização.

Com o mesmo intuito de valorizar quem contribuía com o desenvolvimento local, pelos seus serviços de saneamento dos mangues e pântanos da região, aumentando tanto a área potencial de agricultura quanto de urbanização, a diretoria homenageou o prefeito Hildebrando de Góes (“Um dia de festa para o Jacarepaguá Tênis Clube”, *Vida Doméstica*, ago. 1946, 34).

De fato, o Jacarepaguá Tênis apoiou também iniciativas ligadas à organização do setor agrícola local, como o Clube Avícola Darci Vargas e a Cooperativa de Lavradores. Na verdade, a agremiação, de alguma forma, se posicionava contra o processo de grilagem das terras que se tornou um problema para a região (Santos 2013).

As diretorias do Jacarepaguá Tênis demonstravam muita articulação política. No decorrer do tempo, a sede recebeu a visita de muitos deputados, senadores, prefeitos e lideranças diversas¹⁹. Até mesmo por tais relacionamentos, assim como ocorria com outras modalidades, no âmbito do hipismo, foram usuais discursos de contribuição para a nação. Uma das ocasiões em que isso se tornou explícito foi quando se engajou em esforços para apoiar as forças armadas que participaram da 2ª Grande Guerra (“Iniciam-se hoje os festejos do Natal da Vitória”, *Diário Carioca*, 25 dez. 1942, 15).

O hipismo era um esporte que contava com grande participação de militares, alguns deles sócios do Jacarepaguá Tênis. Uma parte integrou a Força Expedicionária Brasileira e lutou na Europa, entre os quais uma de suas mais proeminentes lideranças: Expedito Correa. Ao fim do conflito, foram recebidos no clube como heróis, com grandes homenagens, considerados como exemplos de que o bairro também contribuía com a glória do país (“Nos céus do Brasil não há lugar para sinais alienígenas e materialistas”, *Jornal do Brasil*, 19 out. 1945, 6).

Perceba-se que até mesmo as agremiações civis contavam com competidores das Forças Armadas, majoritariamente do Exército²⁰. Todavia, o Jacarepaguá Tênis teve alguns cavaleiros civis de destaque, como Carlos Valgueredo. Também integraram sua equipe algumas amazonas, entre as quais Corinne Desy, embaixatriz do Canadá que lograva certo prestígio na sociedade carioca.

Integrado no meio hípico carioca, o Jacarepaguá Tênis foi presença frequente nos eventos da Federação e Confederação, acolhendo em sua sede competições promovidas por essas entidades. Recebeu na sua pista os melhores cavaleiros e amazonas do Rio de Janeiro. Tais ocasiões, levaram um público de elite para o bairro suburbano. Reforçava-se a representação de que Jacarepaguá era o local do rural refinado.

Não surpreende, portanto, que, em 1946, sob a presidência do conhecido publicitário Agostinho Alves Costa, inserido num projeto de reforma do clube, a diretoria tenha comunicado o intuito de ampliar as instalações de equitação. A ideia era transferir a pista para um terreno maior nas proximidades onde se poderia aperfeiçoar os serviços oferecidos (coudelaria, veterinários etc.) (“O Jacarepaguá Tênis Clube”, *Diário da Noite*, 9 jul. 1946, 5). Chegou-se a aventar nos periódicos que o departamento hípico seria desativado até a realização das mudanças.

Nada disso ocorreu. A pista seguiu funcionando, mas com menor número de atividades, mais utilizada para eventos internos, ainda que contando com cavaleiros não associados, especialmente militares de unidades que se dedicavam ao hipismo, algo que teve relação com o protagonismo que Expedito Correa logrou ter na direção da agremiação. Eventualmente, sediou competições da Federação Metropolitana, mas não da classe principal.

¹⁹ Em 1956, o clube sediou sessões do Congresso Pró-Autonomia, que reunia lideranças locais para discussão dos problemas e reivindicação de melhorias para o bairro (“Atos de hoje em prol da autonomia carioca”, *Imprensa Popular*, 15 abr. 1956, 8).

²⁰ A Federação contava com mais dois clubes civis (Sociedade Hípica Brasileira e o Centro Hípico Fluminense) e outras agremiações militares.

Em 1947, quando Waldemar Fernandes da Cunha assumiu a presidência, as mudanças propostas pela gestão anterior parecem não ter se realizado, ainda que o clube tenha mantido seu prestígio e grande movimentação esportiva. Devemos citar que o Jacarepaguá Tênis marcou presença numa modalidade que teve menor desenvolvimento na cidade e no país, mas também, na ocasião, alguma repercussão pública: o polo a cavalo (“Polo”, *Gazeta de Notícias*, 5 mai. 1944, 9).

Com esse esporte, havia outras sociedades envolvidas: o Itanhangá Golfê Clube, o Clube de Regatas do Flamengo e uma agremiação suburbana que foi a segunda a se envolver com as práticas equestres, antiga parceira do Jacarepaguá Tênis Clube – o prestigioso Bangu Atlético Clube.

Tendo em vista a conexão dessa experiência com a que estamos investigando, vamos nos debruçar brevemente sobre ela.

Um parceiro nas terras da Fábrica

Bangu é um dos bairros mais conhecidos do Rio de Janeiro. Seu processo de desenvolvimento é muito peculiar por dever-se a implantação, nos anos finais do século XIX, de uma indústria têxtil, a Companhia Progresso Industrial do Brasil, mais conhecida como Fábrica Bangu (Santos Junior 2102).

Antes uma área rural, o bairro passou por rápidas transformações, um processo de modernização que se desenvolveu tendo a Fábrica Bangu como protagonista, inclusive no tocante ao surgimento e funcionamento de agremiações diversas, algumas que já nasceram bem estruturadas até mesmo em função da liderança de britânicos que trabalhavam no empreendimento fabril (Santos Junior 2017). Entre essas iniciativas, o Bangu Atlético Clube foi fundado, em 1904, já com caráter multiesportivo, dedicando-se ao atletismo, futebol, tênis e críquete. No decorrer do tempo, dirigido por personagens importantes do bairro, ampliou progressivamente o escopo de modalidades com as quais se envolveu (Molinari 2004).

Em 1944, aderiu ao hipismo. Em junho, inaugurou-se, com grande divulgação na imprensa, sua pista de equitação (“Inaugura-se a pista de obstáculos do Bangu Atlético Clube”, *A Noite*, 7 jun. 1944, 17). Uma das primeiras provas homenageou Guilherme da Silveira Filho, um dos maiores líderes do bairro e da agremiação, empresário de grande importância na política e na economia nacional. Dois importantes personagens estiveram à frente da estruturação do Departamento: o Dr. Evaristo Daltro de Castro²¹ e o Tenente Castro Pinto²².

A pista foi instalada num espaço de propriedade da Fábrica, a Granja Independência. Dois cavaleiros participaram ativamente da sua construção, João Néelson Frota Junior²³ e Nelson Pessoa, pai de um dos mais importantes atletas da equitação nacional: Nelson Pessoa Filho²⁴ (Figura 5). Merece destaque ainda o envolvimento de uma amazona, Teddy Barbosa Carneiro, membro de uma família de elite muito envolvida com o hipismo²⁵.

O Bangu estreou já tomando parte nas competições oficiais da Federação Metropolitana, bem como acolhendo em sua pista provas da temporada (“Hipismo”, *Jornal do Comércio*, 22 out. 1944, 12). Do ponto de vista dos resultados, o clube sempre se situou nas últimas posições, mas foi muito

²¹ Castro era advogado e dono de uma empresa de engenharia. Funcionário de alto cargo na prefeitura, esteve também envolvido com o turfe.

²² Personagem importante da cidade, diretor da Casa de Correção, literato e jornalista. Foi um dos melhores cavaleiros do país a seu tempo.

²³ Remador de sucesso do Flamengo, era oficial da reserva da arma de cavalaria. Advogado, foi também alto funcionário da prefeitura.

²⁴ Nelson Pessoa Filho começou a cavalgar muito cedo na pista do Bangu, onde a família tinha uma propriedade rural. No decorrer do tempo, se tornou a maior revelação da equitação nacional. Seu filho, Rodrigo Pessoa, faz jus ao sucesso da família com a equitação.

²⁵ Foi uma das pioneiras e mais laureadas amazonas de seu tempo. Logrou muitos bons resultados numa modalidade em que homens e mulheres disputavam em conjunto, o único esporte em que, até os dias de hoje, isso ocorre.

aclamado por levar o esporte de elite para uma região distante do Centro/Zona Sul da cidade. Além disso, o desempenho de Pessoa Filho foi sempre motivo de destaque²⁶.

Para as lideranças de Bangu, a adesão ao hipismo teve alguns sentidos semelhantes aos de Jacarepaguá. Tratava-se de conformar uma representação de refinamento dos costumes. No caso do bairro da Fábrica, contudo, havia a diferença de uma formação societária mais diversa em função do maior número de operários. Além disso, o clube tinha uma trajetória esportiva reconhecida, inclusive no âmbito do futebol. A equitação, portanto, dava um caráter mais elitista a uma agremiação popular, atraindo um novo perfil de associados, bem como de público que comparecia aos eventos.

Perceba-se que havia relações de amizade entre os clubes de Bangu e Jacarepaguá. Desde o início dos anos 1940, promoveram frequentes encontros esportivos. Não é impossível que o segundo tenha inspirado o primeiro na abertura de uma seção de hipismo. Tratava-se de uma confraternização de uma elite suburbana que se reconhecia em ações em conjunto.

Na comemoração do primeiro ano de funcionamento da pista do Bangu, o Jacarepaguá Tênis Clube foi convidado de honra, ocasião em que foi organizada uma prova hípica que contou com os melhores cavaleiros e amazonas do Rio de Janeiro, gente de todos os clubes da cidade (“O primeiro aniversário do Departamento Hípico do Bangu A. C”, *A Noite*, 28 jun. 1945, 17). Só entre competidores, foram mais de oitenta, para além de seus acompanhantes e torcedores. Bem menos gente do que num jogo de futebol, mas uma plateia que foi destacada nos jornais como “elegante e seleta” (“O concurso hípico no Bangu Atlético Clube”, *A Noite*, 30 jun. 1945, 8).

A iniciativa durou pouco tempo, a despeito do aparente sucesso. Depois de quase dois anos de funcionamento, não se publicaram mais notícias sobre a pista de Bangu. Como vimos, nesse momento, a equipe do Jacarepaguá ainda se mantinha ativa, mas logo também reduzir-se-ia sua atividade. Por lá, contudo, houve uma retomada das práticas equestres.

Breve retomada e o fim de uma experiência

Em 1948, o aniversário de nove anos do Jacarepaguá Tênis Clube foi celebrado com um grande baile (“Um gigante de nove anos”, *A Manhã*, 18 jul. 1948, 1). Ao contrário das comemorações anteriores, não houve competições, ainda que se perceba que a agremiação seguia marcando presença nos campeonatos da cidade, especialmente nos de voleibol e basquetebol, sendo reconhecida nos meios de comunicação por seus compromissos com o desenvolvimento do esporte do Rio de Janeiro.

Nessa ocasião, uma vez mais, a diretoria apresentou um ambicioso plano de ampliação da base societária e da sede (“Fase áurea para o Jacarepaguá Tênis Clube”, *A Manhã*, 11 jul. 1948, 11). Quando se elencaram as proposições de investimento no âmbito esportivo, não se citou a equitação. A modalidade que outrora fora tão importante no cotidiano e na construção de uma boa representação da agremiação, por motivos que não conseguimos precisar, não parecia mais fazer parte das prioridades.



Figura 5. Imagem de Nelson Pessoa Filho na pista do Bangu. Fonte: *A Noite*, 11 set. 1945, 17.

²⁶ Ver, por exemplo: “Nelson Pessoa Filho, o garoto revelação”, *Tribuna da Imprensa*, 29 dez. 1949, 9.

Ainda se vê uma equipe do Jacarepaguá disputando algumas competições promovidas em outras pistas. Da mesma forma, durante muitos anos, seu nome foi lembrado na denominação de uma prova, mesmo que sem a participação de cavaleiros e amazonas do clube suburbano. Trata-se de um indício de que sua experiência equestre deixou alguma marca no hipismo carioca

O Jacarepaguá Tênis seguiu sendo considerado como espaço de reunião da elite do bairro. Como símbolo dessa condição, o envolvimento com o tênis parece ter se afirmado como marca identitária. Inaugurou-se também um espaço para a prática de outro esporte muito apreciado entre os setores socioeconomicamente privilegiados: o tiro ao alvo (“O Jacarepaguá Tênis Clube comemora o seu 1º decênio”, *A Noite*, 14 jul. 1949, 11).

Nos anos iniciais da década de 1950, tendo em vista os diferentes projetos para a agremiação, houve uma crise profunda no corpo societário. Pelo que foi possível perceber nos jornais, em 1953, com a função de pacificar o clube e recuperar os momentos gloriosos do passado, Armando de Mesquita retornou à presidência (“Armando de Mesquita na presidência do Jacarepaguá T. Clube”, *Diário da Noite*, 14 jul. 1953, 12).

Nesse cenário, houve uma breve retomada da equitação. Mesquita investiu muitos esforços e recursos na reconstrução da pista, ficando Agostinho Alves Costa responsável por conseguir com a Sociedade Hípica Brasileira apoio para a iniciativa. Pretendia-se oferecer instalações ainda melhores do que no passado, perspectivando que a sede voltasse a ser frequentada pelos “melhores saltadores do Brasil, tanto civis como militares” (“Hipismo no Jacarepaguá”, *Diário Carioca*, 12 dez. 1954, 31). Na comemoração de seu 15º aniversário, foi homenageada a Federação Metropolitana de Hipismo, um claro sinal da reaproximação do Jacarepaguá Tênis com a modalidade (“15 anos completa o Jacarepaguá T. C.”, *Jornal dos Sports*, 14 jul. 1954, 4).

A equitação foi considerada estratégica na recuperação da antiga imagem da agremiação. Antes mesmo da inauguração da nova pista, equipes do Jacarepaguá tomaram parte em competições. Suas amazonas, por exemplo, disputaram os tradicionais Jogos da Primavera de 1954 e 1955, mesmo ano em que filhos de associados disputaram os Jogos Infantis.

Em julho de 1955, com grande divulgação, se inaugurou a nova pista, considerada um sinal de “progresso dessa associação esportiva que prima pela grandeza das realizações assim como seus dirigentes se impõe pelas grandes iniciativas” (“No Jacarepaguá”, *Diário Carioca*, 10 jul. 1955, 6). As equipes mais importantes da cidade prestigiaram a ocasião, o que deve ter satisfeito muito as lideranças do clube e do bairro.

No mesmo mês, a pista sediou uma etapa do circuito da Federação Metropolitana, sendo muito elogiada pelos participantes. Mais ainda, com grande celebração, a prova Jacarepaguá Tênis Clube voltou a ser organizada na sede da Praça Seca (“Tarde hípica no Jacarepaguá T. C.”, *Diário da Noite*, 1 set. 1956, 5). De novo, imagens da agremiação passaram a circular no âmbito das realizações da elite carioca.

No ano seguinte, todavia, surgiram problemas. A Federação Metropolitana de Hipismo cancelou a realização da prova Jacarepaguá Tênis Clube sob o argumento de que a pista não tinha condições, decisão que causou indignação na diretoria já presidida por Nelson Antunes. A agremiação pode ter tido alguma razão nas suas ponderações, mas também não se pode desprezar ter sido uma decorrência do afastamento de Armando Mesquita, sempre mais atento às questões hípicas.

A pista continuou sendo utilizada para disputas isoladas com agremiações militares, tais como o Colégio Militar e a Escola Militar. Em breve, contudo, dessa vez em definitivo, estaria encerrada a trajetória da equitação no Jacarepaguá Tênis, um fim que parecia anunciar as mudanças que haveria no perfil do bairro e do clube.

Os subúrbios, a propósito, não mais tiveram agremiações civis dedicadas à modalidade. A região passou por transformações ligadas ao aumento populacional, especulação imobiliária, desordenamento urbano e, num futuro não muito distante, aumento da violência, problema que, nos dias de hoje, tira o sono de moradores de muitos bairros, entre os quais da Praça Seca, sede do Jacarepaguá Tênis Clube.

À guisa de conclusão

Mesmo não tendo durado muito tempo, a prática do hipismo desempenhou um importante papel na trajetória do Jacarepaguá Tênis Clube. Em determinado momento, quando ainda dava seus primeiros passos, o envolvimento com a equitação lançou luzes sobre a nova agremiação que pretendia consolidar-se como de elite. Apresentou as credenciais de um grupo de subúrbio que tinha pretensões de participar das altas esferas da cidade. Ajudou a conformar a ideia de que Jacarepaguá era o lugar do rural refinado, um bairro suburbano que demonstrava adesão a ideais de civilização e progresso.

De outro lado, o hipismo ajudou a afirmar os compromissos do clube com o bairro – se articulando inclusive com uma característica ainda bucólica do Distrito –, com a cidade – na medida que fortalecia um grupo de elite – e com a nação – relacionado a discursos de compromissos com o progresso do país.

O caso do Jacarepaguá Tênis Clube nos ajuda a lançar um olhar mais amplo para o processo de urbanização da cidade, inclusive e especialmente no tocante aos subúrbios. Permite-nos perceber os diversos grupos sociais em movimento no que tange à produção do espaço, à construção de um perfil, uma vocação, um conjunto de representações para o bairro.

Mais ainda, descortina a ação de outros protagonistas, chamando a atenção para o fato de que a cidade não é somente fruto do que ocorreu nas zonas Centro e Sul. Nos subúrbios, diversos grupos entabularam ações no sentido de garantir uma melhor qualidade de vida e combater estigmas de que se tratava de uma região pouco ordenada e desenvolvida.

Lamentavelmente, a partir dos anos 1960, uma vez mais se esgarçou o tecido urbano, crescendo a ocupação desordenada e o número de episódios de violência. O próprio Jacarepaguá Tênis Clube é uma expressão dessas transformações. Paulatinamente, foi mudando de perfil, um processo que se deu a reboque das alterações que houve no bairro.

O Jacarepaguá Tênis permanece ativo, ainda que sua atuação esteja longe do que foi no passado, quando recebera grande atenção da imprensa e foi representado como uma gloriosa agremiação. De toda forma, sua manutenção, mesmo passando por tantos desafios e dificuldades, é um indicador de sua importância no decorrer do tempo, do papel relevante que desempenhou e merece ser registrado até para que se perspectivem dias melhores para o clube, para o bairro, para a cidade.

Referências

- Abreu, Maurício. 1987. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar.
- Agulhon, Maurice. 2009. *El círculo burgués. La sociabilidad en Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Barreto Filho, Herculano. 2020. Denúncias apontam Grande Jacarepaguá como nova fronteira da milícia no Rio. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/02/15/denuncias-mostram-expansao-da-milicia-para-outros-bairros-do-rio.htm>.
- Carlos, Ana Fani Alessandri. 2019. “Henri Lefebvre: a problemática urbana e sua determinação espacial”. *Geosp - Espaço e Tempo* 23 (3): 458-77.
- Costa, Waldemar. 1986. *O Vale do Marangá*. Rio de Janeiro: Edição do autor.
- Fernandes, Nelson da Nobrega. 1995. *O rapto ideológico da categoria subúrbio*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Fraga, Annelise Caetano y Miriam de Oliveira Santos. 2015. “Madureira, Capital dos Subúrbios (1940-1960): carnaval e comércio na produção de uma comunidade imaginada”. *Iluminuras* 16 (37): 11-31.
- Leite, Márcia Pereira. 2012. Grajaú, memória e história: fronteiras fluidas e passagens. *Cadernos Metrópole* 5: 91-125.
- Linhales, Meily Assbú. 2009. *A escola e o esporte: uma história de práticas culturais*. São Paulo: Editora Cortez.

- Martins, Ronaldo Luis. 2009. *Mercadão de Madureira: caminhos de comércio*. Rio de Janeiro: Condomínio do Entrepasto Mercado do Rio de Janeiro.
- Melo, Victor Andrade de. 2001. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj.
- Melo, Victor Andrade de. 2019. “Um hipódromo suburbano: a experiência do Club de Corridas Santa Cruz (Rio de Janeiro – 1912/1918)”. *Topoi* 20 (40): 157-84.
- Melo, Victor Andrade de. 2020. “Uma geografia do esporte: as experiências dos clubes de iatismo da Zona da Leopoldina (Rio de Janeiro, 1941-1954)”. *GEOUSP – Espaço e Tempo* 24 (1): 83-103.
- Melo, Victor Andrade e Fabio de Faria Peres. 2016. *Primórdios do esporte no Brasil – Rio de Janeiro*. Manaus: Reggo Edições.
- Miyasaka, Cristiane Regina. 2016. *Os trabalhadores e a cidade: a experiência dos suburbanos cariocas (1890-1920)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp.
- Molinari, Carlos. 2014. *Nós que somos banguenses*. Rio de Janeiro: Ícone.
- Penna-Franca, Luciana. 2016. *Teatro amador no Rio de Janeiro: associativismo dramático, espetáculos e periodismo (1871-1920)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF.
- Rocha, Fernando Goulart e Roland Luiz Pizzolatti. 2005. “Cidade: espaço de descontinuidades”. *Estudos Geográficos* 3 (2): 46-53.
- Rodrigues, João Freire. 2014. “O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios”. *Análise Social* XLIX (2.º/211): 430-56.
- Santos, João Manuel Casquinha Malaia. 2010. *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e inserção socioeconômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP.
- Santos, Leonardo Soares dos. 2011. “A cidade está chegando: expansão urbana na zona rural do Rio de Janeiro (1890-1940)”. *Revista Crítica Histórica* II (3): 114-37.
- Santos, Leonardo Soares dos. 2013. “Essa é terra é minha: identidades, processos de legitimação e conflitos de terra no sertão carioca (1945-64)”. *Anos 90* 20 (38): 295-325.
- Santos, Leonardo Soares dos y Renato de Souza Dória. 2013. “Do Sertão Carioca ao centro metropolitano: as disputas por terra na zona oeste do Rio de Janeiro 1940 – 2010”. *Mneme - Revista de Humanidades* 14 (33): 36-72.
- Santos Junior, Nei Jorge. 2012. *A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Andaraí e Bangu (1914-1923)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Rio de Janeiro: UFRJ.
- Santos Junior, Nei Jorge. 2017. *A vida divertida suburbana: representações, identidades e tensões em um arrabalde chamado Bangu (1895-1929)*. Tese (Doutorado em Lazer). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Santos Junior, Washington Ramos do. 2016. *Subjetividade, identidade e geografia: o nascimento da Barra da Tijuca e a Cronus fusional (ou a morte da alteridade)*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: USP.
- Sousa, Raquel Gomes de. 2014. *Cinemas no Rio de Janeiro: trajetória e recorte espacial*. Dissertação (Mestrado em Ciências). Rio de Janeiro: UFRJ.
- Vaz, Luiz Augusto da Rocha. 2019. *Zona Oeste do Rio. Ocasos e alvoreceres. Um estudo sobre Cultura, Memória e Cidade*. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Vieira, Isabelle. 2019. “Jacarepaguá: uma cidade do interior cravada no imaginário de seus moradores”. *Ponto Urbe* 24: 1-19.

COVID-19: ¿UNA OPORTUNIDAD DE CAMBIO PARA EL PERIODISMO DEPORTIVO? ANÁLISIS DE LA COBERTURA DEPORTIVA DE *EL PAÍS*, *EL MUNDO* Y *LA VANGUARDIA* DURANTE EL ESTADO DE ALARMA

COVID-19: An opportunity for change in sports journalism? Analysis of the sports coverage of *El País*, *El Mundo* and *La Vanguardia* during the state of alarm

Victor HASBANI KERMANCHAH¹, Xavier RAMÓN¹ y Sergi CORTIÑAS-ROVIRA¹

¹Universitat Pompeu Fabra (España)

Resumen

El periodismo deportivo se ha caracterizado por la uniformidad y la baja diversidad temática, que se traduce en la excesiva focalización en determinados deportes, competiciones y protagonistas con alta capacidad de atracción económica. La crisis del Covid-19 ha ofrecido al periodismo deportivo la oportunidad de reexaminar sus estrategias y articular una agenda distintiva. A través del análisis del contenido de 1.409 piezas y 195 portadas, se examina la cobertura desarrollada por *El País*, *El Mundo* y *La Vanguardia* durante los primeros 65 días del estado de alarma, con el objetivo de determinar si los periódicos aprovecharon la crisis para desarrollar un periodismo deportivo más diverso. La crisis del Covid-19 no modificó las prioridades existentes, sino que intensificó la atención sobre aquellos deportes que ya acumulaban más poder mediático. En un escenario sin competiciones, la atención sobre el fútbol masculino y profesional permaneció intacta. La 'futbolización' contrasta con un escaso tratamiento del impacto de la pandemia sobre otras disciplinas minoritarias y el deporte femenino y adaptado. La prensa también fue ajena a varias temáticas, personajes y perspectivas de importancia a nivel mundial. Las disparidades en la agenda conllevan repercusiones sociales, económicas y deportivas de primer orden.

Palabras clave: periodismo deportivo; Covid-19; diversidad de la agenda; prensa; estado de alarma.

Abstract

Sports journalism has been characterized by uniformity and low thematic diversity, which translates into excessive focus on certain sports, competitions and protagonists with a high capacity for economic attraction. The Covid-19 crisis has offered sports journalism the opportunity to reexamine its strategies and articulate a distinctive agenda. Through content analysis of 1,409 pieces and 195 front pages, the coverage developed by *El País*, *El Mundo* and *La Vanguardia* during the first 65 days of the state of alarm is examined, with the goal of determining whether newspapers took advantage of the crisis to develop a more diverse sports journalism. The Covid-19 crisis did not modify the existing priorities, but rather intensified attention on those sports that already accumulated more media power. In a landscape without competitions, the focus on men's and professional football remained intact. 'Footballization' contrasts with a scant treatment of the impact of the pandemic on other minority disciplines and women's and disability sport. The press was also oblivious to various themes protagonists and perspectives of worldwide importance. The disparities on the agenda carry major social, economic and sports repercussions.

Keywords: sports journalism; Covid-19; agenda diversity; press; state of alarm.

Introducción

Tradicionalmente, el periodismo deportivo ha sido considerado como el ‘hermano pequeño’ de la profesión o el ‘departamento de juguetes’ (*toy department*) de las redacciones (Rowe 2007). Sin embargo, en el contexto presente el periodismo deportivo “desempeña, como manifestación de la cultura contemporánea, un papel estratégico en la actual estructura de los medios de comunicación” (Rojas-Torrijos 2018, 134). En los últimos años, el periodismo ha atravesado cambios estructurales de primer orden, entre los que cabe destacar el descenso de la inversión publicitaria, la creciente competencia por parte de múltiples actores y el colapso de los modelos de negocio tradicionales (Waisbord 2019). En este contexto de inestabilidad, los contenidos deportivos se han convertido en un activo fundamental para atraer y retener a la audiencia. Como señala Serazio (2019, 4), “en una era de fragmentación cultural, polarización política y la distracción que deriva de la abundancia de medios, el deporte representa una de las últimas instituciones que unifican a las masas”.

Más allá de su innegable valor económico para los medios, la información deportiva juega un papel clave en la transmisión de valores y en la formación de identidades individuales y colectivas. El fuerte impacto cultural y social de los contenidos deportivos exige, por parte de los medios de comunicación, una aproximación completa, diversa y responsable a esta área de especialización. Desde la óptica de la teoría normativa de los medios, la diversidad implica informar a los ciudadanos sobre un amplio espectro de temáticas y visibilizar a los diversos grupos sociales (Steiner, Magin y Stark 2019). Entre las obligaciones éticas de los medios respecto a la información deportiva se encuentra la necesidad de fomentar la diversidad en la agenda informativa (Ramon-Vegas et al. 2020).

Pese a esta claridad normativa, el periodismo deportivo se ha caracterizado por una falta de diversidad, que se traduce en la excesiva focalización en determinados deportes, competiciones y protagonistas con alta capacidad de atracción económica. El seguimiento rutinario de la actualidad deportiva en Europa pivota alrededor de las grandes ligas de fútbol y los torneos continentales como la UEFA Champions League, eventos capaces de generar una atención mediática constante en todo tipo de medios y espacios informativos, incluso en períodos de menor intensidad competitiva. La dependencia respecto a los eventos deportivos es un componente esencial de esta área de especialización. ¿Pero qué sucede cuando de forma inesperada el periodismo deportivo pierde a su principal ingrediente?

La expansión del Covid-19 ha tenido un impacto sin precedentes en el mundo del deporte. Con el objetivo de garantizar el cumplimiento de las medidas de distanciamiento social y salvaguardar la salud de los deportistas frente a la expansión del virus, se ha producido una cancelación o suspensión masiva de las competiciones deportivas en todo el mundo (Horky 2021; Parnell et al. 2020; Tovar 2021). Más allá de torneos nacionales, el Covid-19 ha tenido un impacto de primer orden sobre los mega-eventos deportivos a nivel global. Los Juegos Olímpicos y Paralímpicos de Tokio 2020 y la Eurocopa de fútbol de 2020 –que por primera vez se debía celebrar en 12 ciudades europeas distintas– han sido pospuestos hasta 2021 (Tabla 1). En total, se han cancelado o suspendido más de 250 eventos en todos los continentes (Mena 2020). Este inesperado escenario ha ofrecido al periodismo deportivo la oportunidad de reexaminar sus estrategias y articular una agenda distintiva.

Competición	Deporte	Estado actual	Fecha de suspensión / cancelación	Nueva fecha de celebración
Campeonato Europeo de Atletismo París 2020	Atletismo	Cancelada	23/03/2020	15-21 de agosto de 2022 (Múnich)

Campeonato Europeo de Para Atletismo Bydgoszcz 2020	Atletismo	Pospuesta	Debía iniciarse el 02/06/2020	Por determinar
National Basketball Association (NBA)	Baloncesto	Reanudada	11/03/2020	30/07/2020
Euroliga	Baloncesto	Cancelada	25/05/2020	Temporada 20-21
Liga Endesa	Baloncesto	Reanudada y finalizada	16/03/2020	17/06/2020 – 30/06/2020
Liga ASOBAL	Balonmano	Finalizada	04/05/2020	Temporada 20-21
Major League Baseball (MLB)	Béisbol	Pospuesta	Debía iniciarse el 26/03/2020	23/07/2020
Vuelta a España	Ciclismo	Pospuesta	Debía iniciarse el 14/08/2020	20/10/2020 – 08/11/2020
Tour de Francia	Ciclismo	Pospuesta	Debía iniciarse el 27/06/2020	29/08/2020 – 20/09/2020
La Liga	Fútbol	Reanudada y finalizada	12/03/2020	08/06/2020 – 19/07/2020
Liga Iberdrola	Fútbol	Finalizada	06/05/2020	Temporada 20-21
Bundesliga (Alemania)	Fútbol	Reanudada y finalizada	17/03/2020	16/05/2020 – 27/06/2020
Ligue 1 (Francia)	Fútbol	Finalizada	30/04/2020	Temporada 20-21
Premier League (Reino Unido)	Fútbol	Reanudada y finalizada	13/03/2020	17/06/2020 – 26/07/2020
Serie A (Italia)	Fútbol	Reanudada y finalizada	09/03/2020	13/06/2020 – 02/08/2020
UEFA Champions League	Fútbol	Reanudada	13/03/2020	07/08/2020
Eurocopa 2020	Fútbol	Pospuesta	Debía iniciarse el 12/06/2020	11/06/2021 – 11/07/2021
Copa América de Fútbol	Fútbol	Pospuesta	Debía iniciarse el 12/06/2020	11/06/2021 – 11/07/2021
Masters de Augusta	Golf	Pospuesta	Debía iniciarse el 09/04/2020	12/11/2020 – 15/11/2020
British Open	Golf	Cancelada	Debía iniciarse el 16/07/2020	15/07/2021 – 18/07/2021
PGA Championship	Golf	Pospuesta	Debía iniciarse el 14/05/2020	06/08/2020 – 09/08/2020
US Open	Golf	Pospuesta	Debía iniciarse el 18/06/2020	17/09/2020 – 20/09/2020
National Hockey League (NHL)	Hockey	Pospuesta	12/03/2020	01/08/2020
MotoGP	Motor	Reanudada	01/03/2020	19/07/2020
Formula 1	Motor	Reanudada	13/03/2020	05/07/2020
Juegos Olímpicos	Polideportivo	Pospuesta	Debía iniciarse el 24/07/2020	23/07/2021 – 08/08/2021
Juegos Paralímpicos	Polideportivo	Pospuesta	Debía iniciarse el 25/08/2020	24/08/2021 – 05/09/2021
Torneo de las Seis Naciones	Rugby	Reanudada y finalizada	08/03/2020	24/10/2020 – 31/10/2020
The Rugby Championship	Rugby	Pospuesta	Debía iniciarse el 08/08/2020	31/10/2020 – 05/12/2020
Wimbledon	Tenis	Cancelada	Debía iniciarse el 29/06/2020	28/06/2021 – 11/07/2021
Roland Garros	Tenis	Pospuesta	Debía iniciarse el 24/05/2020	20/09/2020 – 04/10/2020
Liga de Waterpolo masculina y femenina	Waterpolo	Finalizada	13/03/2020	Temporada 20-21

Tabla 1. Afectación del Covid-19 sobre las principales competiciones deportivas. Fuente: Elaboración propia a partir de los sitios web de las competiciones.

Durante la crisis sanitaria del Covid-19, la atención académica en el ámbito comunicativo se ha centrado en examinar cuestiones clave como la expansión de la desinformación a través de las redes sociales (Pulido et al. 2020; Salaverría et al. 2020), el papel de la radio como medio informativo (Rodero 2020) y el aumento de la producción y el consumo de noticias por parte de la ciudadanía (Casero-Ripollés 2020; Lázaro-Rodríguez y Herrera-Viedma 2020; Masip et al. 2020). Por su parte, Carvajal (2020) ha señalado las graves consecuencias del Covid-19 en el sector periodístico, entre las que cabe destacar el desplome de la inversión publicitaria, el descenso en la venta de ejemplares de prensa en papel, la aplicación de los ERTE, la precarización de la actividad profesional y las dificultades asociadas a la movilidad de los periodistas. Estos condicionantes han afectado no solamente a la cantidad sino también a la calidad de las informaciones publicadas.

Tomando en cuenta la importancia clave del deporte en las sociedades contemporáneas y en la actual estructura de los medios de comunicación, resulta especialmente relevante analizar de qué forma los principales medios generalistas han cubierto la necesidad informativa de los ciudadanos respecto al deporte. La investigación ahonda en varios debates: ¿Qué tipo de periodismo deportivo han desarrollado los principales medios generalistas en España? ¿Ha representado la pandemia una oportunidad para diversificar la apuesta informativa o bien ha reforzado las desigualdades existentes en la agenda deportiva? Para responder a estas cuestiones, se examina la cobertura desarrollada por *El País*, *El Mundo* y *La Vanguardia* durante los 65 días desde la aprobación del Real Decreto 463/2020, de 14 de marzo, por el que se declaró el estado de alarma para hacer frente al Covid-19 (España 2020).

La agenda en el periodismo deportivo: uniformidad y baja diversidad temática

Desde la perspectiva de la teoría de los campos, el periodismo deportivo es una especialización que tradicionalmente se ha inclinado hacia el capital económico en lugar de hacia el capital periodístico o cultural (Bourdieu 1998; English 2016). En la búsqueda constante del beneficio económico, el periodismo deportivo se ha configurado como un área caracterizada por la promoción de los deportistas, clubes y competiciones más importantes (Broussard 2020; English 2017; Rowe 2007). La fascinación y falta de distancia crítica respecto a la industria del deporte y a sus actores más relevantes ha llevado a los académicos a referirse al periodismo deportivo como “la mejor agencia de publicidad del mundo” (Schultz-Jørgensen 2005, 4).

Como señalan McCombs y Shaw (1972, 76), al escoger y difundir las noticias, los editores y redactores hacen que las audiencias “no sólo aprendan sobre una determinada cuestión, sino también sobre cuánta importancia deben otorgarle a este asunto a partir de la cantidad de información publicada y su posición”. En el campo de la información deportiva, la selección, el énfasis y la exclusión de ciertos enfoques sobre la actualidad influye decisivamente sobre el conocimiento que la audiencia adquiere sobre el deporte y sus contextos relevantes. De forma habitual, la agenda deportiva se caracteriza por la uniformidad temática y la sobreabundancia de información sobre fútbol masculino y profesional, hecho que restringe de forma sustancial la diversidad de la información ofrecida a las audiencias (English 2014; Ramon-Vegas y Tulloch 2021; Rojas-Torrijos 2012; Sainz-de-Baranda, Barbero-González y Fernández-Fernández 2019).

Sin lugar a dudas, el fútbol es el deporte que aglutina más atención y cobertura a nivel global. No obstante, la ‘tiranía del fútbol’ o excesiva ‘futbolización’ de la agenda, que redundante en la repetición y uniformidad de las apuestas informativas, repercute en la infrarrepresentación de muchos otros deportes, disciplinas y protagonistas, incluido el deporte femenino (Franks y O’Neill 2016). A excepción de en algunos medios locales y regionales (Rojas-Torrijos y Jimeno 2019), resulta especialmente relevante remarcar que esta asimetría estructural de género en la información deportiva se produce tanto en medios deportivos (Herrero-Gutiérrez 2018; Sainz-de-Baranda 2014) como en los espacios dedicados al deporte en los medios generalistas (Calvo-Ortega y Gutiérrez San Miguel 2016; O’Neill y Mulready 2015). La invisibilidad del deporte adaptado en la agenda resulta

aún más notoria, produciéndose incluso durante la celebración de los Juegos Paralímpicos (Solves et al. 2019).

Esta falta de diversidad, que limita las oportunidades de los ciudadanos de acceder a un amplio menú deportivo, se combina con otras carencias esenciales, que han caracterizado el periodismo deportivo como un ámbito “sin el rigor y la credibilidad de otras formas de periodismo” (Boyle 2017, 497). Entre estas prácticas cuestionables cabe destacar: el bufandismo y la constante disolución de las fronteras entre la información y la opinión; la prevalencia del rumor y la especulación; la frecuente espectacularización y trivialización de los contenidos; la polarización y orientación hacia la controversia y la confrontación; o la incapacidad de ahondar en los contextos políticos, económicos, sociales y tecnológicos de gran importancia que se relacionan con el deporte (Márquez-Ramírez y Rojas-Torrijos 2017; McEnnis 2020; Rowe 2017; Serazio 2019). La literatura académica también ha resaltado la limitada capacidad del periodismo deportivo convencional para ahondar en la historia del deporte desde múltiples ángulos, en contraste con otras publicaciones que apuestan por el periodismo deportivo lento y/o de largo formato (Ramon-Vegas y Tulloch 2016; 2021).

Covid-19: una oportunidad para diversificar la agenda deportiva

El estado de alarma derivado de la expansión del Covid-19 y la interrupción de las competiciones deportivas a nivel nacional e internacional ha obligado a los medios deportivos y generalistas a repensar sus estrategias informativas. Como recalca José Luis Rojas Torrijos, “este nuevo escenario ofrece la oportunidad a los periodistas deportivos de reinventarse y de probar nuevas formas de aproximarse a la realidad que circunda a los torneos y a sus protagonistas” (Rojas-Torrijos 2020). Como señala el mismo autor, el momento presente ofrece la posibilidad de diversificar la agenda: “dar al deporte más contexto social, cultural, económico y político en las informaciones”, “buscar historias”, “explorar nuevos ángulos” y, en definitiva, “mirar hacia un periodismo más ético para hacerlo más creíble y respetado” (Rojas-Torrijos 2020). En el contexto presente, es de gran relevancia comprender las particularidades de la apuesta informativa llevada a cabo por los medios generalistas con mayor audiencia en el contexto español, determinando si estas posibilidades para diversificar la agenda se han materializado o no.

Metodología

Esta investigación tiene como objetivo fundamental radiografiar el tratamiento deportivo que la prensa generalista de calidad española realizó durante la pandemia del Covid-19. La siguiente pregunta de investigación (PI) ha guiado el estudio:

PI: ¿De qué forma la prensa generalista española cubrió la información deportiva durante los primeros 65 días del estado de alarma por la crisis del Covid-19? ¿Aprovecharon los periódicos la oportunidad de desarrollar un periodismo deportivo más diverso?

Esta pregunta se concreta en dos objetivos específicos (OE):

OE1. Analizar la atención dedicada por *El País*, *El Mundo* y *La Vanguardia* a la actualidad deportiva durante los primeros 65 días del estado de alarma, tanto en portada como en las secciones de deporte.

OE2. Estudiar las cuestiones tratadas en la cobertura deportiva y determinar qué aspectos fueron olvidados o tratados de forma superficial.

Para dar respuesta a la pregunta de investigación y a los objetivos específicos, se ha empleado la técnica del análisis del contenido, que ha permitido leer, interpretar y hacer inferencias de forma sistemática del contenido periodístico que integra la muestra (Bryman 2016). El análisis del contenido ha sido la técnica de investigación prevalente en el ámbito de la comunicación deportiva. La combinación de las aproximaciones cuantitativa y cualitativa permite al investigador no circunscribirse únicamente a presentar números y porcentajes, superando la rigidez propia del análisis del contenido cuantitativo (Altheide 1996). Según su finalidad, el análisis del contenido aplicado no tiene un carácter puramente descriptivo, sino que es analítico, porque, aunque de forma

sinéctica, se apuntan las causas, explicaciones e implicaciones de los fenómenos descritos (López-Aranguren 2016).

En esta investigación, la muestra ha sido escogida de forma no probabilística (Ruiz Olabuénaga, Aristegui y Melgosa 1998). Se han analizado tres medios de comunicación generalistas (*El País*, *El Mundo* y *La Vanguardia*) en sus versiones impresas, que se han seleccionado atendiendo a los criterios de trayectoria, audiencia y relevancia dentro del contexto mediático español. A diferencia de otros países europeos, España cuenta con prensa diaria deportiva, representada por cuatro periódicos de tirada nacional (*Marca*, *AS*, *Mundo Deportivo* y *Sport*) y varios medios de difusión regional. Sin embargo, resulta pertinente centrar la atención en la prensa generalista debido a su visibilidad e indudable peso en la configuración de la opinión pública en España. Conscientes de su gran poder para atraer a la audiencia, las cabeceras generalistas destinan un amplio espacio al deporte a través de secciones específicas, que destacan por la capacidad de trascender la ‘futbolización’ de los contenidos, por su mayor distancia crítica en comparación con la prensa especializada y por su habilidad de ahondar en el nexo entre el deporte y sus contextos relevantes (Márquez-Ramírez y Rojas-Torrijos 2017; Montero-Ramos 2017; Rojas-Torrijos 2012). Debido a su gran alcance y enfoque distintivo en el tratamiento deportivo, resulta fundamental examinar el comportamiento de la prensa de carácter general durante la crisis del Covid-19.

El País es la principal cabecera del grupo PRISA. Fundado en 1976, *El País* ha sido desde la transición democrática el diario generalista español de mayor influencia y difusión (Seoane y Sueiro 2004). Como señalan los datos del *Marco General de Medios* de la Asociación para la Investigación de los Medios de Comunicación, *El País* es el periódico con más audiencia en España (papel y visor digital/PDF), siendo únicamente superado por *Marca* (AIMC 2020, 46). Su impacto e influencia creciente en América Latina ha llevado al medio a autodenominarse ‘El periódico global’.

El Mundo, fundado en 1989 y propiedad de Unidad Editorial, es el segundo periódico generalista con más audiencia en España (AIMC 2020). El periódico mantiene desde su creación una atención diaria preferente hacia el deporte, que se refleja en la sección diaria que dedica a esta área y en el suplemento deportivo del lunes, llamado “DXT”. Finalmente, *La Vanguardia*, fundada en 1881 por Carlos y Bartolomé Godó, es el tercer periódico generalista con más audiencia, después de *El País* y *El Mundo* (AIMC 2020). Con sede en Barcelona, *La Vanguardia* ofrece a sus lectores una sección diaria sobre deportes, además del suplemento temático “Lunes Match”.

En estos periódicos, se ha analizado la información deportiva publicada durante los primeros 65 días del estado de alarma en España (14 de marzo – 17 de mayo de 2020). Se ha escogido esta horquilla temporal debido a la magnitud de los desajustes que se produjeron durante este período en el panorama deportivo español y mundial (Horky 2021; Hutchins 2020; Parnell et al. 2020; Tovar 2021). A partir de entonces se ha empezado un paulatino progreso de vuelta a la normalidad que todavía se encuentra en curso. Para garantizar la exhaustividad en la recolección del material, se tuvieron en cuenta todas las piezas publicadas en las secciones de deporte de dichos medios durante el período temporal de la observación (N=1.409). El origen de las piezas es el siguiente: *El País* (n=409), *El Mundo* (n=206) y *La Vanguardia* (n=724). Dado que “en términos de audiencia e influencia social, la portada se conforma como el principal elemento de impacto de la prensa” (López-Rabadán y Casero-Ripollés 2012, 474), también se ha analizado la presencia de la información deportiva en la totalidad de las portadas de dichos rotativos durante este período (195 portadas).

Una vez recolectados los ejemplares que integran la muestra, se procedió al análisis cuantitativo y cualitativo del material utilizando el programa Microsoft Excel. Las categorías que han guiado el análisis del contenido son las siguientes: (1) Aparición en portada y extensión; (2) Deportes aparecidos en portada; (3) Día de publicación; (4) Menciones a disciplinas deportivas; y (5) Observaciones relevantes sobre la agenda deportiva (aspectos tratados, olvidados o tratados de forma superficial en la cobertura).

Resultados

Atención limitada al deporte en portada

El análisis revela que los tres periódicos generalistas con más audiencia en España realizaron un seguimiento constante de la actualidad deportiva durante el Estado de alarma por la crisis sanitaria del Covid-19. No obstante, y debido a la importancia crucial de la información sanitaria y vinculada a los efectos sociales y económicos de la crisis, la presencia del deporte en las portadas fue limitada (Tabla 2). En la mayoría de los días analizados, el deporte estuvo ausente del espacio de portada: en 75,38% de las portadas de *El País* (n=49), 61,54% de las de *El Mundo* (n=40) y 73,85% de las de *La Vanguardia* (n=48) no incluyeron menciones a la actualidad deportiva. Cuando los rotativos se hicieron eco del deporte, el espacio dedicado a este ámbito fue reducido (mayoritariamente, las noticias deportivas aparecieron en forma de titular o breve).

Aparición en portada	El País		El Mundo		La Vanguardia	
	n	%	n	%	n	%
Sin aparición en portada	49	75,38	40	61,54	48	73,85
Titular o breve	15	23,08	24	36,92	16	24,62
Menos de media página	1	1,54	1	1,54	1	1,54
Más de media página	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	65	100,00	65	100,00	65	100,00

Tabla 2. Aparición de la información deportiva en portada. Fuente: Elaboración propia.

En los tres rotativos el deporte más tratado en portada fue el fútbol, seguido de piezas centradas en múltiples disciplinas. Otros deportes presentados en portada fueron el baloncesto, el ciclismo, la Fórmula 1 y el tenis (Tabla 3).

Deporte en portada	El País		El Mundo		La Vanguardia	
	n	%	n	%	n	%
Baloncesto	0	0,00	1	4,00	0	0,00
Ciclismo	1	6,25	0	0,00	0	0,00
Fórmula 1	1	6,25	2	8,00	1	5,88
Fútbol	11	68,75	16	64,00	13	76,47
Polideportivo	3	18,75	5	20,00	2	11,76
Tenis	0	0,00	1	4,00	1	5,88
Total	16	100,00	25	100,00	17	100,00

Tabla 3. Agenda deportiva en portada. Fuente: Elaboración propia.

‘Futbolización’ de la información deportiva en tiempos de Covid-19

La cobertura informativa en las secciones de deportes se centró de forma prioritaria en el fútbol, que fue tratado en un total de 627 piezas (44,45% de la muestra). Otros deportes con un fuerte seguimiento y arraigo en el contexto español, como el baloncesto, el tenis, el ciclismo, el atletismo o el balonmano fueron mencionados de forma regular durante la cobertura (Tabla 4). Por el contrario, otras disciplinas como la gimnasia, el waterpolo o el bádminton aparecieron de forma muy limitada en *El País*, *El Mundo* y *La Vanguardia*, demostrando que la situación de pandemia no modificó las prioridades informativas y las desigualdades preexistentes en la agenda deportiva convencional.

Deporte	El País	El Mundo	La Vanguardia	Total
Atletismo	21	6	28	55
Bádminton	3	2	4	9
Baloncesto	39	12	76	127
Balonmano	14	4	33	51
Béisbol	4	2	6	12
Boxeo	6	1	8	15
Ciclismo	28	4	27	59
Equitación	2	0	0	2
Esgrima	0	0	3	3
Fórmula 1	10	4	9	23
Fútbol	230	86	311	627
Fútbol Sala	7	2	12	21
Gimnasia	10	1	8	19
Golf	15	4	14	33
Halterofilia	1	0	1	2
Hockey	11	5	20	36
Judo	1	1	0	2
Karate	2	0	2	4
Motociclismo	8	3	14	25
Natación	16	3	15	34
Pelota vasca	1	0	0	1
Piragüismo	4	1	4	9
Remo	2	0	1	3
Rugby	3	3	16	22
Taekwondo	3	0	0	3
Tenis	25	10	39	74
Triatlón	3	0	2	5
Voleibol	3	1	2	6
Waterpolo	4	3	6	13

Tabla 4. Número de piezas donde se mencionaron los principales deportes en el contexto español. Fuente: Elaboración

Pese a la suspensión de las competiciones nacionales y continentales como la Liga de Campeones, la atención informativa sobre el fútbol fue extensiva a lo largo del período examinado. Uno de los ejes clave abordados en la cobertura fue la resolución de las principales ligas de fútbol europeas.

En relación a este punto, se han verificado dos hechos opuestos muy controvertidos. En primer lugar, la Ligue 1 francesa decidió parar el campeonato y otorgar el título al Paris Saint Germain. El combinado presidido por un fondo catari tenía una diferencia abismal de puntos con respecto al segundo clasificado, en el momento en que la competición fue suspendida por la pandemia (Torres 2020a, 35). En segunda instancia, en Holanda también se decretó acabada la competición de fútbol. En el caso de la Eredivisie, a la llegada del periodo de confinamiento Ajax y AZ Alkmaar dominaban la clasificación con los mismos puntos, la única diferencia era una ventaja en el *gol average* de parte del club de Ámsterdam (Torres 2020b, 31). Pese a tratar estas cuestiones, faltaron en estos casos más análisis en profundidad, incluso con la ayuda de expertos sobre cómo estas decisiones pudieron sentar un precedente, ya que no quedó claro o por lo menos, no salió de los periódicos, cuáles fueron los criterios de una y otra liga para llegar a tomar las decisiones finales. Esta cuestión es particularmente relevante, puesto que estas sentencias han desatado demandas judiciales de parte de aquellos equipos que se han sentido injustamente o ilegalmente perjudicados por dichas disposiciones.

Los periódicos examinados también dedicaron una gran atención a la reanudación de la Bundesliga, cuyo regreso fue aprobado por el gobierno alemán a principios de mayo (Rodríguez 2020a, 42). “El experimento alemán” (Torres 2020c, 43) es un buen ejemplo de la cobertura realizada por los medios generalistas españoles, sin quizás preguntarse si el tema tenía realmente tanto interés. La Bundesliga es, como la abrumadora mayoría de las ligas nacionales de fútbol europeas, un campeonato en el que no existe pelea real para el título, como queda demostrado por

los resultados de los últimos lustros. Además, cuesta entender, siendo la Bundesliga una competición que apenas encuentra espacio en los periódicos españoles, cómo de repente se transformó en un evento digno de tanta atención, más allá de la valía de las piezas en el intento de reflexionar sobre cómo se volvería a la normalidad en el resto de países. Más que pensar en cuándo se reanudaría dicho campeonato, faltaron voces críticas, capaces de pensar en fórmulas nuevas para aumentar el interés de estas competiciones domésticas.

Esta atención entra en contraste con el escaso peso específico que los medios dedicaron a la afectación de la crisis sobre las selecciones nacionales de fútbol. De hecho, la noticia del aplazamiento inmediato de la Eurocopa se reportó en todos los periódicos sin ulteriores análisis. Es llamativo destacar cómo un evento muy importante, que junto con el Mundial y la Liga de Campeones forma parte de las grandes competiciones del fútbol, se aplazó tras una reunión muy rápida a la vez que unas competiciones mucho menos relevantes como las ligas nacionales generaron intensas batallas en el intento de salvarlas, como se reportó en el artículo “Goles en silencio” (Martínez 2020a, 60).

Lógicamente, la afectación de la crisis del Covid-19 sobre la liga de fútbol española acaparó gran parte de la cobertura en los tres periódicos analizados. Se abordaron cuestiones de primer orden como el enfrentamiento entre la Asociación de Futbolistas Españoles (AFE) y la Liga de Fútbol Profesional (LFP) por los ERTE (Novo 2020, 48), la afectación de la crisis sobre los derechos televisivos del fútbol (Calonge 2020a, 46) o los problemas jurídicos de los jugadores sin contrato (Lidón 2020, 35). En paralelo, se arrojó luz sobre las opiniones de los jugadores sobre el riesgo de reemprender la competición (La Vanguardia 2020a, 41). La polémica sobre los test masivos a los futbolistas también recibió una atención preferente (Arribas 2020a, 31), aunque los periódicos no albergaron debates profundos sobre la necesidad real de realizar dichos test. En un primer momento, los diarios criticaron mayoritariamente la oportunidad de hacerlo, críticas que retomaron muchos personajes públicos. De repente, sin embargo, esta tendencia cambió y se empezó a testar los futbolistas sin apenas distinguirse en la prensa algún análisis crítico, excepto en la pieza “Test y regreso por fases: así volverá La Liga a entrenar” (El País 2020, 43). Ninguno de los tres medios consultados profundizó en el hecho de que a los hombres se les hicieran test para saber si tenían el virus y a las mujeres deportistas, no.

Cabe resaltar que los medios analizados también cubrieron las muertes, a causa del Covid-19, de Lorenzo Sanz, ex presidente del Real Madrid, y de Radomir Antić, ex entrenador entre otros del Atlético de Madrid, Real Madrid y F.C. Barcelona. A raíz de la muerte de Sanz, se habló de la hazaña del Real Madrid en la Liga de Campeones a través de piezas como “Lorenzo Sanz, el presidente de la Séptima” (Toro 2020, 86). Sin embargo, se echó en falta un análisis más en profundidad de la temporada en la Liga de Campeones del Atlético (1996-97), tras el doblete conseguido por Antić en la temporada anterior. Más allá de estos fallecimientos a causa del Covid-19, *El País*, *El Mundo* y *La Vanguardia* se hicieron eco a través de múltiples piezas de la muerte y del legado futbolístico y comunicativo de Michael Robinson (Martínez 2020b, 40).

Pese a la atención constante sobre el fútbol masculino, el tratamiento del impacto de la pandemia sobre el fútbol femenino fue muy reducido, en clara consonancia con la escasa cobertura que reciben las mujeres deportistas en todos los contextos y espacios informativos. Los periódicos no analizaron en profundidad la gran disparidad que se produjo entre el fútbol femenino y el fútbol masculino, así como las desmedidas ventajas que el mismo fútbol masculino ha tenido con respecto a todos los demás deportes en España. A lo largo de los últimos años, los medios de comunicación han abanderado una igualdad entre el fútbol masculino y femenino. No obstante, al decretarse el estado de alarma, los medios respaldaron el discurso que la liga de fútbol masculina se debía terminar como fuera, mientras que acriticamente se aceptó que la liga femenina (Liga Iberdrola) no debía reemprenderse al sentenciarse el FC Barcelona como el campeón. Los periódicos apenas albergaron debates sobre este tema. Una excepción fue la pieza de *El País* “Más pleitos que goles en la Liga femenina” (Calonge 2020b, 46). Otras noticias relevantes sobre fútbol femenino, como el aplazamiento de la Eurocopa femenina a 2020 (Gómez 2020a, 34) o el hecho que un juez federal

rechazara la igualdad salarial de las futbolistas en EE.UU. (La Vanguardia 2020b, 62) fueron reportadas de forma breve y principalmente a través de información de agencia.

Desigualdades en la agenda polideportiva

Siguiendo el mismo patrón que en la cobertura futbolística, gran parte de la información polideportiva se centró en la afectación de la crisis sobre las principales competiciones deportivas a nivel global. Entre otras cuestiones de primer orden, se trató el aplazamiento de los Juegos Olímpicos y Paralímpicos de Tokio 2020 a 2021 (Arribas, 2020b, 35), la cancelación del Campeonato de Wimbledon de tenis (Heredia 2020a, 42) y la reorganización en el calendario de las tres grandes citas del ciclismo mundial: el Tour de Francia, el Giro de Italia y La Vuelta a España (Arribas 2020c, 34; García Luque 2020, 43). Después de informar sobre las rebajas salariales de los jugadores de la NBA (Álvarez 2020a, 37), la prensa generalista española también ahondó en cómo se volvería a reanudar la temporada de la competición de baloncesto estadounidense. Finalmente, el final de la competición se disputaría en Orlando, capaz de disponer de tres pabellones de medianas dimensiones en un área muy restringida. La decisión de la NBA (semejante al caso de la Liga Endesa en España), se yuxtapone al anuncio de la liga europea de baloncesto, la Euroliga, que declaró cancelada su temporada al no tener las garantías de poder organizar el traslado de todos los equipos en una hipotética sede única. Además de estos desenlaces, los medios examinados también se hicieron eco del aplazamiento por un año del Eurobasket masculino, originalmente previsto para 2021 (Dotras 2020, 49).

Durante las primeras semanas del estado de alarma, los periódicos trataron de arrojar luz sobre los retos que para atletas como Salma Paralluelo o Jesús García Bragado conllevó la imposibilidad de entrenar en instalaciones deportivas y centros de tecnificación (Arribas 2020d, 45; Calonge 2020c, 37). Tampoco se rehuyó de hablar de la afectación económica de la pandemia sobre el balonmano español y sobre los tenistas más perjudicados por el parón de las competiciones (Calonge 2020d, 36; Ciriza 2020, 37). Sin embargo, poco espacio tuvieron ciertas contradicciones que aparecieron a medida que se iban paulatinamente frenando las restricciones. Por ejemplo, mientras que fueron posible los entrenamientos de equipos de fútbol, campeonas olímpicas de la talla de Mireia Belmonte, Carolina Marín o Lydia Valentín –las tres curiosamente practicando deportes que no prevén contacto con una adversaria– tuvieron que quedarse en casa. La atención a esta cuestión fue mínima: se publicó una pieza por cada periódico analizado, como por ejemplo “Hay diferencias injustas” (Heredia 2020b, 41). Estas desigualdades son particularmente graves, considerando que se tratan de atletas capaces de cosechar medallas de oros en los Juegos Olímpicos, siendo por lo tanto entre las máximas representantes de España en el mundo.

Durante el período de pandemia, otros deportes como la fórmula 1, la gimnasia, el golf o el waterpolo recibieron una atención discreta por parte de los rotativos examinados (La Vanguardia 2020c, 49; Morenilla 2020, 37; Rodríguez 2020b, 42). Otros deportes minoritarios, como la pelota vasca, fueron mencionados de forma puntual (Rivas 2020, 36). Sin embargo, otras muchas disciplinas fueron minimizadas en la cobertura. La infrarrepresentación del deporte adaptado resulta notoria: únicamente 15 piezas (1,06% de la muestra) se hicieron eco de la cancelación de los Juegos Paralímpicos de Tokio 2020 y de la afectación de dicha cancelación sobre sus participantes. Aún así, esta información no se trató de forma independiente sino siempre en relación con la suspensión de los Juegos Olímpicos.

Se encontró un discreto número de artículos en que los expertos analizaron cómo se podrían reanudar las competiciones, pero aquí también la gran mayoría se concentró solo en fútbol, y sobre todo en ligas nacionales de fútbol. Se echó en falta un análisis más amplio sobre los riesgos de volver a practicar el deporte con una mirada más amplia considerando las diferentes disciplinas y las distintas modalidades de cada certamen. Faltaron investigaciones en profundidad sobre cómo todos los deportes estaban moviéndose en el intento de volver a una nueva normalidad. Es lícito pensar que una competición que supone una lucha entre dos contrincantes, como el judo o el boxeo, o un deporte que presupone un continuo contacto entre varios jugadores pueden resultar mucho más

peligrosas de retomar con respecto, por ejemplo, a un evento de tenis individual o en cualquier otra disciplina en la que no se producen contactos entre los atletas.

Estas carencias referentes a la información polideportiva contrastan con la atención que desde los rotativos españoles se dedicó a aspectos superficiales y sensacionalistas. Durante el período analizado se asistió a una banalización del periodismo deportivo a través de relatos sobre infinidad de deportistas que se entrenaban en sus propias residencias. En muchos casos más que entrenos serios eran unos momentos más recreativos que de verdadero entrenamiento. En este aspecto, el periodismo de la prensa escrita siguió, aunque en manera menor, la estela dejada por muchos noticieros de televisión. Raras fueron las entrevistas de calidad sobre la vida de los deportistas durante el confinamiento. Una de las más destacadas fue “Lydia Valentín: ‘hay que ser mentalmente fuerte para lo que vendrá’” (Álvarez 2020b, 35), publicada en *El País*.

También en relación a la banalización de los contenidos deportivos, la prensa ahondó en detalles triviales y curiosidades como el coche de lujo que Cristiano Ronaldo regaló a su madre (La Vanguardia 2020d, 42) o el gasto que las universidades y clubes en Estados Unidos realizan para diseñar y entrenar a sus mascotas (La Vanguardia 2020e, 42). Historias controvertidas, como el declive y prisión de Ronaldinho (Pires 2020, 38) o las acusaciones de corrupción en el F.C. Barcelona (Ruipérez 2020, 40) también resonaron en la cobertura de los medios analizados, en especial en La Vanguardia. También se incluyeron varios artículos sobre la serie documental *The Last Dance*, que pretende analizar el último año en los Chicago Bulls de Michael Jordan y que emitió una plataforma de contenidos de pago. El producto es poco periodístico, pese a ser un tema muy relevante de la historia del baloncesto. Los periódicos más que bucear y analizar a fondo en los temas deportivos que podía proponer dicho documental, dedicaron su atención a hablar de si un jugador era antipático, si hubo peleas de vestuario entre atletas y de otros aspectos parecidos más apropiados para otro tipo de secciones.

Discusión y conclusiones

La presente investigación ha examinado la cobertura deportiva llevada a cabo por *El País*, *El Mundo* y *La Vanguardia* durante los primeros 65 días del estado de alarma para determinar si la coyuntura del Covid-19 ofreció una oportunidad para diversificar la agenda deportiva y trascender las limitaciones preexistentes en esta área de especialización.

Los resultados del estudio revelan que la prensa generalista española no aprovechó la enorme oportunidad de confeccionar un producto periodístico de calidad en la situación de emergencia causada por el Covid-19. No se articuló una cobertura deportiva distintiva que trascendiera la uniformidad temática del periodismo deportivo convencional y que abogara por fomentar la diversidad en un sentido amplio (Ramon-Vegas et al., 2020; Rojas-Torrijos, 2012; Sainz-de-Baranda, Barbero-González y Fernández-Fernández, 2019).

Conscientes de la gran capacidad de atracción del deporte en un momento de dificultades económicas y de fragmentación de las audiencias (Rojas-Torrijos 2018; Serazio 2019), los medios españoles siguieron apostando por un tratamiento extensivo del deporte durante la coyuntura de crisis. Este hallazgo es consistente con la situación desarrollada en múltiples países y contextos periodísticos. Como señala Hutchins (2020), “el deporte en tiempos de Covid-19 presenta una paradoja. No hay partidos, resultados, momentos clave y controversias en el terreno de juego de las que hablar [...] sin embargo, a pesar de que se multiplican las historias de muertes e infecciones, las noticias y la conversación en línea sobre el deporte que envuelve las ligas y eventos más populares no menguan”.

En un escenario sin competiciones, la atención mediática sobre el fútbol masculino y profesional permaneció intacta. En la búsqueda permanente del capital económico (Bourdieu 1998; English 2016), la prensa maximizó la información sobre las grandes ligas y clubes de fútbol. Si bien otros deportes con gran seguimiento en España como el baloncesto, el tenis, el ciclismo, el atletismo o el balonmano aparecieron de forma recurrente en la cobertura, se limitó la visibilidad de otros muchos deportes y protagonistas que permanecen en la periferia del complejo mediático. De esta forma, la

pandemia no representó un momento de ruptura sino de continuidad en el tratamiento deportivo: la crisis del Covid-19 no modificó las prioridades existentes, sino que intensificó la atención sobre aquellos deportes que ya acumulaban más poder mediático.

La cancelación de los Juegos Olímpicos y Paralímpicos de Tokio 2020 ofreció la oportunidad de reflexionar sobre el impacto del Covid-19 en muchas otras disciplinas, pero la noticia no fue un catalizador para realizar un seguimiento posterior sobre éstas de una forma sostenida. Gracias a la ausencia de las grandes competiciones, las secciones deportivas, siempre bastante ajenas a los deportes minoritarios, tenían una buena oportunidad para acercar el lector a dichas disciplinas. Si bien se abordaron de forma puntual las consecuencias de la crisis sobre el deporte femenino, la atención por parte de la prensa generalista no fue suficiente para trascender la asimetría estructural de género que se produce en el periodismo deportivo (Franks y O'Neill 2016; Gutiérrez San Miguel 2016; Herrero-Gutiérrez 2018; Sainz-de-Baranda 2014). Pese a la cancelación de los Juegos Paralímpicos, la atención sobre los deportistas adaptados fue prácticamente nula, reforzando de esta forma su invisibilidad en la esfera mediática (Solves et al. 2019).

Estas disparidades en la agenda conllevan repercusiones sociales, económicas y deportivas de primer orden. De forma inequívoca, el fútbol es el deporte más seguido y consumido a nivel mediático en el contexto español (Llopis-Goig 2014). Sin embargo, parte de la responsabilidad y función social de los medios de comunicación es velar por fomentar una cultura deportiva diversa, que ayude a ampliar los horizontes y referentes de los ciudadanos. A raíz de la crisis del Covid-19, multitud de deportes que ya contaban con recursos económicos limitados (como por ejemplo el balonmano, el waterpolo o el hockey) han quedado desprovistos de sus principales fuentes de ingresos: la venta de entradas, los patrocinios y los ingresos por las retransmisiones televisivas (Horky 2021). En un escenario complejo donde la estabilidad financiera de los deportes minoritarios está en juego, no conviene olvidar que la atención por parte de los medios generalistas y especializados resulta fundamental para preservar su visibilidad social.

Es cierto que los medios generalistas realizaron una labor intensiva para conectar el deporte con cuestiones sanitarias, sociales, económicas, políticas y jurídicas de primer orden, desmarcándose así de la noción que los medios prestan una limitada atención al *larger framework*, esto es, a las cuestiones contextuales relevantes más allá del terreno de juego (McEnnis 2020; Serazio 2019). Sin embargo, también se detectó en múltiples instancias una atención innecesaria sobre cuestiones sensacionalistas o triviales. En relación a este punto, no conviene olvidar que “ante el gran flujo de información que llega a los ciudadanos a través de múltiples canales, los medios pugnan por la visibilidad de sus contenidos, lo que con frecuencia se consigue a través de contenidos impactantes” (Masip et al. 2020, 8).

Dicho esto, la atención sobre algunas cuestiones anecdóticas podría haberse aprovechado para: (1) ahondar más en otros deportes; (2) aportar una visión crítica sobre el estatus quo del deporte, en pos de intentar mejorar ciertos aspectos organizativos de los grandes eventos y resaltar las contradicciones entre múltiples disciplinas y (3) dotar de una mayor profundidad al abordaje histórico del deporte, atendiendo a un mayor espectro de modalidades y protagonistas. Los medios también podrían haber aprovechado la oportunidad de acercar al lector a los deportes más tradicionalmente norteamericanos, que cuentan con millones de seguidores en todo el mundo, así como tratar cuestiones de gran relevancia que sucedieron en otros continentes como Asia o América del Sur. A través de estos ingredientes, los periódicos hubiesen podido ofrecer un papel didáctico que hubiese representado una apuesta ganadora de cara al futuro a medio y largo plazo. A continuación, se destacan tres aspectos de especial relevancia que se podrían haber desarrollado.

En primer lugar, considerando la escasa presencia de eventos en directo, otros temas posibles que hubiesen podido enriquecer las secciones deportivas de los periódicos son los aniversarios de personas relevantes del mundo del deporte y recurrencias de grandes competiciones y eventos del pasado. Con el recurso periodístico de ir a buscar fechas importantes en el calendario se hubiese podido hacer un viaje en distintos aspectos de la carrera de grandes deportistas o analizar un duelo histórico con el valor añadido de la mirada actual. No se encontró rastro por ejemplo del cumpleaños número 50 de dos grandes tenistas: Andre Agassi, mito del tenis y gran rival durante los

míticos 90 de Pete Sampras, y Gabriela Sabatini, campeona del Abierto de los Estados Unidos en 1990 y finalista de Wimbledon. También pasó inadvertido el aniversario número 60 de Franco Baresi, capitán de la época más gloriosa del Milán.

También en relación a la perspectiva histórica en la cobertura deportiva, se señala un caso notorio que presentó el diario *El País*. Normalmente los lunes se publica la sección de Alfredo Relaño, titulada “Memorias en blanco y negro”, en la que el periodista relata una historia deportiva del pasado. Curiosamente a lo largo de un mes dicha sección se suspendió para reaparecer nuevamente. El mismo periódico creó una sección diaria llamada “El jugador que deslumbró a...”, en la que proponía una pieza en la que un gran jugador hablaba de su propio ídolo del pasado. En este marco, se ofreció al lector la posibilidad de ahondar en una gran variedad de protagonistas, entre ellos los futbolistas argentinos Diego Armando Maradona (Ortego 2020, 40) y Mario Kempes (Álvarez 2020c, 37) o el ciclista francés Bernard Hinault (Arribas 2020e, 38). Sin embargo, se podría haber aprovechado dicha sección para ampliar el espectro de deportes tratados.

En segundo lugar, varias noticias de gran relevancia sobre la National Football League (NFL) recibieron una atención muy discreta por parte de la prensa española. Una de estas informaciones hace referencia al “traslado” de Tom Brady, seis veces campeón de la Super Bowl. Tras 20 años representando a los New England Patriots, el *quarterback* tomó la decisión de dejar la ciudad de Boston y el gurú de los banquillos Bill Belichick, para trasladarse a los Tampa Bay Buccaneers. Brady y Belichick representan a la pareja más ganadora en la historia de dicho deporte y gracias a ellos la franquicia del noreste de los Estados Unidos es la que ostenta más títulos en la historia de la NFL, junto a los Steelers de Pittsburgh. La noticia fue comentada en todas las secciones deportivas de los principales periódicos de Norteamérica y de los demás continentes, Europa incluida. Únicamente *La Vanguardia* se hizo eco de la noticia a través de un breve, titulado “Brady rompe con su historia” (La Vanguardia 2020f, 41).

Otra noticia mayúscula en relación a la NFL fue que el *draft* del año 2020 se realizó por videoconferencia debido al Covid-19. La selección de los nuevos jugadores provenientes de las universidades se llevó a cabo por conexión remota y con un éxito de aficionados delante de las pantallas. La prensa española mencionó lo ocurrido, pero sin ningún tipo de análisis. La pieza “Un *draft* desde el sótano de casa” (Gómez 2020b, 32) es un buen ejemplo de cómo se habló del evento, donde simplemente se señaló cómo puede ser un modelo para el *draft* de la NBA, una liga seguida ampliamente por la prensa española. Sin embargo, no se habló de ninguno de los seleccionados, algunos de ellos ya con interesantes historias en sus mochilas.

En tercera instancia, la prensa no realizó un seguimiento exhaustivo de dónde había deporte en directo para ver qué sucedía. Tras un mes, correspondiente con las primeras semanas de encierro, en el que realmente no se desarrollaron eventos deportivos en directo, con la única excepción del campeonato de fútbol de Bielorrusia, certamen de muy bajo perfil, se empezaron a jugar algunos campeonatos muy relevantes. En concreto se reanudaron el campeonato de béisbol de Taiwán y, más tarde, el de Corea del Sur. Ambas son ligas de primerísimo nivel que representan a dos países capaces de alcanzar la cumbre mundial. Taiwán llegó la final en los Juegos Olímpicos de Barcelona 1992. Perdió en Hospitalet de Llobregat con Cuba, que curiosamente cayó en la final de Pekín 2008 contra Corea del Sur. Ante la imposibilidad de acudir presencialmente adonde sí había competición, hubiera sido interesante emplear informaciones de agencia y contar con las voces de corresponsales y expertos para analizar cómo afrontan allí las cuestiones relacionadas con la pandemia y el distanciamiento social.

A raíz de todas estas consideraciones, el periodismo deportivo en tiempos del Covid-19 se enfrenta al reto clave de trabajar para fomentar una mayor cultura deportiva: trascender el localismo, ampliar el menú deportivo y proporcionar ángulos alternativos a los deportes destacados, superando la “redundancia, uniformidad y similitud que tan frecuentemente se puede encontrar en los contenidos deportivos vinculados a la estricta actualidad” (Ramon-Vegas y Tulloch 2016, 407). En su práctica periodística, el periodista también deberá acostumbrarse a trabajar sin público. En el relato de las crónicas sin público, no se presentará la opción de relatar lo que ocurre en la grada. Por el contrario, sí se podrán captar mucho más fácilmente palabras pronunciadas por los deportistas, la

comunicación entre ellos, entre un competidor y un entrenador o un colegiado, entre otras cuestiones. Sin embargo, para interpretar las competiciones, el periodista deberá ir más allá del terreno de juego para aportar contexto y valor añadido a su tarea.

La presente investigación se ha centrado en analizar la cobertura deportiva realizada durante los 65 primeros días del estado de alarma por los tres medios generalistas con más audiencia en España. Pese a las limitaciones derivadas del período temporal de la observación, la aproximación realizada es un punto de partida para seguir monitorizando esta área de especialización. Partiendo de los hallazgos de este trabajo, futuros estudios deberán radiografiar de qué forma los medios examinados, los periódicos de información deportiva en España y otras organizaciones públicas y privadas en diferentes países y culturas periodísticas siguen abordando el deporte en tiempos del Covid-19. Trabajos futuros también deberán examinar otros medios de información general con larga trayectoria y tirada a nivel nacional, como *ABC*, así como otros rotativos regionales de gran calado como *El Correo* y *La Voz de Galicia*.

El análisis del contenido podría triangularse con entrevistas en profundidad o grupos de discusión con periodistas y editores, que permitirían obtener un conocimiento más profundo sobre los criterios informativos, los valores y los recursos económicos y temporales disponibles en los medios de comunicación. No conviene olvidar que en el escenario actual, la escasez de tiempo y de recursos económicos en las redacciones tienen una clara incidencia sobre el tipo de periodismo deportivo que se desarrolla y las cuestiones que pueden abordarse (Broussard 2020). Esta aproximación cualitativa también permitiría conocer de forma pormenorizada las limitaciones y retos principales a los que se están enfrentado los profesionales de la información deportiva durante la pandemia, entre ellos la movilidad limitada de los trabajadores y la consiguiente agudización de las dificultades de acceso a la información. Este conocimiento más pormenorizado permitirá ahondar en la forma en que estos condicionantes y dificultades laborales se trasladan a los contenidos periodísticos.

Referencias bibliográficas

- AIMC. 2020. “Marco General de los Medios en España 2020”, *Asociación para la Investigación de Medios de Comunicación*, <https://bit.ly/30OCEEn> (consultado el 10 julio 2020).
- Altheide, David L. 1996. *Qualitative media analysis*. Thousand Oaks, California: Sage.
- Álvarez, Robert. 2020a, 4 abril. “La NBA reduce un 25% el sueldo de los jugadores”, *El País*, 37.
- Álvarez, Robert. 2020b, 11 abril. “Lydia Valentín: ‘hay que ser mentalmente fuerte para lo que vendrá’”, *El País*, 35.
- Álvarez, Robert. 2020c, 11 mayo. “Me enganché al fútbol con la idea de ser Mario Kempes”, *El País*, 37.
- Arribas, Carlos. 2020a, 30 abril. “El fútbol espera el permiso de Sanidad para los test”, *El País*, 31.
- Arribas, Carlos. 2020b, 24 marzo. “Objetivo Tokio 2021”, *El País*, 35.
- Arribas, Carlos. 2020c, 6 mayo. “Todo el ciclismo del año, comprimido en 100 días”, *El País*, 34.
- Arribas, Carlos. 2020d, 15 marzo. “García Bragado, de Sant Cugat a una cueva en Guadix”, *El País*, 45.
- Arribas, Carlos. 2020e, 9 mayo. “Quién hubiera tenido el motor de Hinault, y ese amor por la gesta”, *El País*, 38.
- Bourdieu, Pierre. 1998. *On television and journalism*. Londres: Pluto Press.
- Boyle, Raymond. 2017. “Sports journalism: Changing journalism practice and digital media”. *Digital Journalism* 5, n.º 5: 493-5. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1281603>
- Broussard, Ryan. 2020. “‘Stick to Sports’ is Gone: A Field Theory. Analysis of Sports Journalists’ Coverage of Socio-political Issues”. *Journalism Studies* 21, n.º 12: 1627-43. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1785323>

- Bryman, Alan. 2016. *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Calonge, Lorenzo. 2020a, 10 mayo. “El nuevo melón de la batalla televisiva”. *El País*, 46.
- Calonge, Lorenzo. 2020b, 10 mayo. “Más pleitos que goles en la Liga femenina”. *El País*, 46.
- Calonge, Lorenzo. 2020c, 27 abril. “El salto de sillas de Salma Paralluelo”. *El País*, 37.
- Calonge, Lorenzo. 2020d, 13 abril. “El balonmano español, en ERTE”. *El País*, 36.
- Calvo-Ortega, Elena y Begoña Gutiérrez San Miguel. 2016. “La mujer deportista y periodista en los informativos deportivos de televisión. Un análisis comparativo con respecto a su homólogo masculino”. *Revista Latina de Comunicación Social*, n.º 71: 1230-42. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2016-1143>
- Carvajal, Miguel. 2020, 11 mayo. “El impacto del COVID-19 en la economía del periodismo”. *Blog Noticias y pistas del Máster en Innovación en Periodismo*. <https://bit.ly/3vRyIyK> (consultado el 16 de junio 2021).
- Casero-Ripollés, Andreu. 2020. “Impact of Covid-19 on the media system. Communicative and democratic consequences of news consumption during the outbreak”. *El profesional de la información* 29, n.º 2: 1-11. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.mar.23>
- Ciriza, Alejandro. 2020, 19 abril. “El tenis crea un fondo de ayuda a sus 'autónomos’”. *El País*, 37.
- Dotras, Oriol. 2020, 11 abril. “El Eurobasket masculino se retrasa un año”. *La Vanguardia*, 49.
- El País. 2020, 5 abril. “Test y regreso por fases: así volverá La Liga a entrenar.” *El País*, 43.
- English, Peter. 2014. “The same old stories: Exclusive news and uniformity of content in sports coverage”. *International Journal of Sports Communication* 7, n.º 4: 477-94. <https://doi.org/10.1123/IJSC.2014-0026>
- English, Peter. 2016. “Mapping the sports journalism field: Bourdieu and broadsheet newsrooms”. *Journalism* 17, n.º 8: 1001-17. <https://doi.org/10.1177/1464884915576728>
- English, Peter. 2017. “Cheerleaders or critics? Australian and Indian sports journalists in the contemporary age”. *Digital Journalism* 5, n.º 5: 532-48. <https://doi.org/10.1080/21670811.2016.1209082>
- España, 2020. “Real decreto 463/2020, de 14 de marzo, por el que se declara el estado de alarma para la gestión de la situación de crisis sanitaria ocasionada por el Covid-19”. *Boletín Oficial del Estado*, n.º 67: 25390-400. <https://www.boe.es/eli/es/rd/2020/03/14/463>
- Franks, Suzanne y Deirdre O’Neill. 2016. “Women reporting sport: Still a man’s game?” *Journalism* 17, n.º 4: 474-92. <https://doi.org/10.1177/1464884914561573>
- García Luque, Xavier. 2020, 6 mayo. “El ciclismo del coronavirus”. *La Vanguardia*, 43.
- Gómez, Daniel. 2020a, 24 abril. “La Eurocopa femenina se aplaza a 2022”. *El País*, 34.
- Gómez, Daniel. 2020b, 25 abril. “Un draft desde el sótano de casa”. *El País*, 32.
- Heredia, Sergio. 2020a, 2 abril. “Wimbledon cerrará la puerta”. *La Vanguardia*, 42.
- Heredia, Sergio. 2020b, 13 mayo. “Hay diferencias injustas”. *La Vanguardia*, 41.
- Herrero-Gutiérrez, Francisco Javier. 2018. “Los periódicos deportivos españoles. Análisis comparativo de la noticia principal de portada en los diarios Marca, As, Mundo Deportivo y Sport”. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico* 24, n.º 2: 1353-65. <https://doi.org/10.5209/ESMP.62221>
- Horky, Thomas. 2021. “No sports, no spectators – no media, no money? The importance of spectators and broadcasting for professional sports during COVID-19”. *Soccer & Society* 22, n.º 1-2: 96-102. <https://doi.org/10.1080/14660970.2020.1790358>
- Hutchins, Brett. 2020, 17 abril. “COVID-19: Despite its flaws, sport's significance runs deep in society”, *Lens*, <https://bit.ly/2PGPMF8> (consultado el 10 julio 2020).

- La Vanguardia. 2020a, 6 mayo. “La plantilla del Eibar se posiciona: Tenemos miedo”. *La Vanguardia*, 41.
- La Vanguardia. 2020b, 3 mayo. “El juez rechaza la igualdad salarial de las futbolistas de EE.UU”. *La Vanguardia*, 62.
- La Vanguardia. 2020c, 4 mayo. “El Sabadell disiente del acuerdo liguero”. *La Vanguardia*, 49.
- La Vanguardia. 2020d, 4 mayo. “Coche de lujo para la madre de Cristiano”. *La Vanguardia*, 42.
- La Vanguardia. 2020e, 14 abril. “Las universidades y clubs profesionales de Estados Unidos gastan millones en diseñar (y entrenar si es necesario) la mascota perfecta”. *La Vanguardia*, 42.
- La Vanguardia. 2020f, 18 marzo. “Brady rompe con su historia”. *La Vanguardia*, 41.
- Lázaro-Rodríguez, Pedro y Enrique Herrera-Viedma. 2020. “Noticias sobre Covid-19 y 2019-nCoV en medios de comunicación de España: el papel de los medios digitales en tiempos de confinamiento”. *El profesional de la información* 29, n.º 3: 1-11. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.02>
- Lidón, Inma. 2020, 9 abril. “El limbo jurídico de los jugadores sin contrato”. *El Mundo*, 35.
- Llopis-Goig, Ramon. 2014. “The predominance of soccer in the sport and leisure habits of Spanish society”. *Sport in Society* 17, n.º 6: 824-41. <https://doi.org/10.1080/17430437.2014.882909>
- López-Aranguren, Eduardo. 2016. “El análisis de contenido tradicional”. En *El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación*, editado por Manuel García Ferrando, Francisco Ricardo Alvira, Luis Enrique Alonso y Modesto Escobar, 594-616. Madrid: Alianza Editorial.
- López-Rabadán, Pablo y Andreu Casero-Ripollés. 2012. “La evolución de la agenda mediática española (1980-2010). Un análisis longitudinal de la portada de la prensa de referencia”. *Revista Latina de Comunicación Social*, n.º 67: 470-93. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2012-964>
- Martínez, Juan Bautista. 2020a, 17 mayo. “Goles en silencio”. *La Vanguardia*, 60.
- Martínez, Juan Bautista. 2020b, 29 abril. “Un genio con acento”. *La Vanguardia*, 40.
- Mena, Francisco. 2020, 9 mayo. “El mapa del coronavirus en el deporte: más de 250 suspensiones o cancelaciones”, *Rtve.es*, <https://bit.ly/2PK7EyL> (consultado el 10 julio 2020).
- Márquez-Ramírez, Mireya y José Luis Rojas-Torrijos. 2017. “¿Periodismo deportivo pasivo o proactivo? La cobertura del FIFAGate en la prensa deportiva de México y España”. *Cuadernos.info*, n.º 40: 173-88. <https://doi.org/10.7764/cdi.40.1009>
- Masip, Pere, Sue Aran-Ramspott, Carlos Ruiz-Caballero, Jaume Suau, Ester Almenar y David Puertas-Graell. 2020. “Consumo informativo y cobertura mediática durante el confinamiento por el Covid-19: sobreinformación, sesgo ideológico y sensacionalismo”. *El profesional de la información* 29, n.º 3: 1-12. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.12>
- McCombs, Maxwell. 2004. *Setting the agenda. The mass media and public opinion*. Cambridge: Polity Press.
- McCombs, Maxwell y Donald Shaw. 1972. “The agenda-setting function of mass media”. *Public Opinion Quarterly* 36, n.º 2: 176-87. <https://doi.org/10.1086/267990>
- McEnnis, Simon. 2020. “Toy department within the toy department? Online sports journalists and professional legitimacy”. *Journalism* 21, n.º 10: 1415-31. <https://doi.org/10.1177/1464884918797613>
- Montero-Ramos, Francisco Javier. 2017. “Deontología del periodismo deportivo. Principios fundamentales y tratamiento en prensa”. Tesis doctoral, Universidad Complutense de Madrid.
- Morenilla, Juan. 2020, 15 mayo. “El protocolo del golf: los ‘caddies’ no tocan el palo”. *El País*, 37.
- Novo, Carlos. 2020, 4 abril. “La Liga rompe con la AFE”. *La Vanguardia*, 48.

- O'Neill, Deirdre y Matt Mulready. "The Invisible Woman? A comparative study of women's sports coverage in the UK national press before and after the 2012 Olympic Games". *Journalism Practice* 9, n.º 5: 651-68. <https://doi.org/10.1080/17512786.2014.965925>
- Ortego, Enrique. 2020, 3 mayo. "Que últimos 10 metros de Maradona". *El País*, 40.
- Parnell, Daniel, Paul Widdop, Alex Bond y Rob Wilson. 2020. "Covid-19, networks and sport". *Managing Sport and Leisure*, 1-7. <https://doi.org/10.1080/23750472.2020.1750100>
- Pires, Breiller. 2020, 16 marzo. "Traición, declive y prisión, la última década de Ronaldinho". *El País*, 38.
- Pulido, Cristina, Beatriz Villarejo-Carballido, Gisela Redondo-Sama y Aitor Gómez. 2020. "Covid-19 infodemic: More retweets for science-based information on coronavirus than for false information". *International Sociology* 35, n.º 4: 377-92. <https://doi.org/10.1177/0268580920914755>
- Ramon-Vegas, Xavier, Eva Gómez-Colell, Mónica Figueras-Maz y Pilar Medina-Bravo. 2020. "Las mujeres como outsiders en el periodismo deportivo: percepción de las estudiantes y personas expertas". *Estudios sobre el Mensaje Periodístico* 26, n.º 3: 1183-94. <https://doi.org/10.5209/esmp.64526>
- Ramon-Vegas, Xavier y Christopher Tulloch. 2016. "Periodismo deportivo de largo formato en la era digital". *El profesional de la información* 25, n.º 3: 404-12. <https://doi.org/10.3145/epi.2016.may.10>
- Ramon-Vegas, Xavier y Christopher Tulloch. 2021. "Life beyond clickbait journalism: A transnational study of the independent football magazine market". *Communication & Sport* 9, n.º 4: 603-34. <https://doi.org/10.1177/2167479519878674>
- Rivas, Jon. 2020, 6 abril. "La cesta punta remata el cierre del deporte en EEUU". *El País*, 36.
- Rodero, Emma. 2020. "La radio: el medio que mejor se comporta en las crisis. Hábitos de escucha, consumo y percepción de los oyentes de radio durante el confinamiento por el Covid-19". *El profesional de la información* 29, n.º 3: 1-15. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.06>
- Rodríguez, Roberto. 2020a, 7 mayo. "Merkel aprueba el regreso de la Bundesliga para finales de mayo". *La Vanguardia*, 42.
- Rodríguez, Roberto. 2020b, 1 abril. "La FIA anuncia cambios para salvar a la fórmula 1 frente al coronavirus". *La Vanguardia*, 42.
- Rojas-Torrijos, José Luis. 2012. "La futbolización de la información deportiva. Un estudio de casos de cuatro diarios deportivos europeos". *Comunicação & Cultura*, n.º 13: 77-95. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2012.629>
- Rojas-Torrijos, José Luis. 2018. "La estrategia digital de internacionalización de Marca en Latinoamérica. Estudio de caso de MARCA Claro en México". *Revista de Comunicación* 17, n.º 1: 133-54. <https://doi.org/10.26441/RC17.1-2018-A7>
- Rojas-Torrijos, José Luis. 2020, 14 marzo. "Un periodismo deportivo sin competiciones, una oportunidad para reinventarse", *Periodismo deportivo de calidad*, <https://bit.ly/33PIJ55> (consultado el 12 julio 2020).
- Rojas-Torrijos, José Luis y Miguel Ángel Jimeno. 2019. "La presencia de las mujeres deportistas en la prensa regional en España. Un análisis de la fotografía de portada". *Communication Papers* 8, n.º 16: 33-48. http://dx.doi.org/10.33115/udg_bib/cp.v8i16.22357
- Rowe, David. 2007. "Sports journalism: Still the 'toy department' of the news media". *Journalism* 8, n.º 4: 385-405. <https://doi.org/10.1177/1464884907078657>

- Rowe, David. 2017. "Sports journalism and the FIFA scandal: Personalization, co-optation, and investigation". *Communication & Sport* 5, n.º 5: 515-33. <https://doi.org/10.1177/2167479516642206>
- Ruipérez, Carles. 2020, 24 abril. "Rousaud da marcha atrás". *La Vanguardia*, 40.
- Ruiz Olabuénaga, José Ignacio, Iratxe Aristegui y Leire Melgosa. 1998. *Cómo elaborar un proyecto de investigación social*. Bilbao: Universidad de Deusto
- Sainz-de-Baranda, Clara. 2014. "Las mujeres en la prensa deportiva: dos perfiles". *Cuadernos de Psicología del Deporte* 14, n.º 1: 91-102.
- Sainz-de-Baranda, Clara, Miguel Ángel Barbero-González y José-Gabriel Fernández-Fernández. 2019. "Tratamiento informativo del bádminton y el piragüismo en Marca y El País (2012-2016)". *Estudios sobre el Mensaje Periodístico* 25, n.º 3: 1605-16. <https://doi.org/10.5209/esmp.67007>
- Salaverría, Ramón, Nataly Buslón, Fernando López-Pan, Bienvenido León, Ignacio López-Goñi y María-Carmen Erviti. "Desinformación en tiempos de pandemia: tipología de los bulos sobre la Covid-19". *El profesional de la información* 29, n.º 3: 1-15. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.may.15>
- Schultz-Jørgensen, Søren. 2015. "The world's best advertising agency: the sports press". *Mandag Morgen*, n.º 37: 1-7. <https://bit.ly/2PXJS2F>
- Seoane, María Cruz y Susana Sueiro. 2004. *Una historia de El País y del Grupo Prisa*. Barcelona: Plaza & Janés.
- Serazio, Michael. 2019. *The power of sports. Media and spectacle in American culture*. Nueva York: New York University Press.
- Solves, Josep, Athanasios Pappous, Inmaculada Rius y Geoffrey Zain Kohe. 2019. "Framing the Paralympic Games: A Mixed-Methods Analysis of Spanish Media Coverage of the Beijing 2008 and London 2012 Paralympic Games". *Communication & Sport* 7, n.º 6: 729-51. <https://doi.org/10.1177/2167479518808237>
- Steiner, Miriam, Melanie Magin y Birgit Stark. 2019. "Uneasy bedfellows. Comparing the diversity of German public service news on television and on facebook". *Digital Journalism* 7, n.º 1: 100-23. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1412800>
- Toro, Carlos. 2020, 22 marzo. "Lorenzo Sanz, el presidente de la Séptima". *El Mundo*, 86.
- Torres, Diego. 2020a, 1 mayo. "Francia declara campeón al PSG". *El País*, 35.
- Torres, Diego. 2020b, 25 abril. "Holanda declara desierto el título de la Eredivisie". *El País*, 31.
- Torres, Diego. 2020c, 5 abril. "El experimento alemán". *El País*, 43.
- Tovar, Jorge. 2021. "Soccer, World War II and coronavirus: a comparative analysis of how the sport shut down". *Soccer and Society* 22, n.º 1-2: 66-74. <https://doi.org/10.1080/14660970.2020.1755270>
- Waisbord, Silvio. 2019. "The vulnerabilities of journalism". *Journalism* 20, n.º 1: 210-13. <https://doi.org/10.1177/1464884918809283>

CHIAPAS MODERNO Y MEXICANO: NORMALIZAR EL DEPORTE TRAS LA REVOLUCIÓN MEXICANA, 1910-1940

Modern and Mexican Chiapas: Normalizing sport after the Mexican Revolution, 1910-1940

Miguel LISBONA GUILLÉN

Universidad Nacional Autónoma de México (México)

Resumen

A partir de la Revolución mexicana, las instituciones creadas o reorganizadas por los gobiernos posrevolucionarios tienen, entre otros muchos retos, el de extenderse en lugares físicamente alejados de la capital del poder político, la Ciudad de México. Otro de sus objetivos era construir el discurso sobre la nueva nación y romper con el pasado normalizando a sus ciudadanos a través de su regeneración física y moral. Normalización donde la educación física y el deporte se convertían en parte de las campañas de higienización social desplegadas por todo el país. De esta manera, el territorio chiapaneco se incorporó a la institucionalización de la Revolución mexicana y, dentro de ese proceso, las actividades físicas se impulsaron e incrementaron desde los gobiernos posrevolucionarios chiapanecos y, también, desde las élites de la sociedad civil, muchas de ellas partícipes de los nuevos gobiernos e instituciones locales.

Palabras clave: educación física, cuerpo, modernización, Estado, nación.

Abstract

Since the Mexican Revolution, the institutions created or reorganized by the post-revolutionary governments have, among many other challenges, spread in places physically far from the capital of political power, Mexico City. Another of its objectives was to build the discourse on the new nation that broke with the past and that, among its objectives, was the normalization of citizenship through its physical and moral regeneration. Standardization where physical education and sport became part of the social sanitation campaigns deployed throughout the country. In this way, the territory of Chiapas was incorporated into the institutionalization of the Mexican Revolution and, within that process, physical activities were promoted and increased from the post-revolutionary governments of Chiapas and also, from the elites of civil society, many of them participants of the new governments and local institutions.

Keywords: physical education, body, modernization, State, nation.

Introducción

Su anexión al nuevo país de México, tras ser parte de la Capitanía General de Guatemala durante el periodo colonial; la lejanía del centro de poder capitalino y una escasa población, repartida por su territorio y compuesta por un elevado número de indígenas de distintas etnias convirtió a Chiapas en un territorio exotizado. El estado de Chiapas también fue referente del atraso económico mexicano y, en tal sentido, se pensó que estaba necesitado de acciones para cambiar la condición de su población e incorporarla a los procesos de modernización del país. Un anhelado progreso alentado desde los discursos políticos y científicos desde el siglo XIX y que, en muchos aspectos, es asumido por los gobiernos surgidos de la Revolución mexicana (Tenorio 1998).

Respecto a la actividad física, juegos como el de la pelota se hicieron populares entre distintas capas sociales de ciudades mexicanas durante el siglo XVIII, como ocurrió en la actual capital de México (Viqueira 1987, 242-3). Lo anterior formaba parte de las prácticas de temperancia y “salud” impulsadas por la burguesía novohispana (Viqueira 1987, 246). Juegos con atributos morales desde la visión de los pedagogos de la época (Garrido 2014, 23-8) pero que también muestran su incipiente reglamentación y carácter competitivo, como después ocurrirá con las prácticas denominadas deportivas (Garrido 2014, 129-31). Una línea de investigación a explorar en los territorios americanos antes de su Independencia. Pero dicho esto, no cabe duda que los postulados positivistas decimonónicos y las inquietudes sobre la higienización personal y social se extendieron en Chiapas durante el tránsito de los siglos XIX y XX (Hale 2011); particularidad coincidente con las directrices políticas de México y de la mayoría de países de América Latina. Así, los debates científicos respecto a cuestiones médico-higiénicas, los referidos a la “raza” y los propios al contenido y extensión de la educación se reflejaron en la opinión pública de Chiapas. Tal circunstancia estuvo relacionada con la promoción de actividades físicas, como el deporte, aunque este último nombre abarcara más posibilidades que su simple carácter competitivo. Esta circunstancia es más visible tras la consolidación de los gobiernos surgidos de la Revolución mexicana iniciada en 1910; hito político discutido historiográficamente por su pluralidad y fragmentación (Benjamin 2003, 202-13), aunque se convirtió en referente de la construcción del Estado posrevolucionario y legitimador de las instituciones gobernadas durante más de setenta años por un partido de Estado, el Partido Revolucionario Institucional (PRI).

La Revolución mexicana, con múltiples perspectivas históricas sobre su desarrollo regional y sus consecuencias, tuvo singularidades propias en el estado de Chiapas, puesto que no significó un levantamiento generalizado contra las formas de propiedad de la tierra y las relaciones de dependencia de los trabajadores del campo respecto a los dueños de fincas. Por el contrario, reconocidos propietarios se alzaron contra las tropas revolucionarias enviadas por el gobierno revolucionario de Venustiano Carranza a través del movimiento conocido como mapachista y que, finalmente, acordó con el Presidente de la República, Álvaro Obregón (1920-1924), la candidatura de su líder (Tiburcio Fernández Ruiz) para ocupar la gubernatura de Chiapas (1920-1924). En consecuencia, no sorprende que se haya cuestionado la presencia y resultados de la Revolución mexicana en Chiapas (De Vos 2000, 249; García de León 1989), aunque ello no es impedimento para reconocer que a partir del hecho revolucionario el Estado mexicano extendió las nuevas instituciones en suelo chiapaneco para consolidar la definición de la nueva nación que intentaba romper con el pasado (Lisbona Guillén 2010). Extensión de la estructura política e institucional nacional, unida a proyectos de normalización de su ciudadanía (Foucault 2003) expuestos con claridad en el mandato del general Lázaro Cárdenas (1934-1940) (Tutino 1996, 104).

Ante las crisis políticas y sociales los gobernantes posrevolucionarios tenían como objetivo la construcción de un “Estado moderno” (Córdova 2010, 296-8); un hecho que se produciría gracias a cambios institucionales que iban unidos a discursos contundentes de transformación social (Guerra 1989, 14-5). Diatribas para cimentar un proyecto de nación homogénea y donde Estado y nación quedaran identificados. Como parte del proceso de institucionalización de la Revolución mexicana se dictaron leyes y decretos para oficializar la actividad física. En las siguientes páginas se muestran algunos de estos pasos que se producen desde el Estado federal y los gobiernos chiapanecos, y en los que se atisban elementos que caracterizaron a los gobiernos surgidos de la Revolución mexicana, como su intención de acrecentar su presencia en territorios necesitados de mexicanizarse, en especial por la presencia de poblaciones indígenas, así como la labor que la educación debía jugar en ellos. De esta manera, educación física e impulso de prácticas deportivas aparecen como un complemento a otras campañas destinadas a la higienización de la población que conformaría la nueva nación surgida del hecho revolucionario¹.

En tal sentido, se utilizaron “metáforas orgánico-biologistas” para diseñar la nación (Funes 2014, 70), como también ocurrió en el siglo XIX. Metáforas que en el periodo revolucionario se

¹ “Hoy Tarde Deportiva”, *La Vanguardia*, n.º 138, Tuxtla Gutiérrez, 8 noviembre 1931, 4.

establecen como un proyecto de “ingeniería social” (Urías 2005, 355-6) que anhelaba construir una sociedad nueva, un nuevo hombre. Para conseguir tal objetivo se utilizaron campañas consideradas científicas (Urías 2004, 98), y donde el cuerpo de los ciudadanos se perfiló como pieza fundamental. Una revolución antropológica donde la educación, y la educación física en concreto (Moreno Chávez 2011, 41), se unieron a la expansión de la práctica deportiva, cada vez más presente en su condición competitiva.

La mutación física y moral del pueblo mexicano estaba en consonancia con lo que Nancy Leys Stepan (1991) consideró que era el “mestizaje constructivo”, es decir, frente al eugenismo europeo, el de los países latinoamericanos se diferenciaba y se confrontaba con el del viejo continente por apostar por un tipo de mestizo que se transfiguraría en el extremo contrario de la degeneración para ser el estandarte del futuro. A ello hay que unir la idea de biopolítica que Michel Foucault relacionó con la población, convertida en problema político y científico, para disciplinar y normalizar a los ciudadanos. Un biopoder destinado a disciplinar el cuerpo individual (Foucault 2011, 27) a la vez que al conjunto de la población se le aplican un conjunto de acciones bajo el amparo de la salud con claros tintes de higienización social y moral (Foucault 2012, 359). Siguiendo esa óptica teórica, la información para la construcción de este artículo sobre el caso chiapaneco proviene de fuentes secundarias pero, sobre todo, procede de distintos archivos históricos chiapanecos y nacionales; fuentes primarias de origen oficial, principalmente, que se complementan con datos de hemeroteca.

Institucionalizar desde el Estado mexicano

A finales del siglo XIX los juegos, antecedentes del deporte, tendrán una notable transformación al reglamentarse; regulación conectada a la creciente diferenciación entre practicantes aficionados y los que paulatinamente se convertirán en profesionales². También la actividad física se incorporó a la educación (Loyo 1999; Vázquez 2000), y se inició su universalización como Pierre de Coubertin (1863-1937) lo proponía con sus ideas pedagógicas de regeneración social y los valores modernos representados por el ejercicio físico (Vilanou 2001, 137). Oficializar el deporte no solo significó reglamentar las distintas disciplinas, sino que convirtió a ciertas organizaciones en parte del Estado (Palma Rubín 1997, 5). Aunque en esa expansión del deporte y su consolidación institucional no hay que olvidar el papel jugado por las élites de la sociedad civil gracias, en muchas ocasiones, a la creación de clubs y al interés demostrado por la prensa local y nacional.

El inicio de la Revolución mexicana no permitió el despliegue estable de políticas educativas, aunque unos primeros movimientos se dieron hacia la militarización (Macías Cervantes 2010) y a la extensión de las escuelas en todo el territorio mexicano. El paso fundamental para la reorganización educativa, y su intento de centralización, se dio con la creación de la Secretaría de Educación Pública (SEP) en 1921 de la mano del pensador José Vasconcelos. Su breve estancia en la nueva dependencia no le impidió crear la Dirección General de Educación Física en 1923, una acción que parecía contraria a ciertas opiniones sobre el ejercicio físico del mismo pensador. De hecho, su contradictoria figura, los debates sobre los modelos deportivos que se impusieron, y el papel de los gobiernos mexicanos en el desarrollo deportivo han conducido al inicio de debates sobre la relevancia de la sociedad civil frente a las instituciones estatales para desarrollar la práctica deportiva (Esparza 2014 y 2019). Debate que con un mayor número de investigaciones ampliará el conocimiento del papel del Estado en las distintas regiones del país, y del compromiso de ciertos miembros de la sociedad civil. Sin embargo, ello no impide observar que, en territorios alejados del centro del poder político nacional, las iniciativas civiles eran potenciadas por actores con influencia en los medios políticos.

Si se retoma la figura de José Vasconcelos, durante su mandato se impulsó la formación de profesores de educación física, al mismo tiempo que se construían instalaciones deportivas o se inauguraba en la capital del país el primer Estadio Nacional en 1924 (Torres Hernández 2001).

² “Aficionados y profesionales que fueron definidos por la Confederación Deportiva Mexicana a principios de la década de los treinta del pasado siglo”, Confederación Deportiva Mexicana, *Memoria de su Convención Constituyente convocada por el Consejo Nacional de Cultura Física*, 1933, caja 5158, exp. 44, foja 72, Archivo Histórico de la Secretaría de Educación Pública (AHSEP), México.

Durante el mandato del Presidente de la República, Abelardo L. Rodríguez (1932-1934), se conformó, en 1933, la Confederación Deportiva Mexicana (CODEME), institución que debía afiliarse a las federaciones deportivas que se estaban creando (Rodríguez 1962, 48). Tras las reformas constitucionales que propiciaron la llamada educación socialista (1934), se autorizó el reglamento de la ley que creó el Consejo Nacional de Cultura Física, originalmente constituido en diciembre de 1932. Estos ejemplos de institucionalización y de fomento a la educación física y el deporte, que debían extenderse en todo el territorio nacional, se conectan con la idea de que la actividad física era “un cilindro más en el motor del progreso de la patria”³.

Asimismo, para lograr la centralización deportiva era imprescindible contar con “la cooperación del gobierno de cada una de las Entidades Federativas”⁴. De esta forma, en 1933 se constituyó en Chiapas el “Comité Deportivo del Estado”. Sus representantes, auspiciados por el gobernador en turno (Victórico R. Grajales, 1932-1936), fueron el futuro gobernador y entonces Secretario General de Gobierno, Samuel León Brindis (1958-1964) como presidente, y como vocales el profesor Alberto Gutiérrez y los diputados José María Brindis y César Cortés⁵. Sus objetivos fueron la intensificación de la práctica deportiva en Chiapas⁶, así como la unificación de los deportistas locales, ambos aspectos parte de la multifacética campaña de normalización (Foucault 2003) impulsada por el gobierno de la nación y donde la creación, reglamentación de instituciones y prácticas era parte de la formalización del nuevo Estado que se estaba creando en los gobiernos revolucionarios; una manera de romper con las prácticas retrógradas y contrarias al progreso, como lo ejemplificaban a la perfección los rituales de los pueblos indígenas. También, fundar esas instituciones reflejó el carácter jerárquico en la construcción del nuevo Estado posrevolucionario. Desde el poder federal se dirigía a los estados de la República para, con posterioridad, extenderse por las distintas categorías de poblados que, según su importancia, tenían que nombrar subcomités o delegados deportivos, quienes serían los enlaces locales y representantes del Comité Deportivo Estatal⁷. Con ese tenor, y en el mismo año, en la ciudad de Tapachula se constituyó la Confederación Deportiva del Soconusco, institución destinada a aglutinar a los distintos clubs deportivos de las disciplinas existentes en la región costera de Chiapas⁸.

Junto a la conformación de instituciones para el control y regulación de la práctica deportiva, aparecen competiciones estatales que prepararían a los chiapanecos para las contiendas nacionales. El carácter competitivo de los deportes se hacía presente, al mismo tiempo que emergían identificaciones en las que la comunalidad deportiva emergía para reconocer a los ciudadanos a través de sus representantes deportivos, desde los estatales a los escenificados por centros educativos, clubs y organizaciones sociales y políticas. Ejemplo de lo anterior son los Juegos Deportivos del Estado, que en el mandato del coronel Grajales tuvieron su cuarta edición y coincidieron con el aniversario del hecho revolucionario mexicano⁹. Tomando el modelo de la antigua Grecia, y de los modernos juegos olímpicos, también Chiapas se unió al gusto olímpico. De tal manera, el 20 de noviembre de 1932 se llevó a cabo la “Primera Olimpiada de Chiapas”¹⁰ en el municipio costero de

³ Ibid.

⁴ Ibid.

⁵ “Quedó integrado el Comité Deportivo del Estado”, *Renovación*, n.º 3, Tuxtla Gutiérrez, 5 febrero 1933, 2.

⁶ “Comunicado del Secretario del Consejo Nacional de Cultura Física dirigido al cronista deportivo de *La Vanguardia*”, *La Vanguardia*, n.º 201, Tuxtla Gutiérrez, 12 febrero 1933, 2/4.

⁷ Ibid.

⁸ “Estatutos Generales de la Confederación Deportiva de Soconusco, Tapachula, Chiapas, México”, 1933, Archivo Histórico del Estado, (AHE), Fondo Castañón Gamboa. Entre las agrupaciones deportivas que se mencionan están el Club Deportivo América, Club Deportivo Titanes, Club Deportivo Invencibles, Quinta de Basket Ball Elba, Quinta de Basket Ball Interrogación y Quinta de Basket Ball Superior.

⁹ “Los IV juegos deportivos del estado”, *Brecha Nueva*, n.º 11, Tuxtla Gutiérrez, 1 diciembre 1935, 1/4.

¹⁰ Véanse *Gil-Blas*, n.º 3, Tapachula, 22 septiembre 1932, 1 y Abigail Loranca y T. Esquer Campoy a Presidente de la República, Huixtla, 13 octubre 1932, Archivo General de la Nación (AGN), Fondo Abelardo L. Rodríguez, caja 50, expediente 332.3/3.

Huixtla¹¹. Concreción estatal que tenía antecedentes en olimpiadas municipales, como la llevada a cabo en la actual San Cristóbal de Las Casas durante el mes de octubre de 1929, con competiciones atléticas y enfrentamientos deportivos¹².

Impulsar clubs deportivos desde el Estado y la sociedad civil

Las ideas pedagógicas del siglo XIX hicieron mella en México como motor para la creación de clubs excursionistas. Pero ellos no fueron los únicos, como lo refirió William Beezley (2010) al estudiar el Jockey Club de la capital del país. Centro de reunión de las élites nacionales que habían visto el surgimiento de otros clubs fundados por extranjeros, como lo fue la Asociación de Jóvenes Cristianos (YMCA) de amplia influencia en el país y representante de lo que Clifford Putney (2003) denominó cristianismo muscular.

Afán por crear asociaciones que se incrementó en la década de los veinte del pasado siglo con la idea de incorporar a la juventud mexicana. Lo mismo ocurrió con el impulso gubernamental para auspiciar agrupaciones como, por ejemplo, las Tribus de Exploradores Mexicanos, extendidas como Tribus Indígenas Mexicanas en el periodo de Álvaro Obregón (1920-1924) como Presidente de la República, y cuyo lema era “la reconstrucción del espíritu patrio por medio de la juventud” (Meza 2018, 2-11). Ello fue acompañado con publicaciones especializadas en la temática (Franch-Pardo et al. 2018, 3-5; Meza 2018, 14).

La capital de México concentró la creación de clubs deportivos, aunque en suelo chiapaneco también se hizo presente esa tendencia con la emergencia de clubs excursionistas y deportivos, o ambos a la par. Siguiendo el modelo porfiriano de la Ciudad de México, en 1910 varios “caballeros de la mejor sociedad de Tapachula” inauguraron un club “después de haber ensayado en el hermoso juego denominado *lawn tennis*”, y donde destacaba la presencia de mujeres¹³. Tito Maza (2014, 40) menciona la existencia de varios clubs en la capital del estado de Chiapas como el ciclista, creado en 1905 y con 47 socios, y el Tuxtla Baseball Club, fundado en 1906. En el siglo pasado surgen otros, como el Club Deportivo Comercio, el Club Hércules (Maza 2014, 53-5) o el Club Deportista Mactumaczá, este último constituido en 1927¹⁴. Clubs de la élite política y económica local que en años posteriores se encargaron de organizar equipos e incipientes competiciones deportivas¹⁵.

A pesar de la inestabilidad de estos clubs, tanto en sus actividades como en su perdurabilidad¹⁶, tal asociacionismo se incrementó y estuvo marcado por una membresía social elitista y que rivalizaba con las instituciones educativas primero, y con las establecidas por los grupos corporativos unidos al partido de Estado después. Tales organizaciones se pensaban “con el fin de desterrar ese aislamiento en que vivían los habitantes de este lugar”, según expresión del organizador del “Club Deportivo Social Cultural “Unión y Progreso” del municipio de Bejucal de Ocampo¹⁷.

¹¹ Al menos hasta 1936 se llevaban celebradas cuatro olimpiadas, con el siguiente orden: Huixtla, Tuxtla Gutiérrez, Tapachula, Tuxtla Gutiérrez. En el año señalado se llevó a cabo en Arriaga. *El Informador*, n.º 4, Tuxtla Gutiérrez, 17 mayo 1936.

¹² “Primera Olimpiada Local Sancristobalense”, *Rayito de Luna*, n.º 3, San Cristóbal de Las Casas, 15 octubre 1929, 6/8.

¹³ “Forman parte del nuevo club las señoritas Ortega, Rodríguez y Valenzuela y los señores J. Antonio Rabasa, Lic. Horacio Lacroix, Prof. Abelardo Pavón y Lic. Olivio Rojas”, *El Heraldo de Chiapas*, n.º 34, Tuxtla Gutiérrez, 7 julio 1910, Colección Latinoamericana Nettie Lee Benson, 25000-4.

¹⁴ “Club Deportivo Mactumaczá”, *Floración*, n.º 2, Tuxtla Gutiérrez, 24 abril 1927, 2.

¹⁵ “Por el Campo del Deporte”, *La Vanguardia*, n.º 223, Tuxtla Gutiérrez, 21 julio 1933, 4.

¹⁶ “En vista de que el Club de Excursionistas ‘Águilas’, de esta capital, de día en día venía reduciéndose, por la no asistencia de la mayor parte de sus miembros, tanto a las sesiones reglamentarias, como a las excursiones quincenales, en sesión celebrada la noche del 5 de los corrientes, en los salones de la Escuela Preparatoria, se acordó dar por concluidas las actividades del que fuera antes flamante Club ‘Águilas’”; “El Club Águilas ha desaparecido”, *Liberación*, n.º 11, 11 octubre 1934, 7.

¹⁷ El Presidente Municipal, Fausto Reyes a Gobernador del Estado, Bejucal de Ocampo, 1 julio 1929. AHE, Secretaría de Gobierno, Gobernación, tomo VI.

El vigor de las instituciones educativas públicas para seguir las directrices de sus dirigentes quedó demostrado con el “Proyecto para la organización de Clubes Deportivos en las comunidades rurales”, publicado en 1934 y diseñado por profesores federales:

En vista de que nuestras comunidades rurales carecen de centros de recreación en donde sus habitantes puedan desarrollarse física, moral e intelectualmente, la Escuela Rural, como encauzadora [sic] de esas gentes, será encargada de proporcionar centros de recreación sana. Está demostrado que el deporte es un medio poderoso para atraer al pueblo y alejarlo de los vicios: por lo tanto, la creación de Clubes Deportivos es necesaria y su organización debe ser el objetivo de todo maestro consciente de su labor¹⁸.

Propuestas para convertir los centros deportivos en lugares “de reunión de la juventud deportiva y entusiasta” y que sirvieran como escuela de aprendizaje de los “nuevos hombres” mexicanos (Lisbona Guillén 2020); proceso para la introyección de aspectos como el “deseo de superación” y “el gusto de luchar caballerosamente con otros”¹⁹. Ética escasamente internalizada por los habitantes del mundo rural chiapaneco, pero que respondía a criterios de una modernidad exaltada.

Las sociedades deportivas impulsadas por la SEP colaboraron en esa tarea, además de entregar útiles para la práctica de los deportes considerados más adecuados: “foot-ball, base-ball, basket-ball y volley-ball”. Gradual institucionalización deportiva que se observa a través de las propuestas para promover una gran competencia nacional, y para ello se creó

[...] un comité central organizador y director, y este comité se encargará del establecimiento de diversos comités regionales, los que, a su vez, establecerán comités locales en cada uno de los Estados de la Federación y los comités locales designarán delegados en cada cabecera de distrito, [...]. En esta forma, la acción del comité será radiada hasta los puntos más apartados de la nación y podrá hacerse por primera vez una verdadera competencia nacional²⁰.

Efervescencia de trabajos coincidente con la preparación del primer desfile deportivo para conmemorar los primeros 20 años de la Revolución mexicana, y que se amplía con la creación en 1931 del Comité Deportivo del Partido Nacional Revolucionario (PNR) que debía encargarse, a partir de entonces, de organizar los desfiles cívico-deportivos en el aniversario revolucionario del día 20 de noviembre.

Un deporte lejano de Chiapas, pero no tanto

Para ratificar el interés por la práctica deportiva, los gobernantes chiapanecos utilizaron sus discursos para enaltecer las acciones realizadas. Ello se observa con nitidez durante el mandato de Carlos A. Vidal como gobernador chiapaneco (1925-1926), periodo truncado por su asesinato, y donde emerge la figura del destacado deportista, y participante en las Olimpiadas de París de 1924, Francisco Contreras o como fue conocido: “Panchón” Contreras. Actor con trascendencia histórica en el suelo chiapaneco que lo vio nacer aunque su formación deportiva se produjo fuera de sus fronteras estatales (Fernández 2006, 33). En esa misma administración política se impulsó la construcción de instalaciones deportivas, donde destacaron las de basquetbol ubicadas en lugares centrales de muchas localidades (Maza, 2014: 193), y que todavía son visibles en la actualidad. Es así como se fomentó la práctica de tal disciplina deportiva, en especial en la capital estatal, donde sobresalió la desarrollada en la cancha de la Escuela Primaria Camilo Pintado (La Tipo):

Por ahí de los siete años ya era jugador de este deporte y en el último año de primaria formaba parte de la selección de mi escuela. Nuestros eternos rivales eran los de la Secundaria Industrial, contra quienes nos enfrentábamos en la cancha de la escuela Belisario Domínguez,

¹⁸ “Proyecto para la organización de Clubes Deportivos en las comunidades rurales”, *El Maestro Rural*, México, 1 marzo 1934, tomo IV, primer semestre, 19-20.

¹⁹ Revista Educación Física, n.º 1, México, mayo 1936, AHSEP, Departamento de Psicopedagogía e Higiene, caja 5176, expediente 16, foja 16.

²⁰ Ibid.

popularmente denominada “El Convento”, inmueble desaparecido al ampliarse los jardines del lado sur de la iglesia de San Marcos (Fernández 2006, 30).

El mismo autor señala la relevancia de los profesores rurales “y de los chiapanecos que estudiaban en el estado de Puebla”, para extender el basquetbol en Chiapas (Fernández 2006, 31). De tal suerte, en 1927 se convocó la primera liga de básquet en Chiapas, bajo el amparo de la Federación Atlética Estudiantil de la Escuela Preparatoria de la capital del Estado. Para participar era necesario ser miembro registrado de cada equipo y residente en Chiapas con tres meses de antigüedad antes del inicio del torneo, además de cubrir una cuota individual y por equipo. Un control que se extendía con la burocratización de las prácticas merced a la necesidad de que las inscripciones se efectuaran “por duplicado en las formas oficiales que al efecto se enviarán a las Instituciones”. El carácter agonístico, competitivo, tuvo su recompensa en forma de diplomas para todos los participantes y medallas de oro, plata y bronce según el puesto ocupado por el equipo participante. Al mismo tiempo, las reglas seguidas eran las “oficiales de la Federación Estudiantil y adoptadas por la Junta Nacional Mexicana de Basket Ball”²¹. Es decir, además de los innegables nexos que la práctica deportiva tenía con la educación, hay que resaltar el paulatino crecimiento del conocimiento de los reglamentos deportivos y el control administrativo sobre los practicantes de algún deporte.

De tal suerte, la institucionalización del deporte, como ocurría en la capital del país, se extendió en todo el territorio mexicano. Así, en 1929 se constituyó la “Federación Atlético-Deportiva” chiapaneca constituida por políticos locales, como el médico militar Samuel León en el puesto de presidente²². Su propósito era impulsar las actividades deportivas a través de la circulación de información ligada a la actividad física entre los presidentes municipales y directores de las escuelas de Chiapas²³. Algún tiempo después esta actividad dio sus frutos y en Tuxtla Gutiérrez la Escuela Industrial Federal Plutarco Elías Calles tomó la iniciativa de invitar a las escuelas estatales y federales de la localidad, y a los equipos y clubs particulares, para crear un “Comité Deportivo Local” señalado para destacar el “espíritu deportivo” y con la exigencia de “disciplina, orden, no servilismo sino disciplina razonable, obediencia ciega, no a los hombres sino a las leyes, convenios o reglamentos; exige entusiasmo y alegría, más no desorden, indisciplina ni insulto”²⁴. Mismo periodo en el que desde la citada Escuela Industrial se instituyeron las primeras competencias locales de atletismo (Fernández 2006, 49; Maza 2014, 44), aunque ciertas pruebas atléticas ya eran practicadas con anterioridad (Maza 2014, 60-2). Competiciones que también fueron impulsadas por otras dependencias educativas, como ocurrió con la Sociedad Atlética y Deportiva de la Escuela Normal Mixta y Preparatoria del Estado²⁵.

El papel ascendente de la práctica deportiva en Chiapas se observa, al mismo tiempo, gracias a las constantes solicitudes a las instancias federales de los reglamentos de diversos deportes²⁶, o de los útiles para poder practicarlos. Solicitudes que tendrán respuesta, casi siempre positiva, desde el centro del país²⁷. Cabe destacar que muchas de esas demandas, impulsadas por profesores no

²¹ “Convocatoria para la primera Liga de Basket Ball por el Campeonato del Estado”, *Dinamia*, n.º 12, Tuxtla Gutiérrez, 31 agosto 1927, AHSEP, Dirección de Misiones Culturales, caja. 16, expediente 17.

²² “Quedó establecida definitivamente la Federación Atlético-Deportiva”, *La Vanguardia*, n.º 25, Tuxtla Gutiérrez, 18 agosto 1929, 6.

²³ “Trabajos de la Federación Atlética Deportiva”, *La Vanguardia*, n.º 27, Tuxtla Gutiérrez, 2 septiembre 1929, 6.

²⁴ “Comité local deportivo”, *La Vanguardia*, n.º 115, Tuxtla Gutiérrez, 31 mayo 1931, 1/4.

²⁵ “Sociedad Atlética y Deportiva de la Escuela Normal Mixta y Preparatoria del Estado”, *La Vanguardia*, n.º 80, Tuxtla Gutiérrez, 7 septiembre 1930, 3.

²⁶ David Esponda G., maestro rural federal a Jefe del Departamento de Educación Física, La Independencia, Chiapas, 29 enero 1936, AHSEP, Departamento de Psicopedagogía e Higiene, caja 5170, expediente 30, foja 47.

²⁷ Salvador Ojeda, Jefe de la Oficina de Educación Física, a Director de la Escuela Rural Fed. “Nicolás Bravo”, Colonia Saturnino Cedillo, Jiquipilas, Chiapas, 21 febrero 1936, AHSEP, Departamento de Psicopedagogía e Higiene, caja 5170, expediente 30, foja 47.

oriundos de la localidad, provenían de escuelas donde la mayoría de la población era indígena, como lo ejemplifican los casos de Huitiupán²⁸, Bella Vista²⁹, y La Grandeza³⁰.

La creación del ya citado Comité Deportivo Estatal, anunciaba las ideas de centralizar los esfuerzos locales, al mismo tiempo que su propósito era establecer competencias deportivas³¹. Ello no impidió observar las diferencias regionales al interior del estado chiapaneco³², discrepancias demostradas con la ausencia en ciertas competencias estatales u organizando sus propias actividades, como hizo la “Confederación Deportiva del Soconusco”³³.

Relevante, como en otros estados del país, fue el papel del ejército en Chiapas; institución que impulsó la práctica de deportes como el béisbol y el polo (Fernández 2006, 19; Maza 2014, 45), aunque existieran problemas logísticos para su desarrollo debido a la especificidad de sus instrumentos (Fernández 2006, 45). No hay que olvidar, como lo expresó Eduardo Archetti (2017, 636) para el caso argentino, que el polo era “definido como un deporte ‘civilizado’ [...] expresión de la modernidad”. La relación entre el ejército, los políticos locales y los miembros del gremio educativo se hizo visible en la conmemoración de los onomásticos del gobernador Raymundo E. Enríquez (1928-1932)³⁴. Festejos aderezados con justas deportivas, como el Encuentro Atlético efectuado por el 39º. Regimiento en las instalaciones de la Escuela Industrial en la capital chiapaneca el día 22 de julio de 1931, como queda testimoniado en las fotografías tomadas en dicha actividad.

Organizar contiendas deportivas estimulaba la idea de competición y, al mismo tiempo, ayudaba a construir una “persona sana, fuerte y robusta”. Esa misma actividad física se entendía como posibilidad de nexo social comunitario y encuentro entre miembros de ambos sexos³⁵; un lugar para nuevas sociabilidades establecidas gracias a la relación entre los practicantes y los espectadores. Vínculo prolongado en el tiempo y normalizado debido a las reglamentaciones de cada deporte y a la cada vez más marcada delimitación espacial propiciada por la existencia de tales espectadores invitados³⁶, o criticados por su comportamiento³⁷.

Propuestas locales incentivadas por las instituciones del Estado nacional, y un ejemplo lo ofrece el levantamiento de un censo deportivo en México llevado a cabo por “El departamento de la Estadística Nacional”, y dedicado a “conocer qué deportes se practican en el país, cuántas personas se consagran a ellos, en qué lugares [...]”³⁸. Labores censales extendidas en posteriores años y efectuadas a la par de una pedagogía para dar a conocer la reglamentación de distintas disciplinas

²⁸ Director de la Escuela Rural Federal “Cuahtémoc” a Jefe del Departamento de Cultura Física, El Azufre, Huitiupán, Chiapas, febrero 1936, AHSEP, Departamento de Psicopedagogía e Higiene, caja 5170, expediente 30, foja 47.

²⁹ Godofredo Rodríguez, maestro rural federal, a Jefe del Departamento de Educación Física, San Pedro Remate, Bella Vista, Chiapas, 7 abril 1936, AHSEP, Departamento de Psicopedagogía e Higiene, caja 5170, expediente 30, foja 47.

³⁰ Leobardo G. Pérez, maestro rural federal, a Jefe de la Oficina de Educación Física, Toquín, La Grandeza, Chiapas, 22 abril 1936, AHSEP, Departamento de Psicopedagogía e Higiene, caja 5170, expediente 30, foja 47.

³¹ “Comité del Consejo Nac. de Edu. Física”, *La Vanguardia*, n.º 230, 10 septiembre 1933, 4.

³² “El H. Ayuntamiento transcribió esta invitación a la Confederación Deportiva del Soconusco, la cual en su última sesión acordó no aceptarla, en vista de lo extemporáneo de ella, [...]. Es de lamentarse que los directores del deporte de Tuxtla Gutiérrez no se den o no se quieren dar cuenta de que en Tapachula existe un organismo deportivo que se llama ‘Confederación Deportiva del Soconusco’, para que entablen con ella las relaciones que deben existir, [...]; y más aún, no concediendo ni siquiera pasajes a los que deseen ir a contender [...]”, “Eventos atléticos en Tuxtla Gutiérrez”, *México*, n.º 10, Tapachula, 11 noviembre 1933, 1.

³³ “Gran Festival Deportivo para el ‘Día de la Revolución’”, *México*, n.º 11, Tapachula, 18 noviembre 1933, 4.

³⁴ “Bonitos eventos de Tennis [sic] en honor del C. Gobernador”, *El Escolar*, n.º 10, Tuxtla Gutiérrez, 15 julio 1930, 1.

³⁵ Hildebrando Robles, “Aviso Higiénico”, *La Vanguardia*, n.º 34, Tuxtla Gutiérrez, 20 octubre 1929, 2.

³⁶ “Fútbol-Fútbol”, *La Vanguardia*, n.º 72, Tuxtla Gutiérrez, 13 julio 1930.

³⁷ “Todos los que asistimos a espectáculos deportivos después de haber practicado en nuestra juventud algún deporte, nos sorprendemos por ejemplo, y dolorosamente, con el espíritu de la intransigencia y de sectarismo que todavía impera en el público que es asiduo a los deportes en México”, Juan de Dios Bojórquez y [ilegible] Rodríguez a Lic. Narciso Bassols, Secretario de Educación Pública, México, [ilegible] 1932, AHSEP, Sección Subsecretaría de Educación, Subserie Comité Olímpico Mexicano, caja 1, expediente 22.

³⁸ “Censo deportivo en nuestro país”, *La Vanguardia*, n.º 82, Tuxtla Gutiérrez, 21 septiembre 1930, 3.

deportivas en todo el país³⁹, como lo demostró la Dirección de Educación Física del Estado de Chiapas⁴⁰.

Discurso de los funcionarios chiapanecos respecto al deporte

Ese impulso de la actividad física a nivel nacional quedó plasmado en los informes de los gobernadores chiapanecos. El primero que menciona la temática deportiva es el ya mencionado Carlos A. Vidal en 1926. El mandatario chiapaneco representó una ruptura respecto al grupo en el poder que lo precedió, el encabezado por Tiburcio Fernández Ruiz, por su acercamiento a las organizaciones políticas y campesinas que brotaban en la región costera y en los alrededores de la Sierra Madre de Chiapas. Respecto a la práctica deportiva el informe destaca la construcción de “clavas, bastones y paralelas” en el taller de carpintería, materiales destinados a “los alumnos de cultura física”. El resultado de esa producción, según las palabras del propio mandatario, “ha despertado entusiasmos inusitados en la juventud estudiantil”⁴¹.

El siguiente gobernador que aludió a la actividad deportiva es Raymundo E. Enríquez, entusiasta de los deportes como se demostró con la construcción de instalaciones deportivas en la residencia de los gobernadores. Su informe de 1929, al igual que los posteriores (1930, 1931 y 1932), prestará una atención especial al tema deportivo como parte de la “cruzada” emprendida contra el alcoholismo y el analfabetismo, o a favor de la regeneración del indio y del progreso nacional⁴². Sin embargo, es en el ramo de “Acción Educativa” donde el mandatario argumentó el papel del “desarrollo físico” en su año de labores, y el impulso dado a través de la dotación de materiales, reuniones para los niños al aire libre llamadas “Sábados Sociales Escolares” y, sobre todo, con la designación de un profesor, Mario García Luna, por parte de la Secretaría de Educación Pública para que dirigiera la enseñanza de esta materia⁴³.

Además del contenido discursivo, el propio gobernador Enríquez se significó por promocionar la actividad física al construir y adquirir equipamientos para la práctica deportiva (Fernández 2006). Acciones unidas al llamado a combatir “los vicios” y moralizar la sociedad, algo que lo convertía, desde la prensa cercana a su gobierno, en un paladín de la época⁴⁴. Un celo en sus expresiones claramente expuesto en su informe de labores de 1930:

[...] la Cultura Física es uno de los medios esenciales para la formación de una raza fuerte, alejando a los hombres de los centros de vicio, [por ello] se ha fomentado y se seguirá fomentando, pues al efecto (sic), en los Encuentros Atlético verificados en la ciudad de México en el mes de enero del corriente año, tomó parte un equipo de este Estado, compuesto de 13 atletas entre los que figuraron también indígenas⁴⁵.

Por su parte, desde su informe de 1937 el gobernador Efraín A. Gutiérrez (1936-1940), al igual que sus predecesores, otorga al deporte un papel transformador de los ciudadanos chiapanecos⁴⁶. Sin embargo, será en los dos años posteriores, consolidado su mandato, cuando sus discursos son más contundentes. En primer lugar, insertó la práctica deportiva en un cúmulo de acciones dirigidas a lo

³⁹ *Chiapas Nuevo*, n.º 15, Tuxtla Gutiérrez, 13 mayo 1937, 1/4.

⁴⁰ “Invitación a los deportistas de todo el estado para que envíen sus consultas deportivas”, *Chiapas Nuevo*, n.º 23, Tuxtla Gutiérrez, 20 agosto 1938, 7.

⁴¹ “Informe rendido por el Gobernador Constitucional del Estado de Chiapas, General Carlos A. Vidal, ante la XXXI Legislatura [...]”, AHE, Fondo Castañón Gamboa, Tuxtla Gutiérrez, 1926, 15.

⁴² “Informe rendido por el Ciudadano Gobernador Constitucional del Estado de Chiapas, Ing. Raymundo E. Enríquez, ante la XXXII Legislatura [...]”, AHE, Fondo Castañón Gamboa, Tuxtla Gutiérrez, 1929, 5.

⁴³ *Ibid.*, 45.

⁴⁴ “El impulso a los deportes en Chiapas”, *La Vanguardia*, n.º 95, Tuxtla Gutiérrez, 21 diciembre 1930, 3.

⁴⁵ “Informe rendido por el Gobernador Constitucional de Chiapas, C. Ing. Raymundo E. Enríquez, ante la XXXIII Legislatura [...]”, AHE, Fondo Castañón Gamboa, Tuxtla Gutiérrez, 1930, 41.

⁴⁶ “Informe rendido por el C. Gobernador Constitucional del Estado de Chiapas, Ing. Efraín A. Gutiérrez, ante la XXXVI Legislatura [...]”, AHE, Fondo Castañón Gamboa, Tuxtla Gutiérrez, 1937.

que él denominó “la elevación del standard de vida, el mejoramiento de las condiciones de higiene y de salud y la dignificación por medio de la enseñanza, de las clases trabajadoras”⁴⁷. Ello sólo era posible si se actuaba en los frentes que ya se habían repetido, hasta la saciedad, en años anteriores: “la divulgación de los conocimientos culturales, la propagación de los hábitos deportivos, la campaña contra los vicios y en general todo aquello que significa organización, mejoramiento, elevación del obrero”⁴⁸. En segundo lugar, la adquisición y reparto de materiales para uso de los deportistas y⁴⁹, en tercer lugar, la creación de instituciones con personal especializado en la materia, como es el caso del Departamento de Educación Física, dependiente de la Dirección de Acción Cívica y Bellas Artes, constituido por un director y doce profesores, “de los cuales 4 imparten educación en esta Capital a más de 4,500 niños, y los ocho restantes trabajan en las Colonias Agrarias y demás centros de población indígena”⁵⁰. Un cuarto aspecto es la paulatina consolidación de la preparación deportiva para competencias locales y nacionales, como el “Encuentro Nacional de Basquetball”, “el primer Encuentro Atlético Estatal de Ejidatarios” o el “Segundo Encuentro Nacional de Ejidatarios” y, finalmente, la relación, que hasta la fecha es inseparable, entre la actividad deportiva organizada y la celebración de los aniversarios de la Revolución Mexicana, como señaló el gobernador Gutiérrez al afirmar en 1938 que se “están entrenando los respectivos contingentes que participarán en el desfile del 20 del actual, Aniversario de la Revolución Mexicana, en la Capital del País”⁵¹.

Los gobernadores subsecuentes tomaron al deporte como una de las tareas que merecían atención prioritaria⁵². De la misma manera, las referencias a la práctica deportiva crecieron en la opinión pública, en especial a través de la prensa cercana al poder, y en la radio, imprescindible para conformar a los futuros espectadores⁵³.

En cuanto a los informes de los presidentes municipales es en la década de los años treinta cuando son más extensas y nítidas las alusiones al deporte⁵⁴, conformándose en una fuente de información sobre la labor deportiva a nivel local en el estado chiapaneco. El presentado por el municipio de San Cristóbal de Las Casas en 1935 es un buen ejemplo, al situar la campaña a favor de los deportes como labor higienizadora por encabezar la lucha “contra el alcoholismo, contra el fanatismo y contra el analfabetismo”, así como se menciona la constitución del comité deportivo municipal del PNR y el nombramiento de un promotor y organizador de deportes⁵⁵. Relación entre el partido de Estado y el deporte prolongada muchos decenios a través de las corporaciones que lo conformaron y donde Chiapas no fue la excepción⁵⁶.

⁴⁷ “Informe rendido por el C. Gobernador Constitucional del Estado de Chiapas, Ing. Efraín A. Gutiérrez, ante la H. XXXVII Legislatura [...]”, AHE, Fondo Castañón Gamboa, Tuxtla Gutiérrez, 1938, 10.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Ibid., 17.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid.

⁵² “El Cuatrienio de la Histórica Labor del Gobierno del Ing. Gutiérrez”, *Provincia*, Chiapa de Corzo, 1 noviembre 1940, 3.

⁵³ “El Gobierno que preside el señor Ing. Efraín A. Gutiérrez, continúa encauzando a la Entidad Chiapaneca por un sendero de verdadero resurgimiento en todas las ramas de la Administración. Acaba de donar la suma de \$5,000.00 para la Central Deportiva del Soconusco, con residencia Oficial en Tapachula, con el fin de que se construya una amplia y moderna cancha de Básquet-bol en un sitio que elementos filántropos y progresistas del lugar obsequiaron a la misma Institución [...]”, “Fuerte donativo para construir una cancha en Tapachula”, *Provincia*, Chiapa de Corzo, 15 marzo 1940, 3.

⁵⁴ “Informe que rinde el C. Presidente Municipal, Salvador Morales M., en el segundo y último año de su periodo constitucional”, AHE, Fondo Castañón Gamboa, Tuxtla Gutiérrez, 1940, 20-21.

⁵⁵ “Informe que rinde el C. Lic. Evaristo Bonifaz, Presidente del H. Ayuntamiento Constitucional, Ciudad de Las Casas, Chiapas, acerca de la labor desarrollada en el año de 1935”, AHE, Fondo Castañón Gamboa, San Cristóbal de Las Casas, 1935.

⁵⁶ “Gran Impulso a los Deportes entre la Clase Trabajadora de Chiapas. Reorganizándose el comité deportivo de la federación regional”, *Antorcha*, n.º 1, Tuxtla Gutiérrez, agosto 1941, 1/4.

Mexicanizar y politizar el discurso sobre el deporte

Las prácticas deportivas aparecen en Chiapas con similares discursos a los expuestos en el país, nada extraordinario puesto que la normalización debía llegar a todos los rincones de la República, como ocurrió en el estado del sureste mexicano, uno de los referentes a la hora de recibir la expansión de la nación entendida como parte del binomio Revolución y nación construido tras los hechos de armas y el triunfo revolucionario. Un cambio que debía reflejarse, con mayor impacto, en aquellos territorios que por su historia colonial y conformación poblacional, se sentían lejanos.

Igualmente, las alusiones a la educación física y a la práctica deportiva habían llegado para quedarse en los discursos de los gobernantes, especialmente porque estaban unidas al proyecto de transformación social que tenía como uno de los objetivos el cuerpo de los mexicanos. En tal sentido, los apartados de “Educación Física”, “Educación Física y Deportes”, “Acción Cívica y Bellas Artes” en los informes de los gobernadores refieren la dotación de materiales, el apoyo para la competición de chiapanecos fuera de su estado pero, sobre todo, insisten en la “efectividad de los diversos deportes” para “educa[r] a los elementos sociales”⁵⁷. No cabe duda de que el coronel Victórico R. Grajales, gobernador de Chiapas, asumió en el discurso los postulados que hacían del deporte uno de los motores de la transformación integral de los ciudadanos y, por ende, del considerado progreso de la sociedad:

Hemos procurado intensificar lo más que nos ha sido posible este aspecto importante de la educación de la juventud, base, seguramente, no sólo del mejoramiento espiritual de nuestra raza, sino de su regeneración, por cuanto por este medio se consigue modificar las costumbres, alejándola de los centros de vicio⁵⁸.

Expresiones que seguían la misma línea expuesta por gobernantes surgidos del hecho revolucionario, como el Presidente de la República, Abelardo L. Rodríguez, quien lo consideraba fundamental para el “mejoramiento de nuestra raza”. Cruzada deportiva, sobre todo encabezada por los educadores comprometidos con la Revolución mexicana, para trasladarla a las zonas rurales y a las localidades nacidas tras los primeros repartos de tierra de la reforma agraria auspiciada por la Constitución de 1917, como se demuestra con la celebración de Juegos Ejidales u Olimpiadas Ejidales a partir de 1936 (Fernández 2006, 53). Competencias prolongadas en la década de los cuarenta del siglo pasado con premios propios de su disciplina laboral, como las herramientas usadas en el cultivo de la tierra de los “ejidatarios deportistas”, tal cual se observa en el encuentro celebrado en Nueva Palestina, municipio de Jiquipilas, en el mes de mayo de 1941⁵⁹. Un deporte que, al mismo tiempo, los alejaría del “vicio” y forjaría “una raza más poderosa”⁶⁰.

Otro de los aspectos que preocupó al Estado mexicano, y donde intervienen los estados como el de Chiapas, fue preparar atletas para competir en el extranjero. Lo anterior, no significó que el Estado mexicano tuviera la capacidad de cubrir los costos de una representación internacional. Así, la “colecta de fondos” y el “carácter estrictamente voluntario” debían ser un “apoyo moral” para la participación en justas en el extranjero⁶¹. El memorándum que acompaña esta información permite conocer cuál fue la opinión de uno de los asistentes a dicha Olimpiada que, más allá de los records mundiales y olímpicos, era vista desde la exaltación nacionalista. No debe extrañar esa observación siendo el autor del memorial Juan de Dios Bojórquez, el político mexicano comprometido con todas las causas nacionalistas y destacado miembro de los grupos pro-raza y antichinos (Lisbona Guillén

⁵⁷ “Informe rendido por el C. Coronel Victórico R. Grajales, Gobernador Constitucional del Estado, ante la XXXIV Legislatura del mismo [...]”, AHE, Fondo Castañón Gamboa, Tuxtla Gutiérrez, 1933, 11.

⁵⁸ “Informe que el C. Gobernador Constitucional del Estado de Chiapas, Victórico R. Grajales rinde a la H. XXXV Legislatura [...]”, AHE, Fondo Castañón Gamboa, Tuxtla Gutiérrez, 1934, 37.

⁵⁹ “El gobierno premia con arados a deportistas campesinos”, *Chiapas Nuevo*, n.º 224, Tuxtla Gutiérrez, 15 mayo 1941, 2.

⁶⁰ “Forjando una raza fuerte y poderosa”, *Chiapas Nuevo*, n.º 228, Tuxtla Gutiérrez, 12 junio 1941, 1.

⁶¹ Narciso Bassols, Secretario de Educación Pública, a Subsecretario del Ramo, México, 25 mayo 1932, AHSEP, Sección Subsecretaría de Educación Pública, Subserie Comité Olímpico Mexicano, caja 1, expediente 22.

2004)⁶². El perfil de ese político marca, en buena medida, la forma en que era entendido el deporte tras la Revolución mexicana por muchos funcionarios y políticos. Además de esas propuestas también se solicita la incorporación “al movimiento de cultura física a todas las entidades de la República”, una expansión reiterada que incidía en la práctica deportiva y en la concepción aglutinante de la nación imaginada en la posrevolución:

Urge despertar el interés de la provincia y dar oportunidad para que los atletas de ésta vengan a codearse con los metropolitanos. Los encuentros atléticos nacionales deben dar ocasión de reunir a los mejores elementos con que contamos y de brindarles como estímulo la recompensa bien modesta de un viaje a la capital y de una estancia menos estrecha que la que han padecido hasta hoy [...]⁶³.

Los problemas económicos fueron reiterados y ante esa impotencia de las instancias deportivas del país fueron las instituciones federales de educación, con un lenguaje centralista, quienes consideraron lastimoso que “los atletas provincianos” no pudieran medirse con “los elementos considerados como los más fuertes valores atléticos nacionales”⁶⁴. En este aspecto, el gobernador chiapaneco Victórico R. Grajales, además de construir canchas públicas (Fernández 2006, 34), no dudó en apoyar a cuatro “entusiastas del Penthatlon [sic]” para que salieran de Chiapas a principios de julio de 1933⁶⁵. Unos días más tarde regresaron, al menos dos, con premios. La utilización política de sus reconocimientos no empaña entender que el deporte se consolidaba como referente identitario de los estados dentro de la República federal; una enseña para mostrar o competir en actividades que progresivamente adquirirían relevancia simbólica y uso político⁶⁶.

Como resultó evidente, practicar deporte era dificultoso sin las instalaciones pertinentes. La construcción paulatina de lugares donde practicar deporte derivó hacia la idea de erigir un “Estadio del Estado”; obra impulsada por miembros de la élite política, como el secretario de gobierno, Samuel León Brindis, y funcionarios o políticos como Marcos E. Becerra, Fausto Ruiz y Raúl León⁶⁷. Esta propuesta adquirió, a finales del año 1933, un doble propósito para uno de sus exégetas desde la prensa alineada al PNR. Por una parte enlazaba con las prerrogativas que hacían del deporte uno de los motores de la transformación de la sociedad, todavía a través de la clasificación de sus individuos desde la perspectiva racial⁶⁸, mientras que, por otra, observaba su institucionalización como un hecho propiciador de las identidades nacionales⁶⁹.

Medidas conducentes a expandir todas las disciplinas deportivas en México y ejemplificadas con los campeonatos de basquetbol o de voleibol que surcarán la geografía chiapaneca en esos años; un augurio del papel que el deporte iba a jugar en la entidad federativa como panacea o acicate para regenerar física y moralmente a los miembros que desde el siglo XIX habían sido incluidos en el grupo de degenerados y, por ende, estaban necesitados de una transformación.

La práctica deportiva, institucionalizada gracias a organismos nacionales, estatales y municipales, se imbricaba con otras organizaciones de carácter político y civil, pero donde el ascendente de los dirigentes deportivos era inseparable de su papel en puestos de gobierno o educativos⁷⁰. En tal

⁶² “Memorándum”, Juan de Dios Bojórquez y [...] Rodríguez, a Lic. Narciso Bassols, Secretario de Educación Pública, México, 1932, AHSEP, Sección Subsecretaría de Educación, Subserie Comité Olímpico Mexicano, caja 1, expediente 22.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Federico Juncal, Secretario de La Federación Nacional de Atletismo, a Lic. Gonzalo Vázquez Vela, Secretario de Educación Pública, México, 02 de septiembre de 1935, AHSEP, Departamento de Psicopedagogía e Higiene, Federación Nacional de Atletismo, caja 3135, expediente 11, foja 3.

⁶⁵ “Hoy se celebra la selección del penthatlon [sic] juvenil”, *La Vanguardia*, n.º 220, Tuxtla Gutiérrez, 2 julio 1933, 1.

⁶⁶ “Brillante actuación de los deportistas chiapanecos”, *Renovación*, n.º 15, Tuxtla Gutiérrez, 29 julio 1933, 1/8.

⁶⁷ “Se proyecta hacer en Chiapas un estadio”, *Renovación*, n.º 17, Tuxtla Gutiérrez, 26 agosto 1933.

⁶⁸ “El estadio chiapaneco”, *Renovación*, n.º 18, Tuxtla Gutiérrez, 9 septiembre 1933, 3.

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Ricardo Barrientos a Gobernador Interino, Chiapa de Corzo, 8 diciembre 1926, AHE, Secretaría de Gobierno, Gobernación, Solicitudes, tomo VI.

sentido, cabe destacar el creciente respaldo al deporte por parte de los órganos del partido de Estado, los mismos que se redefinieron durante la presidencia del general Lázaro Cárdenas. Si el deporte estuvo muy ligado a la condición de una nueva generación de hombres, los surgidos de la Revolución mexicana, no hay que olvidar que también la posrevolución amplió la participación de las mujeres en ámbitos que habían estado cerrados para ellas⁷¹. Tampoco el deporte fue ajeno a la nueva ritualidad nacional, donde los actos cívicos vincularon la Revolución mexicana con sus nuevas instituciones y el partido de Estado en construcción. De esta manera, asentados los gobiernos revolucionarios, el deporte apareció en todas estas celebraciones, incluso en los lugares más lejanos de la Ciudad de México, como lo era Chiapas⁷². Todos ellos organizados en conjunción con los órganos del Partido Nacional Revolucionario que empezaba a construir el modelo corporativo del partido de Estado⁷³, y que finalmente se convirtió en el PRI en el año 1946.

Consideraciones finales

Lucía Martínez (2011, 301) define tres momentos, comprendidos entre 1874 y 1940, para hablar del desarrollo y crecimiento del deporte en México. El primero influido por Europa y el establecimiento de la gimnasia y los ejercicios militares; el segundo marcado por los congresos pedagógicos y la educación, para finalizar hacia “un modelo norteamericano de desarrollo físico”. Tal segmentación podría diluirse dado que en el periodo estudiado aparecen aspectos de los tres momentos contemplados por la investigadora. Sin embargo, lo que resulta indiscutible es que el tratamiento del cuerpo se convierte, como en otros momentos de la historia, en un referente de las reformas sociales producidas o deseadas. La actividad física a través del deporte responde a la idea correctiva y disciplinaria de las pretendidas nuevas sociedades modernas, de las incipientes naciones tanto en Europa como en América. Los políticos y gobiernos emergidos de la Revolución mexicana se sumaron a esos discursos de higienistas y pedagógicos. Propuestas aunadas a la lucha contra las prácticas consideradas retrógradas, del pasado, y de la que Chiapas era un buen ejemplo por la conformación de su población, donde predominaba la indígena.

Las instituciones estatales, encargadas de la normalización ciudadana y motores de la definición nacional, quisieron demostrar ese interés por desarrollar las ansiadas transformaciones a través de aspectos que incidieran en los cuerpos de los ciudadanos. Políticas y discursos tendentes a propugnar cambios disciplinarios y que reglamentaban la vida en sociedad, como el deporte lo ejemplificaba a la perfección. Seguramente, los gobiernos revolucionarios no cumplieron con los cambios propuestos, y menos en territorios como el chiapaneco caracterizado por estructuras de poder e injusticias sociales de largo aliento histórico; pese a ello, en el estado del sureste mexicano también se ensayó el proyecto de “ingeniería social” dirigido a construir una sociedad original conformada por “ciudadanos racialmente homogéneos, moralmente regenerados, física y mentalmente sanos, trabajadores activos y miembros de una familia” (Urías 2005, 355-6).

Crear ese nuevo país, como discursivamente se transmitía tras la Revolución mexicana, implicaba intervenir sobre los cuerpos de los ciudadanos, una operación que debía reflejarse en la condición moral de la sociedad. El nuevo nacimiento del país y la regeneración de la población era una apuesta por los ciudadanos, especialmente jóvenes, que aportarían los necesarios cambios para llegar al país moderno imaginado, aquel que entre sus valores centrales incluía la juventud, la vitalidad y el trabajo (Le Breton 1990, 146). Los anhelos, por supuesto, no siempre obtienen los resultados previstos. A pesar de ello, la presencia de la educación física y el deporte se erigió en referente y un modelo para la transformación de los ciudadanos prolongado en el tiempo.

⁷¹ “Federación Femenil de Basket. Participación en el Segundo Campeonato Nacional”, *Liberación*, n.º 47, Tuxtla Gutiérrez, 30 junio 1935, 1/8.

⁷² “Juegos Deportivos en las Fiestas Patrias”, *La Vanguardia*, n.º 81, Tuxtla Gutiérrez, 14 septiembre 1930, 6.

⁷³ “Comité Organizador de Juegos Atlético-Deportivos”, *La Vanguardia*, n.º 194, Tuxtla Gutiérrez, 25 diciembre 1932, 2.

Referencias bibliográficas

- Archetti, Eduardo. 2017. *Eduardo Archetti: antología esencial*. Buenos Aires: CLACSO.
- Beezley, William. 2010. *Judas en el Jockey Club*. México: El Colegio de San Luís/CIESAS.
- Córdova, Arnoldo. 2010. “Demandas y logros de la Revolución Mexicana”. En *Impacto de la Revolución Mexicana*, coordinado por Patricia Galeana, 295-303. México: UNAM/Senado de la República/Siglo XXI.
- De Vos, Jan. 2000. “La Iglesia Católica en Chiapas, 1528-1998”. En *Chiapas: una nueva visión para una nueva política*, VV.AA., 243-68. México: Senado de la República.
- Benjamin, Thomas L. 2003. *La Revolución Mexicana. Memoria, mito e historia*. México: Taurus.
- Esparza, Miguel. 2014. *La nacionalización de los deportes en la Ciudad de México, 1880- 1928*. Tesis de doctorado, México: Instituto Mora.
- Esparza, Miguel A. 2019. “La pugna por el diamante. La institucionalización del béisbol capitalino, 1920-1930”. *Historia Mexicana* LXVIII, n.º 3: 1075-119.
- Franch-Pardo, Iván, Pere Sunyer Martín, Pedro Sergio Urquijo Torres y Diana Laura Jiménez Rodríguez. 2018. “Excursionismo y geografía en el México posrevolucionario: el Club de Exploraciones de México”. *Investigaciones Geográficas*, n.º 97: 1-17.
- Fernández Castillejos, Efraín. 2006. *Un profeta en su tierra. Apuntes autobiográficos*. Tuxtla Gutiérrez: Gobierno del Estado de Chiapas/UNICACH/UNICH.
- Foucault, Michel. 2003. *Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Foucault, Michel. 2011. *Seguridad, territorio, población. Curso en el Collège de France (1977-1978)*. Buenos Aires: FCE.
- Foucault, Michel. 2012. *Nacimiento de la biopolítica. Curso en el Collège de France (1978-1979)*. Buenos Aires: FCE.
- Funes, Patricia. 2014. *Historia mínima de las ideas políticas de América Latina*. México: COLMEX.
- García de León, Antonio. 1989. *Resistencia y Utopía. Memorial de agravios y crónica de revueltas y profecías acaecidas en la provincia de Chiapas durante los últimos quinientos años de su historia*. México: Ediciones Era.
- Garrido Asperó, María José. 2014. *Peloteros, aficionados y chambones. Historia del Juego de Pelota de San Camilo y de la educación física en la ciudad de México, 1758-1823*. México: Instituto Mora.
- Guerra, Francois-Xavier. 1989. “Teoría y método en el análisis de la Revolución mexicana”. *Revista Mexicana de Sociología* LI, n.º 2: 3-24.
- Hale, A. Charles. 2011. *Emilio Rabasa y la supervivencia del liberalismo porfiriano*. México: FCE/CIDE.
- Le Breton, David. 1990. *Anthropologie du corps et modernité*. París: PUF.
- Lisbona Guillén, Miguel. 2004. *Sacrificio y Castigo entre los zoques de Chiapas. Cargos, intercambios y enredos étnicos en Tapilula*. México: PROIMMSE-IIA-UNAM.
- Lisbona Guillén, Miguel. 2010. “La Revolución mexicana en Chiapas: del mito político al contramito historiográfico”. En *La Revolución en Chiapas un siglo después. Nuevos aportes, 1910-1940*, coordinado por Justus Fenner y Miguel Lisbona Guillén, 59-84. México: PROIMMSE-IIA-UNAM/Gobierno del Estado de Chiapas.
- Lisbona Guillén, Miguel. 2020. “Juventud viril y deportista: los regenerados ‘nuevos hombres’ chiapanecos”. *Tzintzun. Revista de Estudios Históricos*, n.º 71: 117-147.
- Loyo Bravo, Engracia. 1999. *Gobiernos revolucionarios y educación popular en México, 1911-1928*. México: COLMEX.
- Macías Cervantes, César Federico. 2010. “Vigor y lealtad al servicio de la patria”. *Alter. Enfoques Críticos*, n.º 1: 59-73.

- Martínez Moctezuma, Lucía. 2011. "Historia de la educación física en México". En *La invención del "homo gymnasticus". Fragmentos históricos sobre la educación de los cuerpos en movimiento en Occidente*, compilado por Pablo Scharagrodsky, 299-319. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Maza, Tito. 2014. *Historia del deporte en Tuxtla, 1908-1960*. Tuxtla Gutiérrez: UNICACH.
- Meza, Ivonne. 2018. "Juventud, masculinidad, Estado y revolución: de los Batallones Escolares a las Tribus de Exploradores Mexicanos", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71883> (consultado el 19 febrero 2018).
- Moreno Chávez, José Alberto. 2011. "Quemando santos para iluminar conciencias. Desfanatización y resistencia al proyecto cultural garridista, 1924-1935". *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, n.º 42: 37-74.
- Palma Rubín de Celis, Claudia. 1997. *El mundo del fútbol. Su impacto social, político y comercial*. México: Editorial Porrúa.
- Putney, Clifford. 2003. *Muscular Christianity: Manhood and Sports in Protestant America, 1880-1920*. Cambridge: Harvard University Press.
- Rodríguez, Abelardo L. 1962. *Autobiografía*. México: Novaro Editores.
- Nancy Leys, Stepan. 1991. *The Hour of Eugenics. Race, Gender and Nation in Latin America*. Ithaca-Londres: Cornell University Press.
- Tenorio, Mauricio. 1998. *Artifugio de la nación moderna. México en las exposiciones universales, 1880-1930*. México: FCE.
- Torres Hernández, María de la Luz. 2001. "Educación física en el proyecto de cultura nacional posrevolucionaria: vasconcelismo y cardenismo". *Reencuentro*, n.º 31: 41-52.
- Tutino, John. 1996. "Confrontación revolucionaria, 1913-1917. Facciones regionales, conflictos de clase y el nuevo Estado nacional". En *Historia regional de la Revolución mexicana. La provincia entre 1910-1929*, coordinado por Thomas Benjamin y Mark Wasserman, 65-108. México: CONACULTA.
- Urías Horcasitas, Beatriz. 2004. "De moral y regeneración: el programa de 'ingeniería social' posrevolucionario visto a través de las revistas masónicas". *Cuicuilco XI*, n.º 32: 87-119.
- Urías Horcasitas, Beatriz. 2005. "Fisiología y moral en los estudios sobre las razas mexicanas: continuidades y rupturas (siglos XIX y XX)". *Revista de Indias LXV*, n.º. 234: 355-74.
- Vázquez, Josefina Z. 2000. *Nacionalismo y educación en México*. México: COLMEX.
- Vilanou, Conrad. 2001. "El deporte en el siglo XX: metrópolis, política y espectáculo". *Movimiento VII*, n.º 15: 137-155.
- Viqueira, Juan Pedro. 1987. *¿Relajados o reprimidos? Diversiones públicas y vida social en la ciudad de México durante el Siglo de las Luces*. México: FCE.

EL CICLISMO FEMENINO ESPAÑOL EN LA DÉCADA DE 1890: SALUD, MODA, AMOR Y COMPETICIÓN

Spanish women's cycling in the 1890s: Health, fashion, love and competition

Alejandro CAMINO

Universidad Autónoma de Madrid (España)

Resumen

En la década de 1890, el ciclismo en España experimentó un fuerte auge, sobre todo entre los hombres, pero también entre las mujeres. En estos diez años, el ciclismo se desarrolló tanto en la vertiente de ocio como en la competitiva. En ambos casos, y como ocurrió en el contexto internacional, se generó un enconado debate entre expertos, especialmente médicos, escritores y religiosos, y los propios aficionados al ciclismo, acerca de los beneficios y los problemas que el que las mujeres montasen en bicicleta podía desencadenar sobre sus cuerpos y en su sociabilidad. A los argumentos acerca de la salud y la vestimenta, que habitualmente han centrado la atención historiográfica sobre el ciclismo femenino, pronto se sumaron aquellos que hacían referencia a la posibilidad de generar espacios de sociabilidad proclives al surgimiento del amor duradero. Un campo aparte fue el ciclismo de competición, que, si bien fue apoyado por los partidarios de la bicicleta, no terminó de cuajar entre la población y no hubo muchas mujeres que se dedicasen profesionalmente a este deporte. En este artículo se analizan estos aspectos a través de un profundo estudio de las fuentes hemerográficas y teniendo en cuenta las aportaciones bibliográficas más actualizadas y destacadas de la historiografía nacional e internacional.

Palabras clave: Mujeres, bicicleta, España, siglo XIX.

Abstract

In the 1890s, Spanish cycling experienced a great boom, especially in men, but also in women. In those years, cycling developed both as leisure and as competition. In both cases, there was a lively debate among experts, particularly physicians, writers and religious authorities, and cycling fans, about whether riding bicycles was a suitable activity for women (physically, psychologically and socially) as well as occurred in a transnational context. Most historians who address women's cycling have focused on the arguments about health and clothing, but there also existed the question of cycling as a space for development of strong love relationships. Competitive cycling represents a very different case; although it was encouraged by bicycle supporters, it did not take hold among the population; and there were not many women who did this sport professionally. In this article I analyse these aspects through an in-depth study of journalistic sources. Besides, I use the most up-to-date and leading bibliographic contributions of national and international historiography.

Keywords: Women, bicycle, Spain, 19th century.

Introducción

En la historiografía internacional existen muchos trabajos con una amplia amalgama de enfoques sobre el uso de la bicicleta por parte de las mujeres en la década de 1890, que fue el periodo en el que se produjo su auge a nivel global entre quienes eran acaudaladas (Rubinstein 1977). El periodo en el que las bicicletas estuvieron de moda entre las mujeres de clase alta fue corto porque, cuando a comienzos del siglo XX aquellas se fueron abaratando y se convirtieron en una forma popular de transporte para cada vez más personas, tanto en el ámbito rural como en el urbano, dejaron de ser un elemento diferenciador de los sectores de la sociedad adinerados. Esto tuvo la consecuencia de

que los grupos sociales de clase alta abandonasen la bicicleta y centrasen su atención en la aparición de los vehículos motorizados (Knuts y Delheye 2012; Sirera 2008, 105)¹. En el caso de España solo existen algunos trabajos que han buscado reconstruir de manera historicista los primeros pasos del ciclismo femenino. Por este motivo, no han utilizado la categoría analítica del género para sus investigaciones (Scott 2011) ni han buscado insertar sus trabajos dentro de las corrientes de la historiografía internacional sobre la temática.

Muchos de los análisis acerca del ciclismo femenino parten de la célebre cita de la sufragista estadounidense Susan B. Anthony en 1896 sobre el potencial emancipador de la bicicleta: “I think it has done more to emancipate women than anything else in the world”². En aquel momento esta idea fue aceptada como verdadera en España y en el conjunto de Europa³. Por este motivo, son habituales los trabajos que se centran en analizar las posibilidades de emancipación que a las mujeres se les abrieron con la bicicleta en la década de 1890 (Thompson y Ratkoff 2000, Marks 2014). Sin embargo, ya ha quedado demostrado que no se puede naturalizar ese impacto: la bicicleta no era un instrumento neutro intrínsecamente emancipador para las mujeres (Neejer 2014, 103-4; Mackintosh y Norcliffe 2006; Hallenbeck 2009; Weng 2016; Oosterhuis 2016). Los debates en torno al potencial de la bicicleta para mejorar la vida de las mujeres, que habitualmente han centrado la atención historiográfica sobre el ciclismo femenino, en la mayoría de los casos han estado focalizados en el ámbito de la salud y del vestido. Sin embargo, esta investigación busca poner de manifiesto la importancia de dos aspectos normalmente soslayados en los estudios históricos: la relevancia que tuvo la bicicleta para crear espacios de sociabilización mixta entre los sexos, los cuales generaron entornos donde pudo surgir el amor, y la aceptación que tuvo el ciclismo femenino de competición. El análisis de los cuatro aspectos –salud, vestimenta, amor y competición–, tanto los más clásicos como los más novedosos, se ha realizado a través de un profundo estudio de las fuentes hemerográficas que ha tenido en cuenta algunas de las aportaciones bibliográficas más actualizadas y punteras de la historiografía nacional e internacional.

El deporte velocipédico tuvo dos dimensiones claramente diferenciadas. Por un lado, una recreativa y lúdica, que consistía en realizar excursiones, dar paseos y socializar. Esta vertiente, considerada por los aficionados en el periodo como la verdadera esencia del ciclismo, buscó legitimarse públicamente en torno al argumento de que ofrecía beneficios para el individuo, mejorando su salud, y para la sociedad, ya que era entendida como un rasgo de progreso y de modernidad (Codina Castellví 1893; Mackintosh y Norcliffe 2006; Ramón Salinas 2015). Por ejemplo, el protagonista de una novela de Sebastián López Arrojo expresó que si todas las personas de España practicasen este deporte, quien más ganaría sería la “civilización española” (López Arrojo 1897, 21). Por otro lado, estaba la dimensión competitiva, que progresivamente fue ganando terreno a la recreativa en importancia y se impuso en las primeras décadas del siglo XX. Por este motivo, la década de 1890 fue un periodo en el que se fue desarrollando la vertiente competitiva del ciclismo, pero todavía dominaba la idea de que el ciclismo debía ser, sobre todo, una práctica lúdica. Asimismo, la bicicleta era percibida como un medio de transporte efectivo, pero esta función fue sobre todo importante en las primeras décadas del siglo XX, cuando su uso estaba más extendido, llegando a ser la principal utilidad que ofrecía para la mayoría de los usuarios.

Aunque en la España de la década de 1890 entre los aficionados se entendía que el ciclismo era uno de los deportes típicamente patrios (Izquierdo y Gómez 2003, 6-8), lo cierto es que apenas había tradición ciclista en comparación con los países del entorno, tanto en la vertiente de ocio como en la competitiva. Por este motivo, los propios aficionados entendieron que debían mirar al exterior para intentar conocer las últimas tendencias tecnológicas y deportivas en la materia, ya que sentían que iban con retraso con respecto a los países con mayor tradición ciclista en lo referente al número de aficionados, de asociaciones, de competiciones, de respeto hacia los practicantes por

¹ *Estatutos de la Cámara Sindical Española de automovilismo y ciclismo*, Madrid, Gráfica Excelsior, 1918, 3.

² Elizabeth Jane Cochran, “Champion of Her Sex”, *World*, 2 febrero 1896.

³ *El liberal*, 31 agosto 1895, 2; *El Deporte velocipédico*, 26 agosto 1896, 6-7.

parte de la población y de las autoridades, de calidad de materiales deportivos o del número de velódromos⁴. Sin embargo, los adeptos a la bicicleta en España percibieron un panorama completamente diferente en relación con al ciclismo femenino, ya que su evolución, tanto respecto al auge de la afición lúdica entre las mujeres como en su vertiente de competición, siguió una cronología casi idéntica a la de países como Estados Unidos, Bélgica, Francia, Inglaterra o Australia. De hecho, era algo de lo que se sentían profundamente orgullosos en los medios especializados: “¿hay algo más agradable que la injerencia de la mujer en el velocipedismo? [...]. En algo se ha de conocer que España marcha al unísono de las demás naciones civilizadas”⁵. En cualquier caso, y como ocurrió en el contexto internacional (Crane 1999, 259-60; Fitzpatrick 2015, 26-7; Männistö-Funk 2010), el hecho de que las mujeres montasen en bicicleta generó en España un amplio debate sobre los beneficios y los problemas que su uso podría desencadenar en los cuerpos de las españolas y en su sociabilidad.

Los debates acerca de las consecuencias del ciclismo sobre la salud de las mujeres

El ciclismo femenino era una novedad y, como es lógico, no existía un historial de lesiones y enfermedades relacionadas con esta práctica. Por este motivo, en la década de 1890 se publicaron cientos de artículos debatiendo acerca del impacto que la bicicleta podía tener sobre las mujeres, sus cuerpos y su forma de relacionarse con el entorno. Muchos de los postulados acerca de los potenciales beneficios y riesgos se refugiaron en argumentos médicos, en un contexto en el que muchos discursos sobre el género fueron medicalizados por la voluntad de los médicos varones de establecer un control experto sobre los cuerpos de las mujeres. Por tanto, quienes buscaron fomentar o rechazar el que las mujeres montasen en bicicleta normalmente trataron de apoyarse en argumentos “científicos”, con el fin de dotar a su postura de una apariencia de objetividad. Sin embargo, no faltaron afirmaciones como la del periodista Claudio Ugena, quien aseguró que “El demonio después de haber seducido a la mujer con la manzana para fastidiar al hombre, inventó la bicicleta para completar su obra”⁶. Asimismo, el sacerdote jesuita Julio Alarcón, una de las referencias fundamentales del denominado feminismo católico español, fue muy crítico en sus obras con las mujeres que montaban en bicicleta (Alarcón 1901, 9-18; Alarcón 1908, 59).

Los médicos de España, como ocurrió en muchos lugares del mundo, independientemente de que estuviesen a favor o en contra de que las mujeres montasen en bicicleta, intentaron implantar la idea de que antes de empezar su práctica de forma habitual, cada mujer tenía que consultar con los médicos si para su caso específico era conveniente o no. Esto se debía a que, incluso quienes estaban en contra de que las mujeres montasen en bicicleta, consideraban que su uso de forma moderada podía resultar beneficioso para la salud en algunas ocasiones (Vertinsky 1990, 76; Whorton 1978, 62)⁷.

Los médicos que, a nivel internacional, entendían que el que las mujeres montasen en bicicleta era negativo para su salud, normalmente se centraron en la idea, muy polémica en la época, de que perjudicaría su capacidad reproductiva por el contacto de la ingle con el sillín (McCrone 2014; Vertinsky 1990). Asimismo, se preocuparon especialmente por la posibilidad de que las vibraciones del sillín sobre una zona tan íntima promoviesen la masturbación (Fleming 2015, 15; Garvey 1995; Hallenbeck 2010; Smith-Rosenberg 1985), lo que demuestra que la principal ansiedad que tenían los médicos era que la bicicleta modificase la relación de las mujeres con sus cuerpos, especialmente en lo que respecta al ámbito sexual y reproductivo. Por este motivo, el prestigioso doctor español Calatraveño, tras hacer un repaso de las opiniones de médicos extranjeros, recomendaba el uso de

⁴ *El Deporte velocipédico*, 6 marzo 1895, 2-3; *El Deporte velocipédico*, 10 junio 1896, 15.

⁵ *El Deporte velocipédico*, 23 octubre 1895, 3.

⁶ *La Saeta*, 2 agosto 1900, 9.

⁷ *El Carpetano*, 1 junio 1892, 3; *Sóller*, 24 diciembre 1898, 1.

la bicicleta solo a un pequeño grupo de mujeres: “En las mujeres no aconsejaremos el ciclismo más que en las muy obesas; en las jóvenes y delicadas es algún tanto expuesto”⁸.

No obstante, entre los argumentos decididamente a favor o en contra de la práctica ciclista por parte de las mujeres, hubo un amplio abanico de posicionamientos intermedios, sobre todo porque progresivamente se fue asumiendo la utilidad de su práctica en materia de salud, aunque siguiese preocupando en lo referente a la moralidad (Kiersnowska 2019, 96). Por ejemplo, el médico José Codina Castellví, si bien partía de la premisa de que como ejercicio higiénico podía ser igual de útil para las mujeres que para los hombres, su práctica igualitaria la limitaba a la infancia y al periodo de juventud en el que las mujeres se mantenían solteras. El motivo que el autor señalaba era que, cuando ellas se casaban y tenían descendencia, debían centrarse plenamente en realizar adecuadamente las labores del hogar y las tareas de cuidados a hijos y maridos (Castellví 1893, 201-6).

Muchos médicos españoles, al igual que los propios aficionados al ciclismo, estuvieron muy atentos a las aplicaciones médicas que se otorgaba a la bicicleta en Norteamérica y en muchos países de Europa. Por este motivo, en los medios españoles se publicaron constantemente traducciones de las opiniones de los médicos más destacados que entendían que la bicicleta, utilizada con moderación, era positiva para la salud de las mujeres porque, por un lado, ofrecía muchas ventajas higiénicas y, por otro lado, era útil para la recuperación de diversas enfermedades (Calatraveño 1895)⁹. Asimismo, como ocurrió a nivel internacional, en España fue fundamental que la prensa se hiciese eco de estos beneficios para que la población se concienciase de las virtudes de la bicicleta y para que este deporte aumentase sus adeptas (Hallenbeck 2009, 232; Simpson 1998, 153).

Uno de los médicos que la prensa especializada en ciclismo más tradujo al español fue el famoso cirujano francés Just Lucas-Championnière. Siguiendo las corrientes transnacionales, para este médico la bicicleta contribuía a paliar los efectos de la vida sedentaria en las mujeres de la clase alta y la clase media alta, haciendo que sus cuerpos fuesen más fuertes y adecuados para la reproducción y para cuidar de sus hijos¹⁰. El razonamiento del que se partía, a nivel transnacional, era que las mujeres campesinas parían sin problemas hijos robustos y sanos, algo que no ocurría en el caso de las mujeres de las familias acomodadas por el excesivo sedentarismo en su estilo de vida (Vertinsky 1990, 77). Por tanto, muchos médicos rebatieron la idea de que el ejercicio de las mujeres en bicicleta dificultaría su capacidad de procreación, tal y como aseguraban los especialistas contrarios a su práctica¹¹.

El doctor Championnière, tomando como ejemplo a las mujeres de las capas populares de la sociedad, afirmaba que la práctica de la bicicleta generaba sobre las mujeres beneficios cardiovasculares, pulmonares o de reducción de la obesidad. Sin embargo, las ventajas no quedaban limitadas al plano físico, pues también se obtenían beneficios intelectuales (Hallenbeck 2009, 226-7):

[A la mujer] fáltale ordinariamente calma y serenidad en presencia de cualquier pequeño accidente sin importancia [...]. La bicicleta cura también este defecto, por la necesidad de conservar la sangre fría ante los pequeños obstáculos, más aparentes que reales, que se encuentran en la marcha. Y la mujer, acostumbrada á mirarlos con serenidad cuando va en bicicleta, llega á adquirir luego el propio dominio sobre sí en las demás ocasiones de la vida¹².

⁸ *Revista contemporánea*, 15 septiembre 1895, 462-3.

⁹ *El Deporte velocipédico*, 15 mayo 1895, 10; *Heraldo de Baleares*, 28 agosto 1895, 1; *El Liberal de Tenerife*, 16 septiembre 1895, 3; *El Porvenir*, 30 junio 1899, 4; *Flores y abejas*, 4 agosto 1895, 3; *Flores y abejas*, 6 octubre 1895, 4; *El Liberal de Tenerife*, 21 julio 1897, 2; *La Aialaya*, 27 marzo 1893, 2.

¹⁰ *El Deporte velocipédico*, 28 agosto 1895, 2-4; *El Deporte velocipédico*, 4 septiembre 1895, 6-7. Años más tarde esto también fue defendido en: O'followell, 1900.

¹¹ *El Porvenir*, 30 junio 1899, 4; *El Deporte velocipédico*, 5 febrero 1896, 4-6; *El Guadalete*, 5 julio 1893, 2.

¹² *El Deporte velocipédico*, 11 septiembre 1895, 6-7.

Habitualmente se ha asumido que las mujeres de las clases acomodadas de la sociedad empezaron a practicar el ciclismo debido a la recomendación de los doctores. Sin embargo, cada vez más se está poniendo de manifiesto que el proceso fue a la inversa: solo una vez que hubo pioneras que visibilizaron cambios positivos, los médicos comenzaron a recomendar su práctica (Neejer 2014). De hecho, como se afirmaba en un artículo francés traducido por *El Deporte velocipédico*: “Si la bicicleta se halla en camino de operar una revolución en las costumbres de la mujer, no ha sido ciertamente sin oposición encarnizada [...] especialmente por los médicos [...]. Pero el instinto de la mujer resistió á todos los terribles presagios y la experiencia le ha dado la razón”¹³.

En el contexto internacional fue habitual que las mujeres ciclistas se atreviesen a escribir, en prensa o en libros y a partir de sus experiencias personales, acerca de los beneficios físicos que tenía esa actividad sobre sus cuerpos. Esto ayudó a redefinir los discursos sobre el ciclismo femenino, a pesar de que las autoras tuvieron que ser cuidadosas con no transgredir los límites de lo aceptable socialmente (Fleming 2015, 18; Hallenbeck, 2009, 168; Hallenbeck 2012). Asimismo, en España hubo algunas médicas, de las escasas que por entonces había, que se aprovecharon de su condición de autoridad en esta materia para visibilizar las ventajas que tenía el ciclismo para las mujeres¹⁴. Sin embargo, esta situación no fue demasiado habitual en España, donde los manuales ciclistas que se publicaron fueron escritos por hombres y para hombres, no se tradujeron los manuales escritos por ciclistas europeas o norteamericanas para el público femenino, algo que solo ha ocurrido en fechas recientes (Erskine 1897 [2014]), y no existieron revistas ciclistas femeninas (Blasco 1895).

El dilema de la vestimenta para montar en bicicleta

En los debates sobre el ciclismo femenino normalmente se vinculó el aspecto físico con el moral. En este sentido, la principal preocupación y objeto de debate fue la reforma del vestido que se produjo en la década de 1890, a nivel internacional, en conexión con la práctica velocipédica (Harmond 1972, 252; Park 1989; Petrov 2016; Simpson 1998, 145; Stevenson 2017). Durante este periodo, el ciclismo fue haciéndose cada vez más aceptable para las mujeres. Sin embargo, su práctica hacía necesaria una reforma de la vestimenta, pues los corsés restrictivos, que ya contaban con una amplísima oposición que aglutinaba desde autoridades religiosas a reformistas y revolucionarios sociales, pasando por higienistas y médicos, los vestidos que cubrían todo el cuerpo y las faldas largas no eran compatibles con el pedaleo y la estructura de la bicicleta (Crane y Bovone 2006: 242).

Ciclistas, médicos y escritores buscaron normativizar un nuevo tipo de vestimenta que fuese compatible con este deporte y, a su vez, que cumpliese unos estándares mínimos de feminidad que legitimasen las prendas de ropa de cara a la sociedad (Burr 2014, 24; Mackintosh y Norcliffe 2007, 168). Asimismo, como muchas ciclistas vistieron para montar en bicicleta ropa más cómoda, ligera y corta con respecto a la que llevaban en la vida cotidiana, se esforzaron por mostrarla como una opción respetable de vestimenta (Neejer 2014, 101). Ante las acusaciones de que algunas de estas prendas de ropa eran anti-femeninas, las ciclistas solían defenderse asegurando que solo mediante la modificación/reforma de la ropa habitual podían seguir montando en bicicleta garantizándose su propia seguridad (Fleming 2015, 21). No obstante, algunos trabajos han discrepado de estas teorías y han cuestionado que el ciclismo tuviese una gran influencia sobre la moda femenina, al entender que utilizaron una ropa similar a la ordinaria (Christie-Robin, Orzada y López-Gydosh 2012, 329).

Todos los planteamientos señalados estuvieron presentes en la mayoría de los países en los que el ciclismo femenino tuvo cierta importancia. Esto se debió a que los médicos, los escritores y las aficionadas (y los aficionados) a este deporte, estuvieron muy atentos a los debates que se producían en otros países acerca de la ropa adecuada para montar en bicicleta, sobre todo aquellos relacionados con las discusiones concernientes a la sustitución de las faldas por los pantalones

¹³ *El Deporte velocipédico*, 5 febrero 1896, 4-6.

¹⁴ *El Aviso*, 2 marzo 1897, 1.

(Santucci 2019)¹⁵. En la prensa española constantemente se aludió a cómo la práctica de la bicicleta estaba provocando que muchas mujeres optasen por adoptar pantalones y/o “el traje masculino” (Crane 1999, 259-60)¹⁶. Los sectores contrarios al ciclismo femenino criticaron esta situación duramente por entenderla como poco femenina y como un atentado contra su pudor e integridad que, vaticinaban, progresivamente se iría agravando: “A la vuelta de un par de años gastarán pantalones, magníficos mostachos y poblada barba, y si pararan ahí ¡que dicha!”¹⁷. Por este motivo, fueron habituales las voces que pidieron a las ciclistas españolas que no abandonasen la falda para montar en velocípedo¹⁸. No obstante, fueron muchos los que, como el destacado periodista español Enrique Sepúlveda, críticos con que las mujeres practicasen el ciclismo, cuestionaron tanto que montasen en pantalón, por volverlas masculinas, como que lo hiciesen en falda, por el riesgo de enseñar más carne de la cuenta¹⁹. Queda claro, por tanto, que para los críticos en el fondo no había una opción de vestimenta aceptable para que las mujeres practicasen el ciclismo.

La opción intermedia que algunas autoridades en la materia plantearon fue que, como las mujeres debían transformar necesariamente su vestimenta para practicar este deporte de forma segura y cómoda, lo mejor era que restringiesen su actividad a los jardines y fincas privadas: “se comprenderá que su recato, su pudor y su modo de ser le impedirán usarlo en público y se verá obligada y reducida á emplearlo en sitios privados, en posesiones particulares” (Codina Castellví 1893, 203). Sin embargo, fueron muchos los aficionados al ciclismo que apoyaron la necesidad de vestir el pantalón para montar en bicicleta, asegurando que esa ropa no ponía en cuestión su dignidad²⁰. Incluso, hubo hombres que criticaron que otros la pusiesen en entredicho, cuando luego soportaban “con gusto que su mujer y sus hijas descubran sus espaldas y su pecho en el salón recalentado de una reunión mundana. Donde cien jóvenes se oprimen en torno suyo”²¹. Una idea que tenía que ver con la visión de la ociosidad como malsana para la patria y del deporte como vía ideal para conseguir las políticas natalistas de una nación. Asimismo, en *El Deporte velocipédico* se tradujo del francés la opinión de una ciclista que aseguró que llevar falda al ir en bicicleta: “Es la aberración más grande que he visto en mi vida. Vamos á ver: ¿es usted ciclista para caminar á pie al lado de su bicicleta? ¿No? Pues bien: póngase usted pantalón sin ruborizarse [...]”²². Semanas después, y siguiendo el ejemplo de su par francesa, una ciclista española publicaba en el mismo medio que “no tendremos otro remedio que adoptar definitivamente el pantalón bombacho y dejar la falda”²³.

El mejor instrumento para encontrar el amor es la bicicleta

El uso de la bicicleta se entendió por los sectores conservadores de la sociedad como atentatorio contra la institución familiar. El motivo era doble. Por un lado, porque ofrecía a las mujeres la posibilidad de alejarse del hogar (literal y figuradamente), lo que haría que descuidasen el cuidado de los hijos y las labores del hogar, llegando a provocar la ruptura conyugal (Garvey 1995, 74)²⁴. Por este motivo, y como muestra de que eran unos temores percibidos como una realidad empírica,

¹⁵ *El independiente*, 4 junio 1894, 2; *El suplemento*, 14 septiembre 1895, 1; *Diario de Tenerife*, 30 octubre 1895, 3; *El Deporte velocipédico*, 25 abril 1896, 3.

¹⁶ *Las Baleares*, 28 febrero 1895, 3; *La Bicicleta. Revista quincenal de Sport*, 16 julio 1899, 13.

¹⁷ *El comercio de Córdoba*, 10 septiembre 1897, 1. Ver también: *La Atalaya*, 5 septiembre 1893, 1; *El Guadalete*, 17 noviembre 1894, 1; *Diario de Tenerife*, 4 septiembre 1895, 3.

¹⁸ *La Moda Elegante*, 22 junio 1892, 266; *El isleño*, 7 octubre 1895, p. 2.

¹⁹ *La Correspondencia de España*, 6 agosto 1895, 1.

²⁰ *Heraldo de Baleares*, 28 enero 1895, 1; *El Deporte velocipédico*, 19 agosto 1896, 9.

²¹ *La España moderna*, agosto 1900, 172-4.

²² *El Deporte velocipédico*, 12 agosto 1896, 3-4.

²³ *El Deporte velocipédico*, 30 septiembre 1896, 4 y 6.

²⁴ *El noticiero*, 19 noviembre 1897, 4; *El amigo del pueblo*, 29 enero 1898, 2.

fueron publicadas diversas historietas en prensa en las que la mujer abandonaba al marido, no ciclista, por un hombre con bicicleta: “Dice que abandone a mi marido y que le siga, que partiremos en su bicicleta. ¡Dios mío! Me quiere llevar en bicicleta; no voy a tener más remedio que ceder...”²⁵. Por otro lado, porque los hombres preferían atender su afición al ciclismo antes que a su familia, lo que convertía a la bicicleta en “la rival de la madre de familia”²⁶. En este caso, no se llegaba a poner en peligro el lazo conyugal ni se entendía como probable que el hombre ciclista acabase por abandonar a su esposa, pero se valoraba como factible que se produjese un distanciamiento entre los integrantes del matrimonio que tendría, en caso de ocurrir, malas consecuencias también sobre los hijos.

Sin embargo, la realidad era que, a diferencia de otros deportes, el ciclismo por ocio se podía practicar en pareja, por lo que cuando el marido era ciclista, había opciones de que acabase llevando a su mujer a los eventos sociales relacionados con la bicicleta²⁷. De hecho, como indicaba el doctor Championnière, el ciclismo era un deporte cuya principal ventaja era que se podía practicar en familia: “En los demás deportes la mujer no suele tomar parte más que como espectadora [...]. Es un ejercicio que permite agrupar á las familias [...]. Todos los deportes que separan al hombre de la mujer acaban siempre por alterar las relaciones de familia”²⁸.

Por tanto, el ciclismo fue una de las pocas actividades deportivas que ofreció a las mujeres la posibilidad de ser tan activas como los hombres (Somers 1967). Esto permitió que compartiesen espacios de sociabilización con los hombres en un ambiente más relajado y con menos control/supervisión con respecto a lo que estaban acostumbradas. En especial, las excursiones eran momentos de sociabilidad mixta donde hombres y mujeres de una posición social similar tenían oportunidades para conocerse mejor, ya que la larga duración del trayecto hacía posible conseguir algún momento, aunque fuese esporádico, en el que disfrutar de cierta privacidad²⁹.

Las ansiedades que ciertos sectores tuvieron acerca de los peligros de una sociabilidad mixta articulada en torno a la bicicleta fueron progresivamente resignificándose como una oportunidad en la que podían comenzar relaciones románticas de larga duración. En consecuencia, hubo un auge, en países como Estados Unidos, Inglaterra, Francia, Nueva Zelanda o España, de relatos e historietas en las que, gracias a la bicicleta, surgía el amor entre dos ciclistas que, tras enamorarse, procedían a casarse (Chen 2019, 489-91; Garvey 1995, 67; Simpson 1998, 151). Al fomentar una imagen romántica del ciclismo carente de toda connotación sexual, los medios jugaron un papel importante en la aceptación de las mujeres subidas en bicicleta. Si estas eran capaces de atraer a un marido ideal y de posición acomodada, es evidente que no transgredían la feminidad esperada independientemente de cómo vistiesen para practicar su afición, sino todo lo contrario, pues esto las convertía en unas candidatas ideales para el matrimonio³⁰. Por ejemplo, en *La bicicleta* de Miguel Echegaray, un fanático velocipedista, se representó a un hombre que, con el objetivo de conquistar amorosamente a una ciclista ideal, decidió hacerse velocipedista (Echegaray 1896, 17)³¹. Asimismo, para poner en cuestión la idea de que las ciclistas podían abandonar a su marido, se publicaron relatos en los que una ciclista casada, pretendida por otro ciclista, se mantenía fiel, por lo que las

²⁵ *El Deporte velocipédico*, 24 abril 1895, 13.

²⁶ *El Porvenir*, 30 junio 1899, 5.

²⁷ *El Deporte velocipédico*, 16 octubre 1895, 2; *El Deporte velocipédico*, 11 diciembre 1895, 3-5; *Nuevo Mundo*, 19 diciembre 1895, 10; *El Deporte velocipédico*, 19 febrero 1896, 6; *El Liberal de Tenerife*, 29 noviembre 1894, 3. Lo cual también ocurrió a nivel internacional: Malpezzi Price, 2013.

²⁸ *El Deporte velocipédico*, 11 septiembre 1895, 6-7.

²⁹ *El Deporte velocipédico*, 8 mayo 1895, 6; *El Deporte velocipédico*, 19 febrero 1896, 2; *El Deporte velocipédico*, 20 mayo 1896, 10. Para el plano internacional: Tkach 2011, 52-3.

³⁰ *Crónica Meridional*, 22 septiembre 1896, 3; *La Bicicleta. Revista quincenal de Sport*, 16 febrero 1899, 6-8; *La Bicicleta. Revista quincenal de Sport*, 16 marzo 1899, 9-11; *La Bicicleta. Revista quincenal de Sport*, 16 julio 1899, 4-7; *El Deporte velocipédico*, 27 noviembre 1895, 7 y 10; *El Liberal*, 17 enero 1899, 3. Para el contexto internacional: Heilmann 2000, 34-42.

³¹ Un amor platónico hacia una ciclista también fue narrado en otros relatos de médicos y ciclistas: Corral y Mairá 1897: 9-27.

practicantes de este deporte fueron representadas como mujeres virtuosas en lo físico y en lo moral³².

Esta noción se entremezcló con una idea que se extendió mucho en la sociedad española, consistente en que los hombres con bicicleta también resultaban más atractivos que aquellos que no poseían una. Por este motivo, en la prensa aparecieron diversos relatos en los que se describía cómo al comprarse una bicicleta cambiaba radicalmente la suerte de los hombres en relación con las mujeres: “al poco tiempo era él quien despreciaba a las mismas mujeres que antes huían de él con horror”³³ o “Ahora todas corren locas de amor detrás de mí, luego lo que me faltaba era esto: ¡una bicicleta!”³⁴. Asimismo, algunos críticos con el ciclismo se lamentaron de esta situación: “¡Joven que no montas en bicicleta, no busques novia!”³⁵ o “Ya no hacemos conquistas / los que andamos solo a pie. / No nos quieren: que ¿por qué? / porque no somos ciclistas”³⁶. Por tanto, como ocurrió en otros países, la bicicleta tuvo fuertes connotaciones para la masculinidad española, aunque no es el objetivo de este artículo estudiarlas (Griffin 2006). Estos argumentos se hicieron también extensibles a las mujeres: “no sé si se habrán ustedes fijado en que no hay mujer que parezca fea cuando va montada en bicicleta [...]. Aviso á las solteras incasables é incansables”³⁷. Asimismo, en una historieta, ante el rechazo de los padres a que sus dos hijas montasen en bicicleta, una de ellas se frustró y les expuso que “¡Si no montamos en bicicleta no encontraremos marido!”³⁸. Por tanto, en la década de 1890, la bicicleta pasó de ser considerada en algunos sectores como un objeto que podía conducir al desorden sexual, a estar valorada, de forma mayoritaria, como un aparato que ofrecía a las personas de ambos sexos la posibilidad de socializar y de entablar relaciones amorosas que acabasen en matrimonio.

El ciclismo femenino de competición

La complejidad del ciclismo de competición solo puede ser analizada desde una perspectiva transnacional, ya que fue entendido y vivido de forma similar en todo el ámbito occidental (Tomlinson, Young y Holt 2010). Los motivos fueron varios. Aparte de la amplia movilidad tanto de los avances técnicos como de los deportistas (Eisenberg 2010; Guthrie-Shimizu 2004; Holt 2006; Knuts y Delheye 2014, 383-84; Mangan 2000; Taylor 2010), los aficionados de los diferentes países reclamaban a los medios especializados que prestasen atención a las carreras y a cualquier tipo de evento y/o novedad relacionada con el ciclismo que ocurriese en el extranjero³⁹. Esto no fue una particularidad del caso español, pues revistas como *The Cycling World Illustrated* constantemente miraron al exterior para dar a conocer a los ciclistas lo que sus pares estaban haciendo en el extranjero, llegando a publicar reportajes de países como Portugal⁴⁰.

Frecuentemente se ha asegurado que, en la década de 1890, las carreras de España y los ciclistas del país, tanto en el caso de los hombres como de las mujeres, quedaron fuera de los circuitos de competición internacionales. Sin embargo, esto no es cierto. Por un lado, los ciclistas más destacados del periodo acudieron al extranjero a competir o a confraternizar con sus pares, aunque no fuese

³² *Flores y abejas*, 21 enero 1900, 3.

³³ *El Deporte velocipédico*, 5 junio 1895, 5.

³⁴ *El Deporte velocipédico*, 24 julio 1895, 13.

³⁵ *El guasón*, 8 marzo 1896, 6.

³⁶ *El Cocinero*, 8 septiembre 1901, 7.

³⁷ *El Deporte velocipédico*, 21 agosto 1895, 1-2.

³⁸ *El atalaya*, 29 agosto 1897, 3.

³⁹ *El Deporte velocipédico*, 6 marzo 1895, 11-2; *El Deporte velocipédico*, 1 mayo 1895, 11-2; *La Bicicleta. Revista quincenal de Sport*, 1 agosto 1899, 13; *La Bicicleta. Revista quincenal de Sport*, 16 mayo 1899, 10; *El Deporte velocipédico*, 13 marzo 1895, 6; *El Deporte velocipédico*, 20 marzo 1895, 7.

⁴⁰ *The Cycling World Illustrated*, 8 julio 1896, 382.

una práctica tan extendida como en otros lugares⁴¹. Por otro lado, el hecho de que las carreras ciclistas españolas quedasen fuera de los principales circuitos de competición internacionales, no quiere decir que no acudiesen a competir a España ciclistas extranjeros de menor relevancia, especialmente franceses⁴².

Durante un breve periodo de tiempo entre 1895 y 1902, se produjo en Estados Unidos la primera gran era del ciclismo femenino de competición, pues hubo cientos de carreras de alta velocidad realizadas en pequeños circuitos. Las corredoras solían ser personas de las capas populares de la sociedad que se habían introducido en el mundo del ciclismo de competición para ganar dinero⁴³. Estas carreras gozaron de gran popularidad, estuvieron bien organizadas, fueron rentables para los patrocinadores y estuvieron protagonizadas por atletas profesionales bien entrenadas, por lo que no fueron algo puramente sensacionalista y/o de carácter recreativo (Gilles 2018, XIII; Hall 2019). Sin embargo, es difícil saber hasta qué punto era considerado como un deporte más, ya que solían ser programadas para los entreactos del teatro, del circo o de competiciones masculinas (Simpson 2007). De cualquier manera, hubo un grupo de mujeres que se convirtieron en las “America’s first great women athletes” y obtuvieron por competir grandes sumas de dinero, aunque como desafiaban las nociones de feminidad, frecuentemente fueron objeto de ataques y ridiculizaciones y tuvieron que sufrir la prohibición de sus carreras (Gilles 2019; Gilles 2018; Simpson 2007, 62). Sin embargo, este fenómeno de apogeo del ciclismo femenino de competición no fue particular de Estados Unidos, sino que ocurrió de forma similar en otros países (Mathur 2001, 62-3; Melo y Schetino 2009).

En España, el peso de las carreras ciclistas femeninas fue menor, pero su auge fue contemporáneo al de países como Estados Unidos. En la primera mitad de la década de 1890 hicieron su aparición las primeras ciclistas que decidieron dejar de practicar su afición en privado para hacerlo en público, especialmente en los grandes parques, como El Retiro de Madrid, y en los principales velódromos del país⁴⁴. Sin embargo, a mediados de los años noventa ya se aventuraban fuera de los parques y velódromos, por lo que “las señoritas comienzan ya a pasear por las carreteras [...] y a hacer excursiones”⁴⁵.

Desde entonces, la prensa especializada realizó una amplia campaña para incentivar en las mujeres la práctica velocipédica. Aunque se ha afirmado en estudios sólidos que en muchas ocasiones primaba el interés comercial al de lograr que las mujeres practicasen el deporte (Torrebadella i Flix 2011, 169), la evidencia demuestra lo contrario. Por ejemplo, en *El Deporte velocipédico* se aseguró que “Dicen que la carrera de la mujer es el matrimonio, ¡qué tontería!: la verdadera carrera de la mujer es la de bicicletas, ¿verdad?”⁴⁶. Asimismo, ante las críticas que sufrió el ciclismo femenino por parte de *El Diario de Álava*, desde *El Deporte velocipédico* se aseguró que el artículo daba “asco leerlo”⁴⁷. Además, para fomentar el uso de la bicicleta entre las mujeres, en la prensa local se anunciaba como un acontecimiento el momento en el que en cada ciudad española se tenía consciencia de las primeras practicantes del ciclismo en el ámbito público, ya que se entendía que la existencia de pioneras era fundamental para que otras mujeres se lanzasen a la carretera⁴⁸. Incluso, algunos periodistas intentaron estimular que surgiesen las pioneras en diversas

⁴¹ *El Deporte velocipédico*, 3 abril 1895, 4; *El Deporte velocipédico*, 14 agosto 1895, 2.

⁴² *La Correspondencia de España*, 31 julio 1888, 3; *El Deporte velocipédico*, 29 mayo 1895, 2.

⁴³ En algunos trabajos se han planteado y visibilizado un amplio número de mujeres implicadas en el ciclismo, representantes de países como Gran Bretaña, Francia, Estados Unidos, sobre todo, pero también de Italia, Alemania, Bélgica, Holanda o Rusia (Simpson 2007, 48).

⁴⁴ *Blanco y Negro*, 19 diciembre 1896, 5; *El liberal*, 24 julio 1894, 1; *El Guadalete*, 21 agosto 1894, 1. Hasta que su presencia pasó de anecdótica a habitual: *El Diario de Murcia*, 25 septiembre 1896, 1.

⁴⁵ *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, 31 agosto 1894, 6.

⁴⁶ *El Deporte velocipédico*, 22 octubre 1896, 1.

⁴⁷ *El Deporte velocipédico*, 17 junio 1896, 3.

⁴⁸ *El Deporte velocipédico*, 6 mayo 1896, 14; *El Deporte velocipédico*, 20 mayo 1896, 11; *El Deporte velocipédico*, 18 marzo 1896, 2; *El Deporte velocipédico*, 9 septiembre 1896, 14.

ciudades. Por ejemplo, un hombre de Palma aseguró que una mujer le había confesado que le daba miedo ser la primera del lugar en montar públicamente, por lo que le dijo: “No tema del ‘qué dirán’, salga usted a la calle, y esté segura que habrá muchísimas compañeras tuyas que le secundarán”⁴⁹.

De forma paralela, en la prensa española, generalista y especializada, empezaron a tener cabida en sus páginas las carreras ciclistas femeninas que se celebraban en los diferentes países de Europa⁵⁰. En las narraciones que de estas competiciones hacían se solían asegurar cosas como que se había probado “a los más recalcitrantes que el ciclismo femenino no solo tiene razón de ser, sino que su práctica es conveniente bajo muchos puntos de vista”⁵¹. Sin embargo, en España fueron muchas las voces que cuestionaron que fuese apropiado que las ciclistas compitiesen. Por ejemplo, el doctor Calatraveño aseguraba que “Debe la mujer huir siempre, lo mismo que las personas débiles, de las carreras de resistencia y de velocidad [...] [porque] puede causar gravísimos perjuicios”⁵². Mientras, una ciclista española, bajo el seudónimo de Mary, aseguró que “No soy partidaria de que se celebren carreras de señoras [...] ni aun en aquellas que se verifican en el seno de la amistad”⁵³.

Quizás por estas reticencias se adaptó el formato y, en la década de 1890, se popularizó en España lo que en otros lugares se conoció como las “*bicycle gymkhana*”, unos eventos al aire libre donde se hacían pruebas para hombres, para mujeres, para personas de ambos sexos y para niños. En ellos predominaba el comportamiento cívico sobre la competitividad, lo cual era una estrategia para que las clases adineradas pudiesen dotar de respetabilidad a la actividad (Mackintosh y Norcliffe 2007, 168-70) y no fuese identificada como algo propio de las clases trabajadoras. Las personas pertenecientes a estos sectores de la sociedad sí necesitaban disputar las pruebas en busca de la victoria con el objetivo de obtener, a través de los premios, el dinero necesario para vivir. Por ejemplo, en los grandes parques españoles, como El Retiro de Madrid, se celebraron las denominadas como carreras de cintas, en las que vencía quien recogía el mayor número de cintas en bicicleta, aunque se pretendía que todas las personas participantes lograsen atrapar al menos una⁵⁴. Para asegurar el espíritu cordial y recreativo de la prueba, en estas competiciones no podían participar las mujeres u hombres que hubiesen participado en carreras competitivas de verdad.

También diferían del espíritu competitivo los espectáculos ciclistas en los que participaron muchas de las actrices más destacadas de la escena española, como Rosario Pino, María Montes, Matilde Pretel, Balbina Valverde, Felisa Lázaro, María Guerrero, Pepita Alcácer, Rafaela Lasheras o Gloria Pontanari⁵⁵. Algunas de estas mujeres llegaron a ser definidas incluso como “notables ciclistas”⁵⁶ y participaron en algunas carreras, lo cual fue habitual en el contexto transnacional (Simpson 2007, 54). Sin embargo, aquellas que lograron convertirse en mujeres célebres lo lograron por su capacidad en el escenario y no por su habilidad encima de la bicicleta (Mendoza 2018).

Las carreras puramente competitivas de mujeres no fueron muy abundantes y la participación fue bastante reducida. No obstante, los medios especializados aprovecharon estos eventos, celebrados fundamentalmente en la segunda mitad de la década de 1890, para mostrar al ciclismo femenino como un deporte de verdad, que iba más allá de mero entretenimiento. Por ejemplo, en

⁴⁹ *Heraldo de Baleares*, 20 febrero 1896, 1. Ver también: *Flores y abejas*, 12 mayo 1895, 2.

⁵⁰ Por ejemplo: *El Deporte velocipédico*, 5 agosto 1896, 11; *El Deporte velocipédico*, 20 marzo 1895, 12; *El Deporte velocipédico*, 8 julio 1896, 12; *La independencia*, 4 septiembre 1895, 3; *El Deporte velocipédico*, 24 junio 1896, 2-3; *El Guadalete*, 11 julio 1886, 2; *El noticiero*, 24 agosto 1897, 4; *El Deporte velocipédico*, 4 abril 1896, 4.

⁵¹ *El Liberal navarro*, 18 julio 1893, 2; *La lucha*, 21 julio 1893, 1.

⁵² *Revista contemporánea*, 15 septiembre 1895, 462-3.

⁵³ *El Deporte velocipédico*, 26 agosto 1896, 6-7.

⁵⁴ *El Deporte velocipédico*, 11 septiembre 1895, 2; *El Deporte velocipédico*, 11 septiembre 1895, 2; *El Deporte velocipédico*, 2 septiembre 1896, 3; *El Deporte velocipédico*, 7 octubre 1896.

⁵⁵ *El Deporte velocipédico*, 13 noviembre 1895, 3; *El Eco de Santiago*, 17 diciembre 1896, 2; *El liberal*, 26 noviembre 1898, 3; *El Deporte velocipédico*, 28 agosto 1895, 16; *Blanco y Negro*, 19 diciembre 1896, 5.

⁵⁶ *El Deporte velocipédico*, 6 noviembre 1895, 5; *El Deporte velocipédico*, 20 noviembre 1895, 5; *El Deporte velocipédico*, 5 febrero 1896, 5; *El Deporte velocipédico*, 4 marzo 1896, 13; *Barcelona Cómica*, 23 mayo 1896, 556; *El Deporte velocipédico*, 22 enero 1896, 2-3.

las reseñas de las carreras indicaron cosas como que “corrieron como corredores profesionales, demostrando toda gran dominio sobre la máquina y mucho empeño en obtener el primer puesto”⁵⁷, que “el numerosísimo público que presenciaba las carreras vió con sumo gusto correr á las señoras”⁵⁸ y que su éxito era la prueba de que “el elemento femenino puede ya tomar en España parte importante activa en el deporte ciclista”⁵⁹.

Las primeras carreras de velocidad femeninas que se celebraron en Madrid, en El Retiro o en el velódromo de las Delicias, fueron ganadas por Julia Rubio, fundamentalmente gracias a su gran capacidad de sprint final, ante Augusta Cárdenas y Matilde Urosa, quienes se erigieron como sus principales rivales en esas victorias⁶⁰. Esto las convirtió en las tres primeras grandes estrellas del ciclismo femenino en España, por lo que sus fotos fueron publicadas en diversos medios españoles y en el *Die Radlerin*, un periódico especializado de Berlín⁶¹. La forma en la que ocuparon el espacio en las revistas, normalmente a toda página en la portada o en una de las primeras hojas, no difirió de la de los grandes ciclistas profesionales del momento, como Ricardo Minué, Manuel Lacasa, Julián Lozano u Orencio Pedros⁶². Sin embargo, la gran diferencia estribó en que, mientras los hombres eran retratados en una postura competitiva, levantados del sillín y con las manos en la parte baja del manillar, las mujeres aparecieron representadas de forma relajada y sentadas sobre el sillín.

No hay registros fidedignos del dinero que las mujeres profesionales se embolsaban por victoria, pero pudieron vivir del ciclismo en el momento gracias a los premios de las carreras, ya que como en el resto de los países las y los ciclistas profesionales no tenían un salario fijo (Mignot 2016). Por ejemplo, en un periódico se expuso que Augusta Cárdenas llegó a embolsarse 1.000 pesetas en una sola carrera, lo cual era una cantidad muy importante para la época⁶³. El hecho de que, aunque fuese por un corto periodo de tiempo, algunas españolas obtuviesen de la competición recursos suficientes como para ser capaces de ganarse la vida (si así lo hubiesen necesitado), es algo más subversivo que el hecho de que una mujer de clase alta montase en bicicleta en su tiempo de ocio. Asimismo, uno de los ámbitos donde las ciclistas españolas, especialmente las madrileñas, más dinero lograron fue en el ciclódromo del Salón Pedal de Madrid, donde se celebraban carreras de bicicletas estáticas sobre un rodillo que ejercía de motriz para unos muñequitos que mecánicamente competían en un circuito en miniatura. En este espacio se reunía la alta sociedad madrileña para realizar apuestas en los meses de invierno⁶⁴. En la plantilla habitual de ciclistas del Salón Pedal hubo 17 mujeres, pero en ocasiones contaron con corredoras extranjeras que llegaban a Madrid para disputar los premios económicos: “Nuestras niñas corredoras ‘vivían tranquilas’ [...] cuando se ven usurpar los puestos y las pesetas por unas piernas extranjeras que, no solo saben moverse más deprisa que las de las madrileñas, sino también de los madrileños”⁶⁵. La idea de que las ciclistas francesas estaban en condiciones de vencer incluso contra los mejores corredores varones españoles

⁵⁷ *Mundo Nuevo*, 26 noviembre 1896, 5.

⁵⁸ *El Deporte velocipédico*, 1 julio 1896, 2.

⁵⁹ *El Deporte velocipédico*, 18 noviembre 1896, 7.

⁶⁰ *El Deporte velocipédico*, 22 octubre 1896, 3-4; *La Correspondencia de España*, 15 noviembre 1896, 3; *El Deporte velocipédico*, 18 noviembre 1896, 10.

⁶¹ *Mundo Nuevo*, 26 noviembre 1896, 5; *El Deporte velocipédico*, 23 diciembre 1896, 16; *El Deporte velocipédico*, 5 noviembre 1896, 1; *La Correspondencia de España*, 21 junio 1897, 2; *Diario del comercio*, 20 abril 1898, 2; *La Rioja*, 20 abril 1898, 3. Aunque también hubo otras ciclistas que en el periodo recibieron atención por parte de la prensa española: *El Deporte velocipédico*, 24 junio 1896, 9; *El noticiero*, 24 agosto 1897, 3.

⁶² *El Deporte velocipédico*, 17 abril 1895, 1; *El Deporte velocipédico*, 27 marzo 1895, 1; *El Deporte velocipédico*, 15 mayo 1895, 1; *El Deporte velocipédico*, 18 septiembre 1895, 1. Sobre sus victorias y récords: *El Deporte velocipédico*, 26 junio 1895, 3; *El Deporte velocipédico*, 31 julio 1895, 11; *El Deporte velocipédico*, 17 julio 1895, 4; *El Deporte velocipédico*, 21 agosto 1895, 14.

⁶³ Sobre el premio de Cárdenas: *La Correspondencia de España*, 7 septiembre 1898, 2.

⁶⁴ *La Ilustración Nacional*, 16 enero 1898, 7; *La revista moderna*, 25 diciembre 1897, 13; *El comercio de Córdoba*, 10 septiembre 1897, 1.

⁶⁵ *Madrid cómico*, 29 enero 1898, 19. Ver también: *La Clave*, 3 enero 1898, 3.

fue repetida por otros medios, lo cual constata la escasa confianza que había en España sobre el nivel de los ciclistas españoles en comparación con sus pares internacionales⁶⁶.

Conclusiones

En la década de 1890, el ciclismo en España experimentó un fuerte auge, tanto en hombres como en mujeres. Durante este periodo, el ciclismo tuvo una doble vertiente. Por un lado, y de forma predominante, fue una actividad de ocio representativa de los sectores adinerados de la sociedad. Por otro lado, fue un deporte de competición que progresivamente fue volviéndose más relevante, por lo que en estos años ganó muchos aficionados y practicantes. El hecho de que las mujeres montasen en bicicleta generó un enconado debate entre expertos, especialmente médicos, escritores y religiosos, y los propios aficionados al ciclismo, acerca de si era conveniente (o no) que ellas utilizaran la bicicleta. Asimismo, entre los partidarios de que era una actividad provechosa para el desarrollo físico y mental de las mujeres, se discutió acerca de qué forma ellas debían utilizar la bicicleta con el objetivo de obtener esos beneficios.

Entre los argumentos más habituales del debate estuvieron aquellos relacionados con la salud y la vestimenta de las mujeres, que son los aspectos que frecuentemente han centrado la atención historiográfica sobre el ciclismo femenino por resultar elementos más llamativos. Más desapercibidos han pasado en los trabajos históricos los razonamientos que hacían referencia a que el montar en bicicleta, en su vertiente de ocio, ofrecía a las mujeres la posibilidad de generar espacios de sociabilidad proclives al surgimiento del amor duradero. De hecho, este aspecto se convirtió en uno de los principales argumentos legitimadores del ciclismo femenino, ya que no solo negaba las opiniones de quienes consideraban que la práctica de la bicicleta por parte de las mujeres desencadenaría un desorden sexual y un aumento de los lazos conyugales rotos, sino que exponía que generaría la oportunidad de crear relaciones amorosas sólidas entre hombres y mujeres. Un campo aparte fue el ciclismo de competición, que, si bien fue apoyado por los partidarios de la bicicleta y los aficionados al ciclismo en general, no terminó de cuajar entre la población y no hubo muchas mujeres que se dedicasen profesionalmente a este deporte, ni siquiera durante un corto periodo de sus vidas. Sin embargo, esto no empaña el hecho de que los medios de comunicación afines intentasen impulsar la disciplina y de que algunas mujeres se animasen a intentar ganarse la vida compitiendo sobre los pedales.

Este artículo se enmarca en una investigación predoctoral (FPU16/02273) y en el proyecto PID2019-106210GB-I00. Agradezco a Darina Martykánová, Pilar Toboso e Irene Mendoza sus comentarios.

Bibliografía

- Alarcón y Meléndez, Julio. 1901. *Dos feminismos y la aristocracia del cielo: diálogos en verso*. Madrid: Imp. de San Francisco de Sales.
- Alarcón y Meléndez, Julio. 1908. *Un feminismo aceptable*. Madrid: Tip. Sucesores de Rivadeneyra.
- Blasco, Eduardo. *Manual del velocipedista*. 1895. Barcelona: Casa editorial de D. Salvador Mañero Bayarri.
- Burr, Thomas Cameron. 1890. "Market-widening: Shaping total market demand for French and American bicycles circa 1890". *Marketing Theory*, n.º 14: 19-34.
- Calatraveño, Fernando. 1895. *Ventajas que reporta el velocipedismo desde el punto de vista higiénico. Enfermedades que pueden derivarse del uso inmoderado de esta clase de sport. Edades en que conviene tal gimnasia*. Vitoria: Imprenta de Domingo Sar.
- Chen, Eva. 2019. "'The Hate that Changed': Cycling Romance and the Aestheticization of Women Cyclists". *Victorian Periodicals Review*, n.º 52: 489-517.
- Christie-Robin, Julia, Belinda T. Orzada y Dilia López-Gydoosh. 2012. "From Bustles to Bloomers: Exploring the Bicycle's Influence on American Women's Fashion, 1880-1914". *The Journal of American Culture*, n.º 35: 315-31.

⁶⁶ *El Liberal*, 31 enero 1898, 2.

- Codina Castellví, José. 1893. *El velocípedo. Sus aplicaciones higiénicas y terapéuticas*. Madrid: Librería de la viuda de Hernando.
- Corral y Mairá, Manuel. 1897. *Cuentos ciclistas*. Madrid: Librería de Fernando Fe.
- Crane, Diana. 1999. "Clothing behavior as non-verbal resistance: marginal women and alternative dress in the nineteenth century". *Fashion Theory*, n.º 3: 241-68.
- Crane, Diana y Laura Bovone. 2006. "Approaches to material culture: The sociology of fashion and clothing". *Poetics*, n.º 34: 319-33.
- De Noronha Santucci, Natália. 2019. "Entre uniformes e espartilhos. Os trajes de ciclismo no século XIX, da Europa a Porto Alegre". *dObra–revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda*, n.º 12: 77-102.
- Echegaray, Miguel. 1896. *La bicicleta: juguete cómico en un acto y en verso*. Madrid: Imp. de Evaristo Odriózola.
- Eisenberg, Christiane. 2011. "Playing the Market Game: Cash Prizes, Symbolic Awards and the Professional Ideal in British Amateur Sport". *Sport in History*, n.º 31: 197-217.
- Erskine, F. J. 2014 [1897]. *Damas en bicicleta. Cómo vestir y normas de comportamiento*. Madrid: Editorial Impedimenta.
- Fitzpatrick, Jim. 2015. "A glimpse at Australia's cycling history". En *Cycling futures*, editado por Jennifer Bonham y Marilyn Johnson. Adelaide: University of Adelaide.
- Fleming, Jenna E. 2015. "The Bicycle Boom and Women's Rights". *The Gettysburg Historical Journal*, n.º 14. <https://cupola.gettysburg.edu/ghj/vol14/iss1/3>
- Garvey, Ellen Gruber. 1955. "Reframing the Bicycle: Advertising-Supported Magazines and Scorching Women". *American Quarterly*, n.º 47: 66-101.
- Gilles, Roger. 2018. *Women on the Move: The Forgotten Era of Women's Bicycle Racing*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Gilles, Roger. 2019. "1890s Women's Bicycle Racing: Forgotten, but Why?". *Sport History Review*, n.º 50: 159-72.
- Griffin, Brian. 2006. "Cycling and Gender in Victorian Ireland". *Eire-Ireland*, n.º 41: 213-41.
- Guthrie-Shimizu, Sayuri. 2004. "For love of the game: Baseball in early US-Japanese encounters and the rise of a transnational sporting fraternity". *Diplomatic History*, n.º 28: 637-62.
- Hall, Ann. 2019 "Women's High-Wheel Bicycle Racing in Nineteenth-Century America: More than Salacious Entertainment". *Sport History Review*, n.º 50: 137-58.
- Hallenbeck, Sarah. 2009. *Writing the Bicycle: Women, Rhetoric, and Technology in Late Nineteenth-Century America*. Tesis Doctoral, University of North Carolina.
- Hallenbeck, Sarah. 2010. "Riding Out of Bounds: Women Bicyclists' Embodied Medical Authority". *Rhetoric Review*, n.º 29: 327-35.
- Hallenbeck, Sarah. 2012. "User Agency, Technical Communication, and the 19th-Century Woman Bicyclist". *Technical Communication Quarterly*, n.º 21: 290-306.
- Harmond, Richard. 1971-1972 "Progress and Flight: An Interpretation of the American Cycle Craze of the 1890s". *Journal of Social History*, n.º 5: 235-57.
- Heilmann, Ann. 2000. *New woman fiction: Women writing first-wave feminism*. Londres y Nueva York: Springer.
- Holt, Richard. 2005. "The amateur body and the middle-class man: work, health and style in Victorian Britain". *Sport in history*, n.º 26: 352-69.
- Kiersnowska, Beata. 2019. "Female Cycling and the Discourse of Moral Panic in Late Victorian Britain". *Atlantis. Journal of the Spanish Association for Anglo-American Studies*, n.º 41: 85-103.
- Knuts, Stijn y Pascal Delheye. 2012. "Cycling in the City? Belgian Cyclists Conquering Urban Spaces, 1860-1900", *The International Journal of the History of Sport*, n.º 29: 1942-62.
- Knuts, Stijn y Pascal Delheye. 2014. "Borderless sport? Imagining and organising bicycle racing in Belgium, 1869-1914: between transnational dynamics and national aspirations". *European Review of History: Revue européenne d'histoire*, n.º 21: 379-404.
- López Arrojo, Sebastián. 1897. *El orgulloso vago Don Quijote de la Máquina (aventuras de un ciclero)*. Sin ciudad: F. Pinto, imp.
- Macón, Eugenio Izquierdo y María Teresa Gómez Alonso. 2003. "Los orígenes del ciclismo en España: la expansión velocipédica de finales del siglo XIX". *Apunts. Educación física y deportes*, n.º 71: 6-13.
- Mccrone, Kathleen E. 2014. *Sport and the Physical Emancipation of English Women 1870-1914*. London and New York: Routledge.
- Mackintosh, Phillip Gordon y Glen Norcliffe. 2006. "Flâneurie on Bicycles: Acquiescence to Women in Public in the 1890s". *The Canadian Geographer*, n.º 50: 17-37.

- Mackintosh, Phillip Gordon y Glen Norcliffe. 2007. "Men, women and the bicycle: gender and social geography of cycling in the late nineteenth-century". En *Cycling and society*. Editado por Dave Horton, Paul Rosen y Peter Cox, 153-77. Londres y Nueva York: Routledge, 2007.
- Malpezzi Price, Paola. 2013. "Elizabeth Robins Pennell (1855–1936): Pioneer Bicycle Tourist in Italy, Travel Writer, and Cycling Advocate for Women". *Lingua Romana*, n.º 11: 4-20.
- Mangan, James Anthony. 2000. *Athleticism in the Victorian and Edwardian public school: The emergence and consolidation of an educational ideology*. Cambridge y Nueva York: Routledge.
- Männistö-Funk, Tiina. 2010. "Gendered Practices in Finnish Cycling, 1890-1939". *Icon*, n.º 16: 53-73.
- Marks, Patricia. 2014. *Bicycles, bangs, and bloomers: The new woman in the popular press*. Kentucky: University Press of Kentucky.
- Mathur, Nameeta. 2001. *Women and physical culture in modern Poland*. Tesis Doctoral. Virginia: West Virginia University.
- Melo, Victor Andrade de y André Schetino. 2009. "A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX". *Revista Estudos Feministas*, n.º 17: 111-34.
- Mendoza, Irene. 2018. "Las glorias del espectáculo. Actrices y celebridad en el primer tercio del siglo XX español". *Ayer*, n.º 112: 213-36.
- Mignot, Jean-François. 2016. "The history of professional road cycling". *The Economics of Professional Road Cycling*, n.º 11: 7-31,
- Neejer, Christine. 2014. "A Conservative Road: The Bicycling Rhetoric of Mary Sargent Hopkins". *Intertexts*, n.º 18: 93-106.
- O'followell, Ludovic. 1900. *Bicyclette et organs genitaux*. Paris: Baillière, 1900.
- Oosterhuis, Harry. 2016. "Cycling, modernity and national culture". *Social History*, n.º 41: 233-48.
- Park, Jihang. 1989. "Sport, Dress Reform and the Emancipation of Women in Victorian England: A Reappraisal". *International Journal of the History of Sport*, n.º 6: 10-30.
- Petrov, Julia. 2016. "'A Strong-Minded American Lady': Bloomerism in Texts and Images, 1851". *Fashion Theory*, n.º 20: 1-33.
- Ramón Salinas, Jorge. 2015. "Sociabilidad, ocio y enseñanza en los inicios del deporte y la actividad física. Nuevos espacios y prácticas durante el último cuarto del siglo XIX en la ciudad de Huesca". *Argensola: Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses*, n.º 125: 345-85.
- Rubinstein, David. 1977. "Cycling in the 1890s". *Victorian Studies*, n.º 21: 47-8.
- Simpson, Clare S. 1998. *A Social History of Women and Cycling in Late-Nineteenth Century New Zealand*. Tesis Doctoral, Lincoln University.
- Simpson, Clare S. 2007. "Capitalising on Curiosity: Women's Professional Cycle Racing in the Late-Nineteenth Century". En *Cycling and society*, editado por Dave Horton, Paul Rosen y Peter Cox, 48-66. Londres y Nueva York: Routledge.
- Sirera Miralles, Carles. 2008. *Cuando el fútbol no era el rey. Los deportes en el espacio público en la ciudad de Valencia (1875-1909)*. Valencia: Universitat de València.
- Somers, Dale A. 1967. "A City on Wheels: The Bicycle Era in New Orleans". *Louisiana History: The Journal of the Louisiana Historical Association*, n.º 8: 219-38.
- Stevenson, Ana. 2017. "'Bloomers' and the British World: Dress Reform in Transatlantic and Antipodean Print Culture, 1851–1950". *Cultural and Social History*, n.º 14: 621-46.
- Taylor, Matthew. 2010. "Football's engineers? British football coaches, migration and intercultural transfer, c. 1910–c. 1950s". *Sport in History*, n.º 30: 138-63.
- Thompson, Christopher y Fiona Ratkoff. 2000. "Un troisième sexe? Les bourgeoises et la bicyclette dans la France fin de siècle". *Le mouvement social*, n.º 192: 9-39.
- Tkach, Sarah. 2011. "'The Picture of Free, Untrammelled Womanhood': The Bicycle's Influence on Women's Freedom and Femininity in the 1890s". *Historical Perspectives: Santa Clara University Undergraduate Journal of History*, n.º 16: 40-69.
- Tomlinson, Alan; Christopher Young y Richard Holt. 2010. "Sport in modern Europe". *Journal of Sport History*, n.º 37: 1-4.
- Torreadella i Flix, Xavier. 2011. "La educación física y la actividad gimnástico-deportiva de las mujeres a partir de la bibliografía especializada del siglo XIX". *Arenal. Revista de historia de mujeres*, n.º 18: 147-79.
- Scott, Joan. 2011. "Género: ¿Todavía una categoría útil para el análisis?". *La manzana de la discordia*, n.º 6: 95-101.

- Smith-Rosenberg, Carroll. 1985. "The New Woman as Androgyne: Social Disorder and Gender Crisis, 1870–1936". En *Disorderly Conduct: Visions of Gender in Victorian America*, editado por Carroll Smith-Rosenberg, 245–96. New York: Knopf.
- Vertinsky, Patricia A. 1990. *The Eternally Wounded Woman: Women, Exercise and Doctors in the Late Nineteenth Century*. Manchester y New York: Manchester UP.
- Weng, Julie McCormick. 2016. "Her "Bisexycle", Her Body, and Her Self-Propulsion in Finnegans Wake". *Journal of Modern Literature*, n.º 39: 49-66.
- Whorton, James C. 1978. "The Hygiene of the Wheel: An Episode in Victorian Sanitary Science". *Bulletin of the History of Medicine*, n.º 52: 61-88.

IDENTIFICACIÓN DE LOS MILITARES ESPAÑOLES EN ACTIVO QUE PARTICIPARON EN LOS JUEGOS OLÍMPICOS DE 1920 EN AMBERES

Identification of the active Spanish military who participated in the 1920 Olympic Games in Antwerp

José Miguel GARCÍA GARCÍA

Fundación de Investigación en Ciencias de la Actividad Física y del Deporte (España)

Resumen

El objetivo de este estudio es identificar a los militares españoles en activo, pertenecientes a las Fuerzas Armadas, que participaron en los Juegos Olímpicos de 1920 en Amberes. Las fuentes sobre los miembros que allí participaron son muy escasas y confusas. Empleando la técnica de la observación documental se han seleccionado, revisado y analizado tres bases de datos con datos olímpicos, 20 monografías, dos artículos, dos boletines oficiales y nueve medios de comunicación escritos. Los resultados nominalmente de todos los deportistas españoles que participaron en los Juegos Olímpicos de Amberes en 1920 los hemos cruzado con los archivos militares que custodian los expedientes personales, obteniendo catorce nombres de posibles participantes militares. Analizados estos catorce expedientes militares se descartan a cuatro personas, uno por estar de baja y tres por no estar en activo. Las conclusiones muestran que los militares españoles en activo, pertenecientes a las Fuerzas Armadas, que participaron en los Juegos Olímpicos de 1920 en Amberes son, José Bento López, Antonio Bonilla San Martín, Luis Calvet Sandoz, Jaime Camps Gordon, Ignacio Estévez Estévez, José de Figueroa y Alonso-Martínez, Antonio Moreira Montero, Ángel Pradel Cid, Domingo Rodríguez Somoza y León Villarín Cano.

Palabras clave: militares, Juegos Olímpicos, Amberes, deportistas españoles.

Abstract

The purpose of this study is to identify the Spanish militaries in active belonging to the Armed Forces who participated in the 1920 Olympic Games in Antwerp. The sources about the members who participated are very few and confusing. Employing the technique of documentary observation have been selected, reviewed and analyzed three databases with olympic data, 20 monographs, two articles, two official bulletins and nine written media. The results nominally of all Spanish sportsmen who participated in the Olympic Games in Antwerp in 1920 have crossed with the military archives that guard the personal dossiers, obtaining fourteen names of possible militaries participants. After analyzing these fourteen military files, four people were discarded, one for being on leave and three for not being in active. The conclusions show that Spanish military on active belonging to the Armed Forces, who participated in the 1920 Olympic Games in Antwerp are, José Bento López, Antonio Bonilla San Martín, Luis Calvet Sandoz, Jaime Camps Gordon, Ignacio Estévez Estévez, José de Figueroa y Alonso-Martínez, Antonio Moreira Montero, Ángel Pradel Cid, Domingo Rodríguez Somoza y León Villarín Cano.

Keywords : military, Olympic Games, Antwerp, Spanish athletes.

Introducción

El objetivo de este trabajo es identificar a los militares españoles en activo, pertenecientes a las Fuerzas Armadas, que participaron en los Juegos Olímpicos de 1920 en Amberes¹.

¹ Este trabajo es la fase inicial de una investigación más amplia, para conocer las características deportivo-militares de los miembros de las Fuerzas Armadas Españolas, en activo, que participaron en los Juegos Olímpicos de 1920 en Amberes editado por Wanceulen con el título *Los primeros militares olímpicos españoles*. Ver, José Miguel García García, *Los primeros militares olímpicos españoles* (Sevilla: Wanceulen, 2016).

Como indica uno de los factores del objetivo, solo se centrará en los militares pertenecientes a las Fuerzas Armadas, que no son otros que los vinculados al Ejército de Tierra, la Armada y el Ejército del Aire. Se considera que un deportista participa en unos Juegos Olímpicos cuando viaja y concurre a la competición, independientemente de si interviene en ella o es suplente, ya que los condicionantes previos a la competición, es decir, las facilidades o las dificultades para compaginar el trabajo en el cuartel con los entrenamientos, la clasificación, los viajes y el alojamiento fueron los mismos para todos los deportistas, con independencia de que el militar compitiera o fuera suplente. Y solo se estudiará a los militares que están en activo² por la dificultad y el mérito que conlleva compatibilizar la vida militar y la clasificación, preparación y participación en unos Juegos Olímpicos.

Se justifica este estudio en esta primera participación oficial de España en unos Juegos Olímpicos en la ciudad de Amberes en 1920 porque las fuentes sobre los miembros que allí participaron son muy escasas y confusas.

El Comité Olímpico Belga, debido a la deuda contraída tras los Juegos, no pudo editar su informe; durante mucho tiempo los documentos, escritos a mano por su secretario general, Alfred Verdyck, se consideraron como el único informe belga “oficial”. Posteriormente, tomando como base estos documentos, un informe oficial, solo en francés y con pocas copias, fue publicado por el Comité Olímpico Belga en 1957³. El Comité Olímpico Español no realizó un informe oficial de los Juegos Olímpicos de Amberes y según Conrado Duránte Corral, presidente de la Academia Olímpica Española, el COE no conserva documentación de dicho asunto porque no dispone de archivo⁴.

Por tanto, se va a explorar para conocer y este conocimiento va a permitir analizar a estas personas en el futuro.

Metodología

La intención inicial era conocer nominalmente a todos los deportistas españoles que participaron en los Juegos Olímpicos de Amberes en 1920. Se realizó una investigación documental entendida esta como “la actividad humana realizada para descubrir un conocimiento...utilizando los documentos escritos como medio”⁵. Y empleando la técnica de la observación documental⁶, donde “la observación constituye un proceso de atención, recopilación, selección y registro de información, para el cual el investigador se apoya en sus sentidos”⁷. El procedimiento para efectuar la observación documental consiste en revisar toda la bibliografía posible, después realizar una lectura selectiva de cada documento y, por último registrar sus puntos más característicos⁸. A través de dicho procedimiento se buscó en la base de datos de la página web del Comité Olímpico Internacional⁹ y en la base de datos de la página web del Comité Olímpico Español¹⁰.

² La profesora Cristina Borreguero expone en su diccionario que activo es el calificativo que se aplica al personal del Ejército de primera línea. Ver, Cristina Borreguero Beltrán, *Diccionario de historia militar. Desde los reinos medievales hasta nuestros días* (Barcelona: Ariel, 2000), 14.

³ Karl Lennartz, Wolf Reinhardt y Ralph Schlüter, *Die Spiele der VII. Olympiade 1920 in Antwerpen* (Kassel, Deutschland: AGON Sportverlag, 2013), 8; Bill Mallon, *The Unofficial Report of the 1920 Olympics* (Durham, EE.UU.: Most, 1992), 9; Bill Mallon y Anthony Bijkerk, *The 1920 Olympic Games* (North Carolina, EE.UU.: McFarland, 2009), 10.

⁴ Comunicación personal el 26 de enero de 2011.

⁵ Ismael Rodríguez Campos, *Técnicas de investigación documental* (Alcalá de Guadaíra, Sevilla: Eduforma, 2006), 15.

⁶ Julio Aróstegui Sánchez, *La investigación histórica: teoría y método* (Barcelona: Crítica, 2001), 402.

⁷ Jacqueline Hurtado de Barrera, *Metodología de la investigación holística* (Caracas: Fundación Sypal, 2000), 455.

⁸ Maurice Eyssautier de la Mora, *Metodología de la investigación. Desarrollo de la inteligencia* (México D.F.: International Thomson Editores, 2002), 223 y Hurtado, *Metodología*, 453.

⁹ International Olympic Committee. “Antwerp 1920”. <http://www.olympic.org/antwerp-1920-summer-olympics> (consultada el 19 de enero de 2010).

¹⁰ Comité Olímpico Español. “Deportistas. Buscador”. <http://www.coe.es> (consultada el 19 de enero de 2010).

Posteriormente, se consultó la bibliografía olímpica publicada y se extrajo material de las obras siguientes: *Las gestas españolas en el football olímpico de Amberes: agosto-septiembre 1920*¹¹; *Historia de la natación española*¹²; *Los juegos olímpicos: historia completa de las olimpiadas desde sus orígenes a Munich-72*¹³; *El atletismo olímpico español: Amberes 1920-Barcelona 1992*¹⁴; *Gallegos en la gloria olímpica*¹⁵; *The Modern Olympic Century 1896-1996: Full Results from AOHNA. Athens to Atlanta Track and Fields Athletics*¹⁶; *Españoles de oro: cien años de medallas olímpicas (1896-1996)*¹⁷; *Olimpics catalans*¹⁸; *Amberes. Allí nació la furia española*¹⁹; *Los 60 partidos de la selección española de fútbol (1920-1941): síntesis histórica de los equipos adversarios. Olimpiadas de Amberes, París, Ámsterdam y Berlín, Copa del Mundo de Uruguay, Italia y Francia*²⁰; *Historia de España en los Juegos Olímpicos de verano en la Era Moderna I (1896-1936)*²¹; *El atletismo español en los Juegos Olímpicos*²²; *The 1920 Olympic Games*²³; *El Real Club de la Puerta de Hierro*²⁴; *La participación de los deportistas nacidos en la comunidad autónoma vasca en los juegos olímpicos de verano de la era moderna*²⁵; *Madridenses olímpicos*²⁶; *Deportistas andaluces en los Juegos Olímpicos de la era moderna: Atenas 1896 a Turín 2006*²⁷; *Españoles de oro: deportistas que hicieron historia en un siglo de olimpismo en España*²⁸; *Olímpicos y paralímpicos andaluces*²⁹ y *Die Spiele der VII. Olympiade 1920 in Antwerpen*³⁰.

También se encontraron nombres relacionados con la participación española en los Juegos Olímpicos de Amberes en la revista Olímpica, editada por el Comité Olímpico Español en 1924, en el artículo de Fauria de 1993 “The First true Spanish Olympic medalists”, en los boletines oficiales de diversas instituciones de la época como *El Tiro Nacional de España* o *El Explorador* y en la base de datos Sports Reference³¹.

¹¹ Manuel Castro González, *Las gestas españolas en el football olímpico de Amberes: agosto-septiembre 1920* (Sin lugar: sin editor, 1935), 20.

¹² Joaquín Morera, *Historia de la natación española* (Madrid: Comité Olímpico Español, 1965), 19-21.

¹³ Juan Gabriel Tharrats Vidal, *Los juegos olímpicos: historia completa de las olimpiadas desde sus orígenes a Munich-72*. (V. 1) (Madrid: Ibérico Europa de Ediciones, 1972), 285-7, 289, 291, 294, 299, 304, 308-9.

¹⁴ Real Federación Española de Atletismo, *El atletismo olímpico español: Amberes 1920-Barcelona 1992* (Madrid: Real Federación Española de Atletismo, 1992), 20-1.

¹⁵ Emilio Navaza González, *Gallegos en la gloria olímpica* (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1992), 185.

¹⁶ Ekkehard zur Megede, *The Modern Olympic Century 1896-1996: Full Results from AOHNA; Athens to Atlanta Track and Fields Athletics* (Deutschland: Deutsche Gesellschaft für Leichtathletik, 1999), 41-3.

¹⁷ Juan Manuel Gozalo Gómez y Fernando Olmeda, *Españoles de oro: cien años de medallas olímpicas (1896-1996)* (Madrid: Comité Olímpico Español, 1999), 303.

¹⁸ Ricardo Sánchez Lozano, *Olimpics Catalans* (Barcelona: Cromotip, 1999), 13-5.

¹⁹ Félix Martialay Martín-Sánchez, *Amberes. Allí nació la furia española* (Madrid: Real Federación Española de Fútbol, 2000), 117-62.

²⁰ Juan Peñafiel Alcázar, *Los 60 partidos de la selección española de fútbol (1920-1941): síntesis histórica de los equipos adversarios, Olimpiadas de Amberes, París, Ámsterdam y Berlín, Copa del Mundo de Uruguay, Italia y Francia* (Valladolid: Maxtor, 2005), 17.

²¹ Javier Antonio Tamayo Fajardo, *Historia de España en los Juegos Olímpicos de verano en la Era Moderna I (1896-1936)* (Sevilla: Wanceulen, 2005), 72-83.

²² José Javier Etayo Gordejuela et al., *El atletismo español en los juegos olímpicos* (Madrid: Real Federación Española de Atletismo, 2008), 7.

²³ Mallon y Bijkerk, *The 1920 Olympic Games*, 457-9.

²⁴ Mariola Gómez Láinez, *El Real Club de la Puerta de Hierro* (Madrid: Real Club Puerta de Hierro, 2010), 52.

²⁵ Xabier Leibar Mendarte, *La participación de los deportistas nacidos en la comunidad autónoma vasca en los juegos olímpicos de verano de la era moderna* (San Sebastián: Elkarlanean, 2011), 142-4.

²⁶ Manuel Frías Alonso, *Madridenses Olímpicos* (Madrid: Fundación Madrid Olímpico, 2011), 31, 47.

²⁷ José Díaz García, *Deportistas andaluces en los juegos olímpicos de la era moderna: Atenas 1896 a Turín 2006* (Sevilla: Fundación Andalucía Olímpica, 2011), 295-6.

²⁸ Fernando Olmeda, *Españoles de oro: deportistas que hicieron historia en un siglo de olimpismo en España* (Madrid: Comité Olímpico Español, 2012), 415.

²⁹ José Díaz García y José Manuel Rodríguez Huertas, *Olímpicos y Paralímpicos Andaluces* (Sevilla: Fundación Andalucía Olímpica, 2012), 190.

³⁰ Lennartz, Reinhardt y Schlüter, *Die Spiele*, 122-4, 149-51, 153-155, 157, 167, 169, 173, 195-6, 256, 267, 270, 287, 308-10.

³¹ Sports Reference. <http://www.sports-reference.com> (consultada el 19 de enero de 2010).

Además, al examinar el año 1920, se obtuvieron datos en los siguientes medios de comunicación escritos: *La Vanguardia*, *Madrid-Sport*, *El Mundo Deportivo*, *Gran Vida*, *Alrededor del Mundo*, *ABC*, *La Veu de Catalunya*, *El Pueblo Vasco* y *La Correspondencia de España*. No está incluido el informe oficial del comité organizador belga de los Juegos Olímpicos de 1920 porque en él no figura una lista nominal de los participantes, solo una lista numérica³².

Tras una primera composición del listado obtenido, se suprimieron los nombres que estaban repetidos; quedaron setenta y dos personas. Estos individuos, nominalmente y por deportes, se reflejan en la Tabla 1.

Fútbol	Patricio Arabolaza Aramburu, Mariano Arrate Esnaola, Juan Artola Letamendía, José María Belausteguigoitia Landaluze, Sabino Bilbao Libano, Manuel Carrasco Alonso, Ramón Eguiazábal Berroa, Agustín Izaguirre Ostolaza, Ramón Gil Sequeiros “Moncho”, Domingo Gómez-Acedo Villanueva, Ramón González Figueroa, Marcelino Silverio Izaguirre Sorzabalbere, Rafael Moreno Aranzadi “Pichichi”, Luis Otero Sánchez-Encinas, Francisco Pagazaurtundúa González-Murrieta “Pagaza”, José Samitier Vilalta, Agustín Sancho Agustina, Félix Sesúmagá Ugarte, Pedro Vallana Jeanguenat, Joaquín Vázquez González y Ricardo Zamora Martínez.
Atletismo	Carlos Botín Polanco, Jaime Camps Gordon, Julio Domínguez, José García Lorenzana, Miguel García Onsalo, José Luis Grasset Jamar, Ignacio Izaguirre Echaniz, Luis Meléndez Gardeñas, Félix Mendizábal Mendiburu, Juan Muguertza Sasieta, Diego Ordoñez Arcauz, Carlos María Pajarón del Álamo, Teodoro Pons Domínguez “Diodoro” y Federico Reparaz Linazaroso.
Tenis	José María Alonso de Areyza, Manuel Alonso de Areyza, José Miguel Fernández de Liencres Florez, Eduardo Flaquer Vázquez y Álvaro de Figueroa y Alonso Martínez, marqués de Villabrágima; Hernando Fitz-James Stuart y Falcó, duque de Peñaranda de Duero; Jacobo Fitz-James Stuart y Falcó, duque de Alba de Tormes; Leopoldo Sainz de la Maza y Gutiérrez-Solana y Gómez de la Puente, conde de la Maza; Luis de Figueroa y Alonso Martínez, conde de Velayos; Justo San Miguel y Martínez de Campos, marqués de San Miguel; José de Figueroa y Alonso Martínez y Rafael Fernández de Henestrosa y Salabert, duque de Santo Mauro de Satrustegui Fernández Barrie Vicuña.
Polo	Álvaro de Figueroa y Alonso Martínez, marqués de Villabrágima; Hernando Fitz-James Stuart y Falcó, duque de Peñaranda de Duero; Jacobo Fitz-James Stuart y Falcó, duque de Alba de Tormes; Leopoldo Sainz de la Maza y Gutiérrez-Solana y Gómez de la Puente, conde de la Maza; Luis de Figueroa y Alonso Martínez, conde de Velayos; Justo San Miguel y Martínez de Campos, marqués de San Miguel; José de Figueroa y Alonso Martínez y Rafael Fernández de Henestrosa y Salabert, duque de Santo Mauro.
Tiro	José Bento López, Josep Benito López, Antonio Bonilla Sanmartín, Luis Calvet Sandoz, Ignacio Estevez Estévez, José María Miró Trepát, Antonio Moreira Montero, Ángel Pradel Cid, Domingo Rodríguez Somoza, Antonio Vázquez de Aldana Fernández y León Villarín Cano.
Natación	Luis Gonzaga Balcells Auter, Joaquín Cuadrada Esquerri, Anselmo López Montovio, Adelardo López y Joaquín Rosich.
Waterpolo	Manuel Armangué Feliu, Ramón Luis Berdomás Lluñell, José Fontanet Petit, Francisco de Sales Gibert Riera, Luis de Sales Gibert Riera, Enrique Granados Gal, Alfonso Tusell Alonso y Antonio Vila-Coro Nadal.
Esgrima	Diego Díez de Rivera y Figueroa y Juan Manuel Delgado y Hernández de Tejada.

Tabla 1. Lista nominal y por deportes de los participantes en los Juegos Olímpicos de 1920, según las fuentes antes

Se incluyen los nombres de los dos participantes en esgrima, siendo conscientes de que en el informe oficial de los Juegos Olímpicos de 1920 se afirma que en este deporte, concretamente en florete, España abandona³³.

³² Alfred Verdyck, *Rapport Officiel des Jeux de la VIIème Olympiade, Anvers 1920* (Bruxelles: Comité Belge de la VII Olympiade, 1957), 169-70.

³³ Verdyck, *Rapport Officiel*, 153.

En todas las fuentes de la época consultadas se encuentra un vacío de información sobre si hubo o no participación española, y sus resultados, en esgrima, salvo en el diario catalán *La Veu de Catalunya*, donde Josep Elías i Juncosa, con el seudónimo de Corredisses, publicó que el equipo español de esgrima no se presentó a la competición a pesar de estar en Bruselas³⁴. En la última obra publicada (que se conozca y que data de 2013) sobre la participación de los deportistas españoles en los Juegos Olímpicos de Amberes, no figura ninguna intervención española en esgrima³⁵. Y otra tesis, defendida por el historiador Juan Gabriel Tharrats, sostiene que se envió la inscripción en esgrima al comité organizador belga, pero después, por causas desconocidas, no viajaron a Bélgica³⁶.

Tras obtener la información de todos estos nombres, se comprobó quiénes de ellos eran militares. Sin embargo, antes se debe aclarar que en 1920 los militares pertenecientes a las Fuerzas Armadas solo estaban vinculados al Ejército (hoy llamado Ejército de Tierra) y a la Marina. El Ejército del Aire no nace hasta octubre de 1939 y desde este momento se sitúa de forma independiente y al mismo nivel orgánico que el Ejército de Tierra y la Marina³⁷.

La *Guía de los archivos militares españoles*³⁸ indica que, entre los fondos que custodian los archivos militares, se encuentran los expedientes personales militares de finales del siglo XIX y principios del siglo XX. En concreto, según la guía, el Archivo General Militar de Segovia y el Archivo General Militar de Guadalajara custodian los expedientes personales militares de los oficiales y la tropa respectivamente pertenecientes al Ejército de Tierra. El Archivo General de la Marina Álvaro de Bazán custodia los expedientes personales militares pertenecientes a la Armada.

Vía correo electrónico, se tramitó la solicitud correspondiente a estos archivos y se pidió información de los setenta y dos nombres. Los responsables técnicos de los distintos archivos introdujeron nuestras solicitudes en sus bases de datos. Los resultados mostraron las siguientes catorce coincidencias: José Bento López; Antonio Bonilla San Martín; Luis Calvet Sandoz; Jaime Camps Gordon; Ignacio Estévez Estévez; Rafael Fernández de Henestrosa y Salabert, duque de Santo Mauro; Álvaro de Figueroa y Alonso-Martínez, marqués de Villabrágima; José de Figueroa y Alonso-Martínez; Antonio Moreira Montero; Ángel Pradel Cid; Domingo Rodríguez Somoza; Leopoldo Sainz de la Maza y Gutiérrez-Solana y Gómez de la Puente, conde de la Maza; Antonio Vázquez de Aldana Fernández y León Villarín Cano.

Posteriormente, para realizar otra búsqueda complementaria, se revisó, utilizando la técnica de la observación documental³⁹, los setenta y dos nombres en el *Anuario militar de España*, una publicación del Ministerio de la Guerra, anual, al menos desde 1890, y que se mantuvo con ese nombre hasta 1936. Se consultó el correspondiente a 1920 y, entre otros datos, en dicho anuario figuran, de forma nominal, todos los oficiales militares del Ejército. Y de igual forma se procedió, examinando los setenta y dos nombres en la edición de 1920 de la publicación anual del Ministerio de Marina, *Estado general de la Real Armada*. En este anuario constan, además de otra información, los nombres de todos los oficiales integrantes de los diferentes Cuerpos de Marina y de Infantería de Marina. La verificación efectuada en estos anuarios es parcial, porque solo figuran los oficiales, no está incluida la tropa.

Al final de la segunda década del siglo XX, solo existían en las Fuerzas Armadas dos categorías, la de oficial y las clases de tropa, ambas constituidas por personal masculino, ya que la mujer no se incorporó a las Fuerzas Armadas hasta finales de la centuria.

³⁴ Josep Elías i Juncosa, “De la VII Olimpiada”, *La Veu de Catalunya*, 19 de agosto de 1920, 7.

³⁵ Lennartz, Reinhardt y Schlüter, *Die Spiele*, 86-101.

³⁶ Juan Gabriel Tharrats Vidal, *Álbum sobre los Juegos Olímpicos de 1920* (vol. I) (Manuscrito no publicado, 1974).

³⁷ Francisco Franco Bahamonde, “Ley de 7 de octubre de 1939 fijando las normas para la organización y funcionamiento del Ejército del Aire”, *Boletín Oficial del Estado* 292 (1939): 5832.

³⁸ Ministerio de Defensa, *Guía de los archivos militares españoles* (Madrid: Ministerio de Defensa, 2012), 43-4, 60-1.

³⁹ Aróstegui, *La investigación histórica*, 402.

En el Ejército, las clases de tropa incluían los empleos de soldado, soldado de primera, cabo, sargento, brigada y suboficial. En la Armada, según el código penal de la marina de guerra en vigor, las clases de marinería y tropa comprendían los guardia marina que no tenían graduación de oficial, los aspirantes o alumnos de las academias o escuelas de oficiales, así como los contramaestres, los condestables, cabos de mar de puerto, cabos y artilleros de mar, marineros, fogoneros, aprendices de marineros, sargentos, cabos, soldados, cornetas, músicos o soldados jóvenes de Infantería de Marina. En los empleos de las clases de tropa estaba el personal de reemplazo⁴⁰.

Resultados

Los resultados obtenidos en los anuarios de 1920 para confirmar quiénes de los deportistas eran oficiales militares del Ejército y de la Marina muestran una coincidencia de diez nombres: José Bento López; Antonio Bonilla San Martín; Luis Calvet Sandoz; Jaime Camps Gordon; Ignacio Estévez Estévez; Rafael Fernández de Henestrosa y Salabert, duque de Santo Mauro; José de Figueroa y Alonso-Martínez; Domingo Rodríguez Somoza; Leopoldo Sainz de la Maza y Gutiérrez-Solana y Gómez de la Puente, conde de la Maza y Antonio Vázquez de Aldana Fernández, todos ellos ya incluidos entre los catorce hallados a través de los archivos⁴¹.

Personas descartadas

Se revisaron los catorce expedientes de los militares encontrados y se descartaron a cuatro personas por diversos motivos.

Rafael Fernández de Henestrosa y Salabert

El duque de Santo Mauro, aristócrata y oficial perteneciente a la Armada según su documentación militar, que se encontraba dividida entre el Archivo General de la Marina Álvaro de Bazán (Viso del Marqués, Ciudad Real) y el Archivo Central del Cuartel General de la Armada en Madrid, nació en septiembre de 1895 en Saint-Claud (Francia) e ingresó en la Escuela Naval Militar en 1913. Según informe firmado el 12 de mayo de 1920 por Tomás Quiralte, director del Hospital de San Carlos, en San Fernando (Cádiz), el duque de Santo Mauro ingresó el 9 de abril de 1920 en dicho hospital y fue intervenido quirúrgicamente de una infección en la región púbica; fue dado de alta el 11 de mayo de 1920 y necesitó un periodo de convalecencia de uno a dos meses. Rafael Fernández de Henestrosa y Salabert solicitó, mediante instancia, una licencia por enfermo de dos meses con fecha de 10 de mayo de 1920. El Ministerio de Marina le otorgó dicha licencia por enfermo de dos meses con fecha de 12 de junio de 1920⁴². Las fechas en las que el duque de Santo Mauro estuvo convaleciente de la operación coinciden con la celebración de la competición de polo en los Juegos Olímpicos de Amberes⁴³. El primer partido de polo que disputó el equipo español en la competición olímpica fue el 25 de julio en Ostende (Bélgica)⁴⁴, por lo que no pudo asistir y participar en los Juegos Olímpicos. Por esta razón es suprimido de este estudio. En la última publicación sobre los participantes en los Juegos Olímpicos de 1920 de la que hay constancia tampoco figura el duque de Santo Mauro⁴⁵.

⁴⁰ Agustín de Luque y Coca, “Ley de 15 de julio de 1912”, *Diario Oficial del Ministerio de la Guerra* 160, (1912): 149-51 y Ministerio de la Marina, *Código Penal de la Marina de Guerra* (Madrid: Imprenta del Cuerpo de Infantería de Marina, 1888), 49.

⁴¹ Ministerio de la Guerra, *Anuario Militar de España: año 1920* (Madrid: Talleres del Depósito de la Guerra, 1920), 364, 375, 371, 410, 384, 501, 615, 663, 697 y Ministerio de la Marina, *Estado general de la Real Armada* (Madrid: Imprenta Real, 1920), 48.

⁴² Archivo Central Cuartel General de la Armada. Legajo 347. Expediente personal militar de Rafael Fernández de Henestrosa y Salabert.

⁴³ Comité Belge de la VII Olympiade, *Polo à Cheval* (Anvers: Comité Belge de la VII Olympiade, 1920), 15.

⁴⁴ Erik Bergvall, *Olympiska Spelen Antwerpen 1920* (Stockholm: Ahlen and Akerlunds Förlags A.-B, 1920), 154; “Juegos Olímpicos”, *Olímpica* 9 (1924): 16 y Norman Cinnamon, *El polo* (Barcelona: Catalonia, 1930?), 183.

⁴⁵ Lennartz, Reinhardt y Schlüter, *Die Spiele*, 194-7.

Antonio Vázquez de Aldana Fernández

Antonio Vázquez de Aldana nació en Madrid en 1860. Aficionado al tiro desde joven, con diecisiete años ganó el primer premio en un concurso de tiro celebrado en la ciudad de Manila. En 1880 se incorporó al Ejército de Filipinas como oficial en el arma⁴⁶ de infantería⁴⁷. Las misiones de la infantería según reglamento son “marchar, practicar el servicio de seguridad y exploración, y acantonarse, vivaquear o acampar. Ha de conquistar y conservar el terreno, arrojando al enemigo de sus posiciones y destruyéndolo”⁴⁸. Antonio Vázquez fue condecorado por sus méritos de guerra en las islas Filipinas en 1897. En 1914 fue comisionado durante seis meses para estudiar las pistolas automáticas en Inglaterra, Alemania, Austria, Bélgica, Suiza y Francia, razón por la que se convirtió en una de las personas que mayores conocimientos sobre armas cortas tenían en la época. Inventó sistemas para las pistolas reformando las armas cortas de dotación en el Ejército español para hacerlas más seguras. En 1915 publicó la obra *Armas y defensa*, por la que, en 1917, fue recompensado en el Ejército con una medalla. Ganó numerosas competiciones deportivas de tiro, con fusil, pistola y revólver, como el campeonato de Guipúzcoa en la modalidad de arma corta de guerra en 1917. En 1918 dejó el servicio activo en el Ejército y pasó a la situación de reserva, por lo que recibió las retribuciones que marcaba la legislación, permaneció en su domicilio y sus obligaciones militares se limitaron a ser llamado a filas en caso de guerra⁴⁹. En esta circunstancia se encontraba cuando consiguió clasificarse y participar en los Juegos Olímpicos de Amberes. Este es el motivo por el que es eliminado de esta investigación, ya que no se encontraba en activo⁵⁰.

Leopoldo Sainz de la Maza y Gutiérrez-Solana y Gómez de la Puente

El conde de la Maza, nació en Utrera (Sevilla) en 1879. Era miembro de la aristocracia y en 1909 ingresó en el Ejército, en el arma de caballería, como soldado voluntario durante unos meses y prestando sus servicios en África⁵¹.

El arma de caballería está compuesta por unidades a caballo; a partir del último cuarto del siglo xix, con la aparición de las armas de fuego de gran precisión y distancia, sufrirá una crisis de supervivencia, como se explica en el primer número de *Revista de Caballería y Apuntes de Sport*: “La caballería en su lucha contra infantería o artillería se encuentra en condiciones inferiores mientras está bajo la acción de su fuego”⁵². Sin embargo, el brigadier⁵³ López Cordón intentó demostrar la valía que aún poseían las unidades a caballo, sobre todo en un país tan montañoso como el nuestro: “su empleo es absolutamente necesario en el apoyo mutuo de las tres armas de combate” y entre sus misiones está la de “facilitar el avance al ejército a sus posiciones de combate”⁵⁴. Para concretar de una forma más precisa, las misiones de la caballería a principios del siglo xx eran las siguientes: pasar las fronteras enemigas, destruir sus puentes, vías férreas y telégrafos, ocupar puntos

⁴⁶ Arma es cada uno de los institutos combatientes de una fuerza militar. Ver, Borreguero, *Diccionario*, 32. En el Ejército de principios de siglo xx son la caballería, la artillería y la infantería. Ver, Fernando Puell de la Villa, *Historia del ejército en España* (Madrid: Alianza, 2009), 124.

⁴⁷ “D. Antonio Vázquez Aldana”, *El Tiro Nacional de España* 86 (1917): 4 y Ministerio de la Guerra, *Anuario*, 615.

⁴⁸ Ministerio de la Guerra, *Reglamento provisional para la instrucción táctica de las tropas de infantería* (Madrid: Talleres del Depósito de la Guerra, 1909), 9.

⁴⁹ Borreguero, *Diccionario*, 293.

⁵⁰ Archivo General Militar de Segovia. Legajo B-1159, expediente 0. Expediente personal militar de Antonio Vázquez de Aldana Fernández y “D. Antonio Vázquez Aldana”, 5.

⁵¹ Archivo General Militar de Segovia. Legajo S-218, expediente 0. Expediente personal militar de Leopoldo Sainz de la Maza y Gutiérrez-Solana y Gómez de la Puente, conde de la Maza.

⁵² Luis López Cordón, “Ideas generales sobre la caballería”, *Revista de Caballería y Apuntes de Sport* 1 (1887): 9.

⁵³ El empleo de brigadier equivale en la actualidad al de general de brigada en el Ejército de Tierra y al de contraalmirante en la Marina. Ver, Borreguero, *Diccionario*, 62.

⁵⁴ López, “Ideas generales”, 8-9.

estratégicos y tácticos mientras se protege el avance, o la retirada, estudiar la movilización enemiga, impidiéndola o dificultándola cuanto le sea posible⁵⁵.

Al conde de la Maza, tras estar en situación de licenciado más de un año, se le concedió, de forma extraordinaria, el empleo de segundo teniente en la escala de reserva gratuita de caballería en 1911⁵⁶. Y es de forma extraordinaria porque dicha escala de reserva gratuita se creó en 1911, a través de la Ley de Bases de la Ley de Reclutamiento y Reemplazo del Ejército, para que ingresaran en ella aquellos soldados de cuota que lo solicitasen y podrían...

... aspirar al empleo de segundo teniente de la escala gratuita una vez se hallen en el tercer año de servicio, siempre que hubieren asistido a una o varias maniobras o ejercicios de conjunto y sean aprobados en el examen de las materias que fijará un reglamento⁵⁷.

No se tiene la certeza de que Leopoldo hiciera o no exámenes, pero en 1911 se encontraba en su segundo año de servicio, no en el tercero como marcaba la Ley de Bases. También se le otorgó el derecho a usar el uniforme en tiempo de paz por sus méritos de guerra adquiridos en África en 1909⁵⁸.

Ser soldado de cuota era el medio que tenían los pudientes para reducir su servicio en filas y convertir los tres años de servicio militar obligatorio en diez o cinco meses en función del dinero que se pagase. Además, podían elegir el cuerpo en el que servir y vivir fuera del cuartel⁵⁹.

Leopoldo era miembro de la corte, concretamente mayordomo de semana de Alfonso XIII⁶⁰, y este le concedió el título de conde de la Maza en 1910⁶¹. Era un *sportman* de inicios del siglo XX en España, es decir, una persona que por su situación social elevada no necesitaba trabajar para comer y se dedicaba a practicar deporte⁶². Fue un destacado jugador de polo, afición que compartía con el rey, y fomentó dicho deporte en nuestro país a principios del siglo XX, jugando en los diferentes torneos que se organizaban en España y en Francia⁶³.

Volvió a movilizarse en el Ejército en 1913 regresando a la guerra de África, donde permaneció hasta septiembre de 1914, año en que cesó en su destino y volvió a Madrid⁶⁴. Por creación de la oficialidad de complemento, a través de la Ley de Bases para la Reorganización del Ejército en 1918, los miembros de la escala de reserva gratuita se integraban en ella. Dicha oficialidad se constituía en el tercer año de servicio militar a través de los soldados de reemplazo que voluntariamente lo desearan y superaran un concurso oposición⁶⁵.

Leopoldo Sainz de la Maza quedó destinado en el primer regimiento de reserva de caballería⁶⁶; en dichos regimientos de reserva quedaban integrados los oficiales de la escala de reserva⁶⁷. Y en

⁵⁵ Ministerio de la Guerra, *Reglamento provisional para la instrucción táctica de las tropas de caballería* (Madrid: Talleres del Depósito de la Guerra, 1915), 8-9.

⁵⁶ Archivo General Militar de Segovia. Legajo S-218.

⁵⁷ Luque y Coca, "Ley de bases", 8.

⁵⁸ Archivo General Militar de Segovia. Legajo S-218.

⁵⁹ Luque y Coca, "Ley de bases", 11.

⁶⁰ "El Conde de la Maza", *Galope* 53 (1954): 3.

⁶¹ Ampelio Alonso de Cadenas y López, *Elenco de grandezas y títulos nobiliarios españoles* (Madrid: Hidalguía, 2014), 584.

⁶² Características cuyo origen proceden del inglés de alta clase social que en 1750 abandona el parlamento y se retira a sus tierras, dedicándose a gastar dinero, a practicar el golf, a montar a caballo...; se autodenominan *sportman*. Esto es el nacimiento del *sport amateur*. Ver, Teresa González Aja, "El arte y la imagen como fuentes de investigación del deporte" (ponencia presentada en el Máster en Programas Deportivos: Gestión, Alto Rendimiento y Desarrollo Social, Madrid, Universidad Camilo José Cela, 2011).

⁶³ Díaz, *Deportistas andaluces*, 295-6 y Díaz y Rodríguez, *Olimpícos*, 190.

⁶⁴ Archivo General Militar de Segovia. Legajo S-218.

⁶⁵ José Marina Vega, "Ley de Bases para la Reorganización del Ejército de 29 de junio de 1918", *Diario Oficial del Ministerio de la Guerra* 145 (1918): 19.

⁶⁶ Archivo General Militar de Segovia. Legajo S-218.

⁶⁷ Luis de Santiago y Aguirrevengoa, "Organización", *Diario Oficial del Ministerio de la Guerra* 146 (1919): 28.

dicha situación de reserva se mantuvo durante la preparación y participación de los Juegos Olímpicos de Amberes, justificación por la que es excluido de este estudio⁶⁸.

Álvaro de Figueroa y Alonso Martínez

Álvaro de Figueroa, marqués de Villabrágima, miembro de la aristocracia española, hijo de Álvaro de Figueroa y Torres, conde de Romanones, nació en Madrid en 1893 e ingresó en el Ejército como soldado de cuota en 1914⁶⁹. El hijo del conde de Romanones, como se va a ver, disponía de una gran condición social y económica que le permitía ser un *sportman* de la época y disfrutar de las temporadas de polo. En Madrid, la temporada de polo comenzaba en marzo y duraba hasta julio; el polo era un deporte en el que el marqués de Villabrágima destacaba a pesar de su juventud, llegando a ser considerado con el tiempo el mejor jugador de polo que ha dado España⁷⁰.

Álvaro de Figueroa realizó un pago de 2.000 pesetas a la Hacienda Pública de forma fraccionada: 1.000 pesetas en 1914, 500 pesetas en 1915 y 500 pesetas en 1916. De esta manera, solo permaneció en el Ejército, de forma activa, tres meses en el año 1915 y dos meses en 1916. A principios de 1918 pasó a la segunda situación de servicio activo, es decir, aquella en la que todos los mozos se iban a casa tras los tres años de conscripción y solo eran activados en caso de movilización⁷¹. Y en esta situación se encontraba en 1920, cuando se preparó para los Juegos Olímpicos de Amberes, motivo por lo que es descartado de este trabajo.

Conclusiones

Llegados a este punto, se puede afirmar que se ha alcanzado nuestro objetivo: identificar a los militares españoles en activo, pertenecientes a las Fuerzas Armadas, que participaron en los Juegos Olímpicos de 1920 en Amberes; son los diez siguientes:

José Bento López

José Bento nació en Placetas-Santa Clara (Cuba) el 23 de abril de 1882 era hijo de militar, aprobó las oposiciones e ingresó como futuro oficial en la Academia de Infantería en 1896. Participa en Amberes en la modalidad de tiro⁷².

Antonio Bonilla San Martín

Antonio Bonilla nació en Guadalajara en 1882, ingresó en el ejército en agosto de 1898, tenía ascendencia militar. Participa en los Juegos en la modalidad de tiro⁷³.

Luis Calvet Sandoz

Luis Calvet nació en Castellón de la Plana en marzo de 1888, era hijo de oficial de infantería, arma en la que ingresó el 28 de agosto de 1903. Participa en Amberes en la modalidad de tiro⁷⁴.

Jaime Camps Gordon

⁶⁸ Archivo General Militar de Segovia. Legajo S-218.

⁶⁹ Archivo General Militar de Segovia. Legajo GU/F-73, expediente 13. Expediente personal militar de Álvaro de Figueroa y Alonso Martínez.

⁷⁰ Gómez, *El Real Club*, 53.

⁷¹ Archivo General Militar de Segovia. Legajo GU/F-73 y Agustín de Luque y Coca, "Ley de reclutamiento y reemplazo del ejército de 19 de enero de 1912", *Diario Oficial del Ministerio de la Guerra* 15 (1912): 191.

⁷² Archivo General Militar de Segovia. Legajo B-1811, expediente 0. Expediente personal militar de José Bento López.

⁷³ Archivo General Militar de Segovia. Legajo GU/B-489, expediente 18. Expediente personal militar de Antonio Bonilla San Martín.

⁷⁴ Archivo General Militar de Segovia. Legajo C-432, expediente 0. Expediente personal militar de Luis Calvet Sandoz.

Jaime Camps nació en San Sebastián el 28 de febrero de 1896, no tenía ninguna ascendia militar. Ingresó en la Academia de Infantería en agosto de 1912. Participa en los Juegos en la modalidad de atletismo⁷⁵.

Ignacio Estévez Estévez

Ignacio Estévez nació en Verín (Orense) en abril de 1887, era hijo de un médico militar. Ingresó en el ejército el 29 de agosto de 1904. Participa en Amberes en la modalidad de tiro⁷⁶.

José de Figueroa y Alonso-Martínez

José de Figueroa era miembro de la aristocracia española, hijo de Álvaro de Figueroa y Torres, conde de Romanones, nació en Madrid en diciembre de 1897. Ingresó en la Academia de Ingenieros en septiembre de 1912. Participa en los Juegos en la modalidad de polo⁷⁷.

Antonio Moreira Montero

Antonio Moreira nació en Sanlúcar de Barrameda (Cádiz) el 20 de enero de 1897. Era el único miembro de la expedición que pertenecía a la Armada. De familia muy humilde estaba haciendo el servicio militar en Infantería de Marina como cabo desde junio de 1918. Participa en Amberes en la modalidad de tiro⁷⁸.

Ángel Pradel Cid

Ángel Pradel nació en Ventosa (Guadalajara) el 1 de octubre de 1879. Ingresó en el ejército reenganchándose en el servicio militar al que se incorporó en agosto de 1898. Participa en los Juegos en la modalidad de tiro⁷⁹.

Domingo Rodríguez Somoza

Domingo Rodríguez nació en Castromonte (Valladolid) el 4 de agosto de 1885, ingresó en el ejército como recluta en agosto de 1905. Participa en Amberes en la modalidad de tiro⁸⁰.

León Villarín Cano

León Villarín nació en Zarza la Mayor (Cáceres) el 20 de febrero de 1885. Ingresó en el arma de Artillería realizando el servicio militar en agosto de 1905. Participa en los Juegos en la modalidad de tiro⁸¹.

Referencias

- Alonso de Cadenas y López, Ampelio. *Elenco de grandezas y títulos nobiliarios españoles*. Madrid: Hidalguía, 2014.
- Archivo Central Cuartel General de la Armada. Legajo 347. Expediente personal militar de Rafael Fernández de Henestrosa y Salabert.
- Archivo Naval de San Fernando. Legajo 929. Reemplazo 1918. Expediente 3070 de Antonio Moreira Montero.

⁷⁵ Archivo General Militar de Segovia. Legajo C-829, expediente 01. Expediente personal militar de Jaime Camps Gordon.

⁷⁶ Archivo General Militar de Segovia. Legajo E-1563, expediente 0. Expediente personal militar de Ignacio Estévez Estévez.

⁷⁷ Archivo General Militar de Segovia. Legajo F-1450, expediente 0. Expediente personal militar de José de Figueroa y Alonso Martínez.

⁷⁸ Archivo Naval de San Fernando. Legajo 929. Reemplazo 1918. Expediente 3070 de Antonio Moreira Montero.

⁷⁹ Archivo General Militar de Segovia. Legajo P-2670, expediente 0. Expediente personal militar de Ángel Pradel Cid.

⁸⁰ Archivo General Militar de Segovia. Legajo R-1792, expediente 0. Expediente personal militar de Domingo Rodríguez Somoza.

⁸¹ Archivo General Militar de Segovia. Legajo B-2780, expediente 0. Expediente personal militar de León Villarín Cano.

- Archivo General Militar de Segovia. Legajo C-432, expediente 0. Expediente personal militar de Luis Calvet Sandoz.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo C-829, expediente 01. Expediente personal militar de Jaime Camps Gordon.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo B-1159, expediente 0. Expediente personal militar de Antonio Vázquez de Aldana Fernández.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo B-1811, expediente 0. Expediente personal militar de José Bento López.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo B-2780, expediente 0. Expediente personal militar de León Villarín Cano.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo E-1563, expediente 0. Expediente personal militar de Ignacio Estévez Estévez.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo F-1450, expediente 0. Expediente personal militar de José de Figueroa y Alonso Martínez.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo GU/B-489, expediente 18. Expediente personal militar de Antonio Bonilla San Martín.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo GU/F-73, expediente 13. Expediente personal militar de Álvaro de Figueroa y Alonso Martínez.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo P-2670, expediente 0. Expediente personal militar de Ángel Pradel Cid.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo R-1792, expediente 0. Expediente personal militar de Domingo Rodríguez Somoza.
- Archivo General Militar de Segovia. Legajo S-218, expediente 0. Expediente personal militar de Leopoldo Sainz de la Maza y Gutiérrez-Solana y Gómez de la Puente, conde de la Maza.
- Aróstegui Sánchez, Julio. *La investigación histórica: teoría y método*. Barcelona: Crítica, 2001.
- Bergvall, Erik. *Olympiska Spelen Antwerpen 1920*. Stockholm: Ahlen and Akerlunds Förlags A.-B, 1920.
- Borreguero Beltrán, Cristina. *Diccionario de historia militar. Desde los reinos medievales hasta nuestros días*. Barcelona: Ariel, 2000.
- Castro González, Manuel. *Las gestas españolas en el football olímpico de Amberes: agosto-septiembre 1920*. Sin lugar: sin editor, 1935.
- Cinnamond, Norman. *El polo*. Barcelona: Catalonia, 1930?.
- Comité Belge de la VII Olympiade. *Polo à Cheval*. Anvers: Comité Belge de la VII Olympiade, 1920.
- Comité Olímpico Español. “Deportistas. Buscador”. <http://www.coe.es> (consultada el 18 de enero de 2010).
- “D. Antonio Vázquez Aldana”. *El Tiro Nacional de España* 86 (1917): 4-6.
- Díaz García, José. *Deportistas andaluces en los juegos olímpicos de la era moderna: Atenas 1896 a Turín 2006*. Sevilla: Fundación Andalucía Olímpica, 2011.
- Díaz García, José y Rodríguez Huertas, José Manuel. *Olímpicos y Paralímpicos Andaluces*. Sevilla: Fundación Andalucía Olímpica, 2012.
- “El Conde de la Maza”. *Galope* 53 (1954): 3.
- Elías i Juncosa, Josep. “De la VII Olimpiada”. *La Veu de Catalunya*, 19 de agosto de 1920.
- Etayo Gordejuela, José Javier; García García, José María; Hernández, José Luis y Villaseñor, Miguel. *El atletismo español en los juegos olímpicos*. Madrid: Real Federación Española de Atletismo, 2008.
- Eyssautier de la Mora, Maurice. *Metodología de la investigación. Desarrollo de la inteligencia*. México D.F.: International Thomson Editores, 2002.
- Franco Bahamonde, Francisco. “Ley de 7 de octubre de 1939 fijando las normas para la organización y funcionamiento del Ejército del Aire”. *Boletín Oficial del Estado* 292 (1939): 5832.
- Frías Alonso, Manuel. *Madridiños Olímpicos*. Madrid: Fundación Madrid Olímpico, 2011.
- García García, José Miguel. *Los primeros militares olímpicos españoles*. Sevilla: Wanceulen, 2016.
- Gómez Laínez, Mariola. *El Real Club de la Puerta de Hierro*. Madrid: Real Club Puerta de Hierro, 2010.
- González Aja, Teresa. “El arte y la imagen como fuentes de investigación del deporte”. Ponencia presentada en el Máster en Programas Deportivos: Gestión, Alto Rendimiento y Desarrollo Social, Madrid, Universidad Camilo José Cela, 2011.
- Gozalo Gómez, Juan Manuel y Olmeda, Fernando. *Españoles de oro: cien años de medallas olímpicas (1896-1996)*. Madrid: Comité Olímpico Español, 1999.
- Hurtado de Barrera, Jacqueline. *Metodología de la investigación holística*. Caracas: Fundación Sypal, 2000.

- International Olympic Committee. "Antwerp 1920". <http://www.olympic.org/antwerp-1920-summer-olympics> (consultada el 19 de enero de 2010).
- "Juegos Olímpicos". *Olimpica* 9 (1924): 16.
- Leibar Mendarte, Xabier. *La participación de los deportistas nacidos en la comunidad autónoma vasca en los juegos olímpicos de verano de la era moderna*. San Sebastian: Elkarlanean, 2011.
- Lennartz, Karl; Reinhardt, Wolf y Schlüter, Ralph. *Die Spiele der VII. Olympiade 1920 in Antwerpen*. Kassel (Deutschland): AGON Sportvelag, 2013.
- López Cordón, Luis. "Ideas generales sobre la caballería". *Revista de Caballería y Apuntes de Sport* 1 (1887): 5-10.
- Luque y Coca, Agustín de. "Ley de bases para la ley de reclutamiento y reemplazo del ejército de 29 de junio de 1911". *Diario Oficial del Ministerio de la Guerra* 142 (1911): 1-11.
- Luque y Coca, Agustín de. "Ley de reclutamiento y reemplazo del ejército de 19 de enero de 1912". *Diario Oficial del Ministerio de la Guerra* 15 (1912): 179-208.
- Luque y Coca, Agustín de. "Ley de 15 de julio de 1912". *Diario Oficial del Ministerio de la Guerra* 160 (1912): 149-151.
- Mallon, Bill. *The Unofficial Report of the 1920 Olympics*. Durham (EE.UU.): Most, 1992.
- Mallon, Bill y Bijkerk, Anthony. *The 1920 Olympic Games*. North Carolina (EE.UU.): McFarland, 2009.
- Marina Vega, José. "Ley de Bases para la Reorganización del Ejército de 29 de junio de 1918". *Diario Oficial del Ministerio de la Guerra* 145 (1918): 3-19.
- Martialay Martín-Sánchez, Félix. *Amberes. Allí nació la furia española*. Madrid: Real Federación Española de Fútbol, 2000.
- Megede, Ekkehardzur. *The Modern Olympic Century 1896-1996: Full Results from AOHNA; Athens to Atlanta Track and Fields Athletics*. Deutschland: Deutsche Gesellschaft für Leichtathletik, 1999.
- Ministerio de Defensa. *Guía de los archivos militares españoles*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2012.
- Ministerio de la Guerra. *Reglamento provisional para la instrucción táctica de las tropas de infantería*. Madrid: Talleres del Depósito de la Guerra, 1909.
- Ministerio de la Guerra. *Reglamento provisional para la instrucción táctica de las tropas de caballería*. Madrid: Talleres del Depósito de la Guerra, 1915.
- Ministerio de la Guerra. *Anuario Militar de España: año 1920*. Madrid: Talleres del Depósito de la Guerra, 1920.
- Ministerio de la Marina. *Código Penal de la Marina de Guerra*. Madrid: Imprenta del Cuerpo de Infantería de Marina, 1888.
- Ministerio de la Marina. *Estado general de la Real Armada*. Madrid: Imprenta Real, 1920.
- Morera, Joaquín. *Historia de la natación española*. Madrid: Comité Olímpico Español, 1965.
- Navaza González, Emilio. *Gallegos en la gloria olímpica*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1992.
- Olmeda, Fernando. *Españoles de oro: deportistas que hicieron historia en un siglo de olimpismo en España*. Madrid: Comité Olímpico Español, 2012.
- Peñafiel Alcázar, Juan. *Los 60 partidos de la selección española de fútbol (1920-1941): síntesis histórica de los equipos adversarios, Olimpiadas de Amberes, París, Ámsterdam y Berlín, Copa del Mundo de Uruguay, Italia y Francia*. Valladolid: Maxtor, 2005.
- Puell de la Villa, Fernando. *Historia del ejército en España*. Madrid: Alianza, 2009.
- Real Federación Española de Atletismo. *El atletismo olímpico español: Amberes 1920-Barcelona 1992*. Madrid: Real Federación Española de Atletismo, 1992.
- Rodríguez Campos, Ismael. *Técnicas de investigación documental*. Alcalá de Guadaíra (Sevilla): Eduforma, 2006.
- Sánchez Lozano, Ricardo. *Olimpics Catalans*. Barcelona: Cromotip, 1999.
- Santiago y Aguirrevengoa, Luis de. "Organización". *Diario Oficial del Ministerio de la Guerra* 146 (1919): 27-9.
- Sports Reference. <http://www.sports-reference.com> (consultada el 9 de febrero de 2010).
- Tamayo Fajardo, Javier Antonio. *Historia de España en los Juegos Olímpicos de verano en la Era Moderna I (1896-1936)*. Sevilla: Wanceulen, 2005.
- Tharrats Vidal, Juan Gabriel. *Los juegos olímpicos: historia completa de las olimpiadas desde sus orígenes a Munich-72. (V. I)*. Madrid: Ibérico Europa de Ediciones, 1972.
- Tharrats Vidal, Juan Gabriel. *Álbum sobre los Juegos Olímpicos de 1920 (vol. I)*. (Manuscrito no publicado), 1974.
- Verdyck, Alfred. *Rapport Officiel des Jeux de la VIIème Olympiade, Anvers 1920*. Bruxelles: Comité Belge de la VII Olympiade, 1957.

A VALORIZAÇÃO DO MOVIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE JOGOS ELETRÔNICOS

La valoración del movimiento en el desarrollo de juegos electrónicos

The valuation of movement in the development of electronic games

Ana Paula Salles da SILVA¹, Humberto Luis de Deus INÁCIO¹, Flórence Rosana

FAGANELLO GEMENTE¹ y Ana Márcia SILVA¹

¹Universidade Federal de Goiás (Brasil)

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a trajetória da valorização do movimento no desenvolvimento de Jogos Eletrônicos desde a década de 70 até a atualidade. Trata-se de uma pesquisa documental que utilizou como fonte de dados o conteúdo de páginas eletrônicas de corporações comerciais, de sites de notícias de Jogos Eletrônicos e páginas online de jogadores. Os dados indicam que os Jogos Eletrônicos de Movimento lançados no mercado na última década reproduzem princípios de experiências realizadas em diferentes cenários, não sustentando o rótulo de inovação, sendo as principais diferenças a melhoria da qualidade dos acessórios, dos jogos e a minimização dos custos.

Palavras chave: jogos eletrônicos; movimento; Educação Física escolar.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo investigar la trayectoria de valoración del movimiento en el desarrollo de juegos electrónicos desde la década de 1970 hasta la actualidad. Se trata de una investigación documental que utilizó como fuente de datos el contenido de sitios web de corporaciones comerciales, sitios de noticias de Juegos Electrónicos y páginas en línea de jugadores. Los datos indican que los Juegos Electrónicos de Movimiento lanzados al mercado en la última década reproducen principios de experimentos llevados a cabo en diferentes escenarios, no sustentando la etiqueta de innovación, siendo las principales diferencias la mejora de la calidad de los accesorios, los juegos y la minimización de costos.

Palabras clave: juegos electrónicos; movimiento; Educación Física escolar.

Abstract

This research has objective to investigate the trajectory of the valorization of the movement in the development of Electronic Games since the 70's until today. It is a documentary research that used as a data source the content of electronic pages of commercial corporations, of news sites of Electronic Games and online pages of players. The data indicate that the Electronic Movement Games launched on the market in the last decade reproduce principles of experiences carried out in different scenarios, not sustaining the innovation label, the main differences being the improvement of the quality of the accessories, the games and the minimization of costs.

Keywords: electronic games; movement; school Physical Education.

Introdução

As mudanças no modo de vida resultantes do avanço da tecnologia ocasionaram, segundo Pelegrini et al. (2008), um ambiente social propício ao desenvolvimento da obesidade, já que induz as crianças a práticas consideradas sedentárias, como no caso do uso de Jogos Eletrônicos. A prática de Jogos Eletrônicos era vista em produções científicas como vilã de um comportamento saudável (Frutoso, Bismarck-Nasr e Gambardella 2003; Stettler, Signer e Sutter 2004). Fato que passa a ser questionado na mídia, em meados da década passada, com a grande visibilidade dada em diferentes tipos de mídia aos Jogos Eletrônicos em que os usuários precisam se movimentar para jogar, apresentando-os como inovação no universo dos Jogos Eletrônicos, e, também, com o sucesso de vendas desses jogos. Os jogos eletrônicos desenvolvidos para o console *Wii*, da empresa Nintendo, e para o acessório *Kinect* do console *Xbox*, da empresa Microsoft, foram os jogos que tiveram maior repercussão nesse período.

A visibilidade destes jogos segundo Monteiro et al. (2016) induziu a uma série de pesquisas na Educação Física e em áreas afins, com especial atenção as possibilidades de reabilitação e promoção da saúde por meio desta prática. Destaca-se, também, que com a indicação de isolamento social como medida de prevenção ao contágio do SARS-CoV-2, a população se vê restringida, entre outras coisas, das condições para realização de exercício físico, tornando a experiência com os Jogos Eletrônicos de Movimento uma opção interessante neste momento, seja para o lazer ou como uma estratégia de enfrentamento, já indicado no estudo de Viana e Lira (2020), ao transtorno de ansiedade durante esse período específico.

Na Educação Física escolar dentre os poucos estudos existentes sobre esta temática Vaggetti et al. (2012), Baracho et al. (2012) e Vieira et al. (2014), apontam o uso destes jogos como ferramenta pedagógica, sendo que os dois últimos também os indicam como conteúdo pedagógico, mas não explicitam quais características deveriam ser abordadas, carecendo de pesquisas neste aspecto, inclusive da problematização e/ou indicação desses Jogos Eletrônicos de Movimento em período de ensino remoto.

Parte deste cenário emergente de estudos da Educação Física escolar, esta pesquisa tem como objetivo investigar os termos pelos quais a valorização do movimento no desenvolvimento de jogos eletrônicos foi vista em algumas páginas de corporações comerciais, sites de notícias de jogos eletrônicos e páginas online de jogadores, de 2003 a 2020. Essas apreciações versam sobre um período que vai de 1970 até a atualidade.

Este estudo justifica-se a partir dos princípios da mídia-educação (Armando 2010; Rivoltella 2005), visto que os saberes relativos à história são relevantes na compreensão do desenvolvimento dos Jogos Eletrônicos enquanto conteúdo pedagógico e dos discursos sobre eles divulgados pela mídia.

Nesse sentido, entendemos a necessidade de uma educação com, para/sobre e através da mídia, ou seja, a apropriação crítica, criativa e ética sobre os conteúdos e mensagens divulgados pela mídia (Fantin 2008, 2011; Rivoltella 2012). Neste contexto, é necessária a medição dos professores sobre os Jogos Eletrônicos, de modo a proporcionar aos estudantes a capacidade da leitura crítica desses jogos, sobre o que eles oferecem, as linguagens utilizadas, sua influência na sociedade e na produção do conhecimento, para que assim, possam ser construídos e socializados eticamente novos sentidos e significados.

Em relação aos Jogos Eletrônicos é fundamental, portanto, que a escola estabeleça conexões, contextualize e proporcione a reflexão crítica sobre essas informações da mídia, pois a “relação mídias-cultura corporal é um problema pedagógico para a Educação Física” (Betti 2001, 125).

A problematização de saberes acerca dos Jogos Eletrônicos pela Educação Física Escolar, como talvez por outras disciplinas curriculares, potencializa uma apropriação crítica por parte dos estudantes acerca desses objetos culturais disseminados na atualidade em diferentes plataformas (arcades, consoles, computadores, celulares e tablets), visto que permite refletir acerca dos conteúdos e mensagens divulgados pela mídia e que no caso do objeto dessa pesquisa tem relação direta com o fomento ao consumo.

Trata-se de uma pesquisa documental que “[...] permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social” (Silva et al. 2009, 4557) e bibliográfica a partir de fontes secundárias. Tendo como fonte primária de dados os registros e conteúdo de páginas eletrônicas de corporações comerciais, de sites de notícias de Jogos Eletrônicos e páginas online de jogadores. A opção por uma análise narrativa dos dados se deu pela necessidade de compreensão dos discursos elaborados acerca do objeto e sua repercussão na esfera do consumo, acerca disso destaca-se que o console Wii, desenvolvido com a intenção de valorização de movimento na relação com os Jogos Eletrônicos, está em quinto lugar entre os dez consoles mais vendidos, com um total de 101,59 milhões de unidades (Schmidt, 2015).

Jogos Eletrônicos de Movimento

À margem do sucesso dos Jogos Eletrônicos, existe outra história pouco conhecida. Diferentemente da percepção do senso comum, os Jogos Eletrônicos de Movimento não se constituem como novidade, eles apenas não obtinham a mesma repercussão na esfera de consumo. A valorização do movimento foi explorada pela indústria de Jogos Eletrônicos inicialmente em duas plataformas diferentes, os arcades (máquinas de jogos/fliperamas) e os consoles caseiros (videogames).

O primeiro console caseiro lançado em 1972, o *Odyssey 100* da empresa Magnavox, já valorizava o movimento realizado pelo jogador através de um acessório que se assemelhava a um rifle. Segundo Yanaze (2009), foram vendidas, em seu lançamento, cem mil unidades do console e apenas vinte mil unidades do rifle acessório. Bowman (2014) informa que durante todo o seu tempo de comercialização foram vendidas mais de 80.000 unidades do rifle.

Nos controladores em forma de arma, como o rifle eletrônico do *Odyssey 100* (Figura 1), a ação realizada pelo jogador simula os mesmos movimentos necessários ao manejo de uma arma, ao invés



Figura 1. *Odyssey 100 – Light gun accessory*. Fonte: Bowman (2014).

de restringir os movimentos ao design mais tradicional dos joysticks que requeriam apenas os movimentos dos dedos das mãos para pressionar botões. Esta é uma distinção importante, pois enquanto o joystick não enfoca o movimento realizado pelo jogador, considerando este movimento residual em relação à prática, os usos de acessórios que imitam ações cotidianas valorizam a experiência com os movimentos realizados na interação com os jogos. Aumentam, assim, o potencial lúdico, narrativo e imersivo dos Jogos Eletrônicos ao promover mais semelhança entre a ação efetuada pelo jogador e o resultado representado na tela. Segundo Murray (2003) quando o controlador possui o formato do objeto da ação, há uma tendência de favorecer a imersão porque potencializa o engajamento imaginativo quanto à narrativa em curso no jogo.

Na mesma lógica tem-se o arcade *Gran trak 10* de 1974 que apresentava volante, câmbio e pedais (Sulbaran 2014). Destaca-se que os jogos de arcades em geral faziam muito sucesso e se destacavam em relação aos consoles caseiros, por apresentarem uma qualidade de processamento gráfico e de jogabilidade muito superior, tendo muitos de seus jogos de sucesso adaptados aos consoles.

Em 1982, a empresa Amiga lança *The JoyBoard* (Figura 2), um acessório para ser acoplado ao Atari 2600, da empresa Atari, com o slogan: “Veja mãe! Sem as mãos!” (Brunet 2010). Nos jogos que utilizavam *The JoyBoard*, o praticante precisava subir na plataforma e usar os pés para controlar as ações do jogo distribuindo o peso do corpo em até quatro direções. O acessório é muito similar, salvo as devidas diferenças tecnológicas, com o *Balance Board*, acessório desenvolvido pela empresa

Nintendo em 2006. Cabe ressaltar ainda que esta e outras empresas também revitalizaram os conteúdos narrativos abordados nos poucos jogos desenvolvidos para o acessório. O insucesso do *The Joyboard*, apesar da originalidade, esteve associado a três grandes problemas: a falta de jogos, a baixa qualidade de jogabilidade, próprias da condição tecnológica da época, e o alto custo, sendo considerado, segundo Rezende (2009), um fracasso na indústria de Jogos Eletrônicos.

O acessório *Foot Craz* da empresa Exus, lançado em 1983, para os Jogos Eletrônicos de Movimento *Jogger* (jogo de correr) e *Reflex* (jogo de tempo de reação), também tem sua importância na história por serem precursores dos jogos de tapete eletrônico. O *Foot Craz* era um controlador formado com quatro acionadores constituídos por sensores de pressão, sendo cada um identificado com uma cor diferente que permitia ao jogador responder aos comandos do jogo.

O acessório e os jogos foram desenvolvidos para serem utilizados no console da empresa Atari e segundo o folder de divulgação (Figura 3) dos jogos da empresa Exus Corporation (1983, s/p.) “A casa se torna uma academia particular da Exus [...] com a introdução do *Jogger* e do *Reflex*,

programas de exercícios estimulantes que interagem com a TV usando o Atari 2600VCS.

A empresa Exus já anunciava a associação entre jogos eletrônicos e exercício físico no início dos anos 80, apostando nessa ideia como um mercado em potencial, mas tinham problemas com os limites da tecnologia.

Entre os anos de 1983 e 1984, ocorreu nos EUA, país que centralizava o comércio de consoles e Jogos Eletrônicos no período, o *Crash dos Videogames* (Guttenbrunner 2007), crise financeira que desestabilizou e faliu várias indústrias do setor. Essa crise se deu por uma combinação de fatores que inclui uma infinidade de títulos de Jogos Eletrônicos de baixa qualidade, vários consoles caseiros no mercado sem diferenças significativas entre si, a falta de perspectiva para lançamentos de novos e atraentes Jogos Eletrônicos, a decepção dos consumidores com os últimos lançamentos e, para completar, a comercialização de computadores domésticos com preço compatível no mercado (Oxford 2011).

Pouco antes da crise mencionada, a Atari estava finalizando o projeto *Puffer* (Figura 4), não lançado devido à crise. No entanto, a menção ao projeto *Puffer* é importante porque ajuda desmitificar o caráter de novidade que as empresas atuais procuram propagar sobre os Jogos Eletrônicos de Movimento que disponibilizam no mercado. Havia, neste projeto, a ideia de unir dois filões de mercado, os Jogos Eletrônicos e o *Fitness*, segundo um memorando interno da empresa Atari “Há uma geração inteira de crianças [e adultos] por aí que não praticam esportes e/ou não fazem exercício suficiente. Ao mesmo tempo, existe um mercado enorme de fitness.” (Johnson 2008, s/p, tradução nossa) e na continuação do texto fica a explícita a proposta de investir em um novo nicho de mercado



Figura 2. Anúncio *The JoyBoard*. Fonte: Brunet (2010).



Figura 3. Folder de divulgação. Fonte: Exus Corporation (1983).



Figura 4. Projeto *Puffer*. Fonte: Johnson (2008).

“[...] Nós vamos capitalizar sobre a combinação de dois mercados poderosos - jogos de vídeo e condicionamento aeróbico” (Johnson 2008, s/p, tradução nossa).

Haviam sido planejados três modelos de aparelhos, cada um deles voltado para uma demanda bem específica: clínicas médicas, fliperamas e residências (Donner et al. 2008; Johnson 2008) A ideia do projeto *Puffer* é retomada, posteriormente, por diferentes empresas desenvolvedoras. É possível observar hoje as academias de ginásticas adotando os Jogos Eletrônicos de Movimento como estratégia para atrair mais clientes, em especial o público infantil; as clínicas de reabilitação contabilizando as vantagens dos tratamentos mediados técnica e ludicamente pelos Jogos Eletrônicos de Movimento; e um número crescente de Jogos Eletrônicos de Movimento para consoles caseiros sendo consumidos. A união imaginada há trinta anos, entre os Jogos Eletrônicos e a atividade física, se revelou como uma excelente estratégia de mercado. As plataformas de equilíbrio da atualidade, da qual o *JoyBorad* é precursora, também são largamente utilizadas para Jogos Eletrônicos de Movimento com conteúdos lúdicos, esportivos e com prescrição de exercícios para o melhora do condicionamento físico.

Ressalta-se o interesse crescente nos últimos anos em controladores em forma de bicicletas e seus jogos, como é o caso do *Tacx Fortius Multiplayer Trainer* (Figura 5) para treinamento de ciclistas e do *Fisher-Price Smart Cycle Racer Physical Learning Arcade System* desenvolvido para crianças. Segundo dados do site InfoMoney (2019) o ciclismo virtual envolve na atualidade um mercado bilionário. Também no início dos anos 1980 haviam sido desenvolvidos pela empresa Autodesk os jogos *High Cycle*, que utilizavam uma bicicleta ergométrica, e o *Virtual Racquetball*, controlado por uma raquete eletrônica. Apesar de serem pouco conhecidos, esses jogos inauguraram a experiência dos Jogos Eletrônicos de Movimento com óculos de imersão, produzindo uma experiência de realidade híbrida um pouco diferente das demonstradas até agora. (Cherabuddi 2009; Johnson 2008; Rizzo 2007). Os óculos tinham por objetivo isolar a visão do jogador do ambiente em que se encontrava para aumentar a



Figura 5. *Tacx Fortius Multiplayer Trainer*. Fonte: Dinh (2012).

sensação de imersão, apresentando um ambiente digital em primeira pessoa. No entanto, melhorias tecnológica e de condições de acesso para Jogos Eletrônicos de Movimento jogados com óculos de imersão estão sendo conquistadas apenas na atualidade.

Superado o *Crash dos Videogames*, a retomada da indústria dos consoles e jogos não tardou a acontecer, mas só foi possível com a virada na qualidade da dimensão tecnológica. Buscando concorrer com a qualidade proporcionada pelos computadores comercializados na época, os quais permitiam um acesso a jogos com melhor desempenho e qualidade gráfica, a empresa Nintendo, que até então só produzia Jogos Eletrônicos e não consoles, lança no mercado Japonês, em 1983, o console *Famicom (Family Computer)* e o NES (*Nintendo Entertainment System*), em 1985, no mercado americano, sendo o mesmo produto com design e nome diferentes. Segundo Yanaze (2009), ambos os consoles definiram novo padrão de qualidade tecnológica (geração 8bits) e foram sucessos de venda.

Para a versão americana, foram desenvolvidos alguns acessórios periféricos, como a Pistola NES *Zapper*, o *Power Pad* e o *Power Glove* (Figura 6). Quanto a Pistola NES *Zapper*, enfatiza-se a sua eficiência funcional, o que não era muito comum nos periféricos da época. O *Power Glove*, lançado em 1989 e projetado pela empresa Abrams Entretenimento Gentile/AGE, licenciada pela Nintendo, era uma luva projetada para captar o movimento da mão do jogador, permitindo controlar as ações no jogo. O *Power Glove* é uma nova versão da *Data Glove*, desenvolvida para controlar jogos e outros softwares e

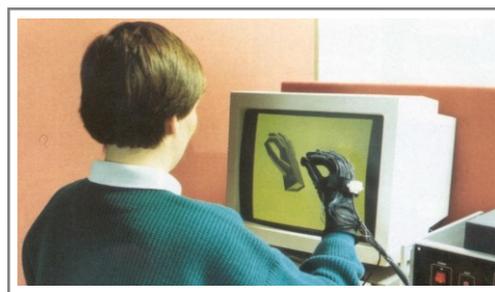


Figura 6. *Power Glove*. Fonte: Stamato (2016).

lançada no final da década de 80. Ambos controladores se destacam pela inovação, mas ambos falharam em termos de qualidade de comando (Stamato 2016).

O *Power Pad* (1986), desenvolvido pela empresa Bandai em parceria com a Nintendo é um tapete eletrônico, na lógica do *Foot Craz*, que já contava com mais acionadores, além de ser possível jogar em dupla.

A indústria responsável pelos arcades, também não escapou da retração no consumo provocado pelo *Crash dos Videogames*. No início dos anos 1980, era possível encontrar casas de fliperamas em diferentes lugares, como shoppings, restaurantes, supermercados, bares, etc. Segundo o documentário “A Breve história dos arcades anos 70 e 80”, do produtor Ivan Flow, o resultado disso foi à saturação do mercado, levando a um brusco desinteresse da população. Para não falir, a estratégia das empresas foi a inovação em formas de interação e a padronização nas estruturas dos arcades para redução dos custos. No entanto, alguns jogos de arcades foram importantes neste período, Jogos Eletrônicos de Movimento como o *Hang On* de 1985, em que era possível simular o controle de uma moto com o peso do corpo, e o *After Burner* de 1987, que simulava um manche de voo, ambos da empresa SEGA. Estes Jogos Eletrônicos de Movimento além de possuírem melhor tecnologia que os consoles caseiros apresentavam ainda recursos cênicos como outra vantagem. Segundo Murray (2003), recursos cênicos em conjunto com o movimento e a narrativa do jogo potencializam a sensação de telepresença.

Perani e Bressan (2007) afirmam que, dos anos 1960 ao final dos anos 1980, houve um desenvolvimento concomitante entre estímulos visuais e táteis na relação com a tecnologia de modo geral. Os estímulos táteis a que se referem incluem os acessórios para propiciar a valorização do movimento, havendo um estacionamento no investimento em estímulos táteis em jogos eletrônicos a partir dos anos 1990, em especial, pelo avanço da tecnologia dos consoles caseiros e de seus *joysticks* tradicionais.

No final desta década, as casas de fliperamas desgastadas começam a ser substituídas pelas lan-houses, casas de Jogos Eletrônicos, constituídas basicamente por computadores. Com a ascensão dos jogos on-line e em rede e com intensificação das melhorias de áudio e som, acirrou-se a ideia de que, para maior imersão durante a prática, o corpo deveria estar mais adormecido, o que segundo Silva et al. (2010) é a elevação a outra potência da dicotomia entre corpo e espírito, onde permeia a ideia de que a experiência prescinde do corpo. Não se tratava apenas da suspensão do cotidiano proporcionada pelo jogo, a promessa subliminar, e por vezes direta, era a de uma imersão em outra realidade. O exemplo mais expressivo desta tendência era o Jogo Eletrônico *Second Life* lançado em 2003, pela empresa Linden Lab, e que propunha ao jogador ter outra vida. Esta tendência contribuía, no nosso entendimento, para que as pessoas, de modo geral, compreendessem as experiências digitais como práticas irreais, acirrando o dualismo real-digital, e não como experiências singulares que segundo Levy (2009) se processam numa mesma realidade.

Um movimento paralelo começa a ser delineado com o impacto causado pelo Jogo Eletrônico de Movimento *Dance Dance Revolution*, projetado para arcade, popularmente chamado de DDR e lançado em 1998 pela empresa Konami, com um sucesso internacional inesperado nas até então quase esquecidas casas de fliperamas. Com o *DDR*, os Jogos Eletrônicos de Movimento começam a despertar o interesse da população e também os olhares atentos das empresas desenvolvedoras de consoles e de acessórios para consoles. Sendo o *DDR* uma versão atualizada e com mais capacidade de processamento dos acessórios já anteriormente citados - *Foot Craz* e *Power Pad*.

Foram produzidas para o mercado várias versões oficiais deste Jogo Eletrônico de Movimento, incluindo versões caseiras que são jogadas com tapetes portáteis que podem ser conectados aos consoles *Playstation II* (2000), da Sony, *Game Cube* (2001) e *Wii* (2006), da Nintendo, e aos computadores em geral. Em relação aos arcades destaca-se que eles ainda existem na atualidade, mas estão na sua maioria situados em áreas destinadas a brinquedos infantis em shopping centers.

Paralelamente e com menos visibilidade, controladores mais sofisticados são desenvolvidos para serem utilizados em computadores em substituição ao teclado e o mouse. Um exemplo é o *joystick Flight System G940* (Figura 7), da empresa Logitech, que além de realizar os movimentos proporciona ao jogador um *feedback* tátil com sensações semelhantes a dos pilotos com a ação das turbulências e

da força gravitacional durante o voo. Estes controladores, no entanto, além de pouco acessíveis financeiramente, são desenvolvidos somente para um tipo específico de jogo, como é o caso do rifle do *Odyssey*.

No ano de 2003 a Sony lança o kit *Eye Toy: Play*, para seu console PlayStation II. A câmera do Eye Toy filma o jogador e projeta sua imagem na tela de jogo, a imagem projetada na tela reage aos movimentos corporais realizados pelo jogador, o que lhe permite interagir com os objetos na tela por meio de sua projeção. Durante a experiência com os Jogos Eletrônicos de Movimento do *Eye Toy*, os jogadores não fazem uso de nenhum dispositivo controlador. Este dado o coloca como antecessor do *Kinect*, periférico para captação de movimento do console Xbox360, da empresa Microsoft, lançado no final de 2010 como a revolução nos Jogos Eletrônicos, por dispensar o uso de controladores. Em 2005, a Sony lançou o *Eye Toy: Kinect* com conteúdo voltado a melhoria na condição física, retomando a relação entre atividade física e os Jogos Eletrônicos. No entanto, estes lançamentos da Sony não foram representativos, especialmente considerando seu nível de comercialização em relação aos demais Jogos Eletrônicos para computadores e para consoles com joysticks tradicionais neste período.

Na tentativa de encontrar um novo nicho de jogadores, a Nintendo lança, em 2006, o console Wii, destacando a facilidade de jogar pelo uso de movimentos do cotidiano para realizar a interação, constituindo assim uma linguagem familiar. A Nintendo explora com este lançamento não apenas um público que se interessa por jogos mais acessíveis do ponto de vista da interação, mas a carência de jogos para jogadores casuais (Jull 2010), que se caracterizam por permitir que o usuário possa jogar sem precisar se comprometer em ficar horas jogando para finalizar um jogo.

O console *Wii*, diferente do *Eye Toy: Play*, e como dito anteriormente é um dos consoles para Jogos Eletrônicos mais vendidos. Os dados encontrados indicam que este sucesso deriva de um conjunto de fatores: console com valor mais acessível; a ampla campanha de marketing em relação à interação familiar e social propiciada pelo jogo; ampla campanha de marketing em relação à valorização do movimento contra o sedentarismo e obesidade; e por permitir jogar com diferentes narrativas de jogo.

O console *Wii* possui controladores de formato neutro, podendo ser jogados com vários jogos, inclusive mesclando num mesmo jogo comandos que utilizam movimentos valorizados (linguagem familiar) e movimentos residuais. A forma neutra do controlador e a sua forma de detecção de movimentos possibilitou a dissociação do movimento realizado pelo jogador de objetos que lhes sejam correspondentes (atirar sem ser com uma arma) sem abrir mão, como fazem os *joysticks* tradicionais, da gestualidade própria do cotidiano. A neutralidade de fato inovadora do controlador parece favorecer o consumo por minimizar os gastos com os Jogos Eletrônicos de Movimento em relação à associação específica entre acessórios e jogos.

As concorrentes diretas da Nintendo, a Sony e a Microsoft, atentas a este nicho de jogadores casuais lançaram periféricos para seus consoles, o *Play Move* para o *PlayStation III* e o *Kinect* para o Xbox360, que permitem usar Jogos Eletrônicos de Movimento, ambas empresas também com números expressivos de vendas. A Sony vendeu na Europa cerca 1,5 milhão de controladores no primeiro mês de lançamento do *Play Move* (G1 – Tecnologias e Games 2010), enquanto que a Microsoft alcançou a venda de 8 milhões de unidades dos controles *Kinect* nos sessenta dias após seu lançamento (G1 – Economia 2011).

Outro investimento realizado por desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos nos últimos anos é a associação entre a experiência de movimento com o uso de os óculos de imersão, ideia que não é nova. A plataforma *Virtusphere* (Figura 8) é um exemplo da dificuldade que os desenvolvedores



Figura 7: Joystick Flight System G940. Fonte: Chowdhury (2012).



Figura 8: Virtusphere. Fonte: Virtusphere (2013)

tiveram para tornar esta junção viável, já que o deslocamento do usuário é limitado pelo espaço físico e não pelo espaço digital em que o jogo acontece. Neste jogo, o processo de adaptação pode ser um pouco complicado no início, já que andar e correr em uma esfera mostram-se mais complexos do que a gestualidade cotidiana. Outras plataformas com esteira omnidirecional, que possibilitam o jogador andar e correr em todas as direções, já foram desenvolvidas. No entanto, destacamos a plataforma *Virtuix Omni Natural Motion* e o protótipo *Cyberith Virtualizer* (Figura 9) pelo tamanho que apresentam, podendo ser utilizados em diferentes espaços.

A plataforma do *Virtuix Omni Natural Motion* é um controlador que adapta-se a qualquer Jogo Eletrônico que utilize o teclado do computador para movimentar seu personagem ou a si mesmo nos jogos em primeira pessoa, mas segundo Monteiro (2014) a vantagem

do protótipo *Cyberith Virtualizer* é que ele pode capturar o movimento do pulo além dos movimentos de andar e correr.

Outro tipo de Jogos Eletrônicos de Movimento são os jogos móveis locais, os quais, segundo Lemos (2010), compõem um sistema que utiliza serviços de geolocalização e tecnologias móveis. Para jogar, as pessoas se deslocam por diferentes cenários da cidade a partir das informações requeridas pelo jogo, sendo sua localização identificada no jogo e permitindo diferentes tipos de interação. Um jogo de tecnologia similar é o *Pokemom Go* (2016), desenvolvido em parceria entre a Nintendo e a Niantic, Inc., que além da geolocalização incorpora recursos de realidade aumentada.

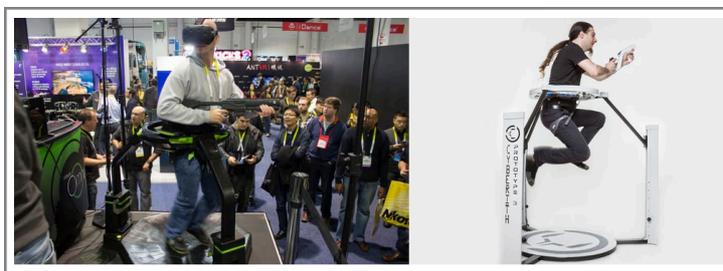


Figura 9: Virtuix Omni e Cyberith Virtualizer. Fonte: Shanklin (2016); Monteiro (2014)

A noção de simulação e o uso de movimentos não residuais e da valorização do corpo na relação com a tecnologia é anterior aos Jogos Eletrônicos, estando presente antes mesmo da eletrônica ter atingido o patamar de sofisticação contemporâneo. Segundo Tocchio (2009), jogos como *After burner*,



Figura 10: Sensorama. Fonte: Tocchio (2009)

de 1987, apresentavam as mesmas premissas do simulador de voo desenvolvido por Link em 1929 objetivando formar pilotos. Já a atenção ao corpo e ao movimento é parte de uma tendência mais ampla, que prevê o uso de gestualidades familiares no contato com a tecnologia. Um exemplo disto foi o *Sensorama* (Figura 10), desenvolvido por Heilig, em 1962, que permitia aos usuários realizar um passeio de moto pela cidade de Manhattan (Lemos 2010). A experiência contava com visão tridimensional, som estéreo, vibrações, sensações de vento e de aromas. O *sensorama* é a versão preliminar dos cinemas modernos que também atua com visão tridimensional com óculos 3D (que gera ilusão de volume e profundidade), assentos que vibram, efeitos especiais táteis (neve, vento, chuva, bolhas, etc). Nesta perspectiva de imersão ganham destaque os parques temáticos nos quais é possível encontrar uma mixagem entre a qualidade dos efeitos do cinema com a interatividade dos Jogos Eletrônicos, como exemplo evidencia-se o parque *VR Star Theme Park*,

localizado na China e inaugurado em 2018, e que é destinado exclusivamente a experiências digitais imersivas.

Considerações finais

Os acessórios específicos para uma interação diferenciada no modo de jogar, como o rifle do *Odyssey 100*, percorreram a história como artefatos supérfluos e de luxo, afinal estavam associados a poucos jogos, o que encarecia seu preço final. Países periféricos aos cenários iniciais de desenvolvimento dos Jogos Eletrônicos, como o Brasil, tiveram e ainda tem pouco acesso a estes acessórios.

Além da relação com a atividade física, como uma estratégia de mercado, identifica-se que a interação social, a ludicidade, a narrativa e o nicho crescente de jogadores casuais são aspectos que também levam ao desenvolvimento de Jogos Eletrônicos de Movimento, visto que o movimento como interação com o jogo pode potencializar a diversão, a socialização, a imersão e o interesse de novos consumidores.

Os dados permitiram identificar uma tendência na apropriação do movimento na relação com a tecnologia, onde há uma reaproximação com os movimentos do cotidiano ao invés de uma supressão desses movimentos como se delineava nos anos 90. Além de que observa-se uma roupagem nova em velhas propostas com vistas à promoção do consumo, sendo as principais diferenças a melhoria da qualidade dos acessórios e dos Jogos Eletrônicos de Movimento e a minimização dos custos, originados do/no avanço tecnológico.

A compreensão destes aspectos do cenário do desenvolvimento dos Jogos Eletrônicos de Movimento é importante para o processo de letramento digital fundamentado sobre uma perspectiva crítica, criativa e ética (Rivoltella, 2005), sendo a escola um espaço privilegiado promover este aprendizado. Para tanto, cabe também ao professor de Educação Física abrir espaço para estes conhecimentos em suas aulas, uma vez que o conteúdo narrativo (práticas corporais em geral) dos jogos e a valorização do movimento na experiência com a tecnologia tem ressignificado seu objeto de intervenção, em especial, quando considerado que os estudantes são ao mesmo tempo consumidores, mediadores e produtores de conhecimento acerca das experiências com os Jogos Eletrônicos de Movimento.

Referências

- Armando, Joel. 2010. “Lo que podemos aprender de los videojuegos sobre la enseñanza y los materiales educativos”. *Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa – RELATEC* 9, n.º 1: 29-41.
- Baracho, Ana Flávia Oliveira, Fernando Joaquim Gripp e Marcelo Roberto de Lima. 2012. “Os exergames e a educação física escolar na cultura digital”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* 34, n.º 1: 111-126.
- Bardin, Laurence. 2010. *Análise de conteúdo*. 4ª edição. Lisboa: Edições 70 LDA.
- Betti, Mauro. 2001. “Mídias: Aliadas ou inimigas da Educação Física Escolar?”. *Motriz* 7, n.º 2: 125-129. <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/07n2/Betti.pdf>
- Cherabuddi, Neehar Reddy. 2009. *Exergaming: Video Games as a form of Exercise*. Masters Theses and Project Reports. Department of Computer Science - Brown University. Providence, Rhode Island, 2009. <https://cs.brown.edu/research/pubs/theses/masters/2009/reddy.pdf>
- Donner, Andy, Douglas Goldstein e Julia Loughran. 2008. *Health e-Games Market Report: Status and Opportunities*. Physic Ventures, LLC. <https://www.yumpu.com/en/document/read/3641215/health-e-games-market-report-physic-ventures>
- Fantin, Mônica. 2008. “Do mito se Sísifo ao vôo de Pégaso: as crianças, a formação de professores e a escola estação cultura”. In *Liga, roda, clica: estudos em mídia, cultura e infância*, M. Fantin e G. Girardello (Org.). Campinas: Papyrus.
- Fantin, Mônica. 2011. “Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos”. *Olhar de Professor* 14, n.º 1: 27-40. <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3483>
- Frutoso, Maria Fernanda Petrolí, Elizabeth Maria Bismarck-Nasr e Ana Maria Dinezi Gambardella. 2003. “Redução do dispêndio energético e excesso de peso corporal em adolescentes”. *Revista de Nutrição* 16, n.º 3: 257-63.

- Guttenbrunner, Mark. 2007. *Digital Preservation of Console Video Games*. Vienna: (Master of Science in Computer Science) Vienna University of Technology. http://www.ifs.tuwien.ac.at/~becker/pubs/guttenbrunner_games2007.pdf
- Jull, Jesper. 2010. *A casual revolution: reinventing Video games and Their Players*. London: The MIT Press. https://www.jesperjuul.net/casualrevolution/casual_revolution_chapter1.pdf
- Lemos, André. 2016. Jogos Móveis Locativos: cibercultura, espaço urbano e mídia locativa. *Revista USP*, n.º 86:54-65. <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13813/15631>
- Lévy, Pierre. 2009. *O que é virtual*. São Paulo: Editora 34.
- Monteiro, Letícia Castro Silva, Fátima Solange Castillo Velásquez e Ana Paula Salles da Silva. 2016. “Jogos Eletrônicos de Movimento e Educação Física: uma revisão sistemática”. *Pensar a Prática* 19, n.º 2: 462-73.
- Murray, Janet Horowitz. 2003. *Hamlet no Holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço*. São Paulo: Itaú Cultural – UNESP.
- Oh, Yoonsin e Stephen Yang. 2010. *Defining Exergames & Exergaming*. Proceedings of the Meaningful Play Conference. East Lansing MI. http://meaningfulplay.msu.edu/proceedings2010/mp2010_paper_63.pdf
- Pelegrini, Andreia, Rosane Carla Rosendo Da Silva e Edio Luiz Petroski. 2008. “Relação entre o tempo em frente à TV e o gasto calórico em adolescentes com diferentes percentuais de gordura corporal”. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano* 10, n.º 1: 81-4.
- Perani, Letícia e Rentato Teixeira Bressan. 2007. “Wii will rock you: Nintendo Wii e as relações entre interatividade e corpo nos videogames”. Anais do VI Simpósio Brasileiro de Jogos para Computador e Entretenimento Digital – SBGames. São Leopoldo: Unisinos. <http://sbgames.org/papers/sbgames07/gameandculture/short/gcs1.pdf>
- Rezende, Adriano. 2009, 9 fevereiro. “Joyboard: O avô do Wii-Fit”. <http://game-nostalgia.blogspot.com.br/2009/02/joyboard-o-avo-do-wii-fit.html>
- Rivoltella, Pier Cesare. 2012. Retrospectivas e tendências da pesquisa em Mídia-educação no contexto internacional. In *Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores*, M. Fantin e P. C. Rivoltella (Org.). Campinas: Papyrus, 2012.
- Rivoltella, Pier Cesare. 2005. *Media Education, Fondamenti didattici e prospettive di ricerca*. Brescia: La Scuola.
- Rizzo, Skip. 2007. “CyberSightings”. *CyberPsychology & Behavior* 10, n.º 2: 316-320. <http://online.liebertpub.com/doi/pdfplus/10.1089/cpb.2006.9950>
- Silva, Ana Paula Salles da, Filho Ari Lazzarotti e Ana Marcia Silva. 2010. “Práticas Corporais, Experiência e Realidade Virtual: notas introdutórias”. *Motrivivência*, n.º 34:170-185. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/17148>
- Silva, Lidiane Rodrigues Campêlo da, et al. 2009. “Pesquisa documental: uma alternativa na formação docente”. Anais do IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 4554-66. Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUC/PR. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf
- Stettler, Nicolas, Theo M. Signer e Paolo M. Sutter. 2004. “Electronic games and environmental factors associated with childhood obesity in Switzerland”. *Obesity Research* 12, n.º 6: 896-903.
- Tocchio, Luis Cláudio Oliveira. 2009. “O corpo como interface nos games”. Anais do VIII Brazilian Symposium on Games and Digital Entertainment. Rio de Janeiro: SBGames. http://www.sbgames.org/papers/sbgames09/culture/full/cult22_09.pdf
- Vaghetti, Cesar Augusto Otero, Rosária Ilgenfritz Sperotto, Rafael Penna, Rodrigo Inácio de Castro e Silvia Silva da Costa Botelho. “Exergames: um desafio à educação física na era da tecnologia”. *Revista Educação & Tecnologia*, n.º 12 (2012): 1-15.
- Viana, Ricardo Borges, e Claudio André Barbosa de Lira. 2020. “Exergames as Coping Strategies for Anxiety Disorders During the COVID-19 Quarantine Period”. *Games for Health Journal* 9, n.º 3: 147-9. <https://www.liebertpub.com/doi/pdf/10.1089/g4h.2020.0060>

- Vieira, Karina Langone, Cesar Augusto Otero Vagheti, Sheynara Emi Ito Mazza e Leandro Quadro Corrêa. 2014. “Características comportamentais de escolares e sua percepção sobre a utilização dos exergames nas aulas de educação física”. *Cinergis* 1, n.º 2:65-69.
- Yanaze, Leandro Key Higuchi. 2009. *Tecno-pedagogia: os aspectos lúdicos e pedagógicos da comunicação digital*. 235f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Referências – fontes documentais

- Bowman, Tim. 2014, 8 dezembro. *Ralph Baer, Inventor of the First Home Video Game Console, Dies at 92*, <https://quarterdisorder.com/2014/12/08/ralph-baer-inventor-of-the-first-home-video-game-console-dies-at-92/> (acesso em 12 Abr. 2020).
- Brunet, David. 2010, maio. *Dossier: les produits d'Amiga Inc. pour Atari 2600*. http://obligement.free.fr/articles/amiga_produits_atari.php (acesso em 10 Mai. 2020).
- Chowdhury, Rahul. 2012, 15 julho. *30 Awesome Gaming Devices for PC Gamers*. <http://www.hongkiat.com/blog/gaming-devices-for-pc-gamers/> (acesso em 10 Fev. 2020).
- Dinh, Thien. 2012, 13 janeiro. *Featured User Review: Tacx Fortius Multiplayer Trainer*. <http://www.roadbikereview.com/reviews/featured-user-review-tacx-fortius-multiplayer-trainer> (acesso em 02 Mai. 2020).
- Exus Corporation. 1983. *Joger & Reflex*. http://www.atarimania.com/game-atari-2600-vcs-video-jogger_8413.html (acesso em 5 Abr. 2020).
- G1 - Tecnologias e Games. 2010, 15 outubro. *PlayStation Move vendeu 1,5 milhão de unidades na Europa*. <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2010/10/playstation-move-vendeu-15-milhao-de-unidades-na-europa.html> (acesso em 28 Jun. de 2021).
- G1 – Economia. 2011, 27 janeiro. *Microsoft tem lucro líquido menor, mas Kinect impulsiona vendas*. <https://extra.globo.com/economia/microsoft-tem-lucro-liquido-menor-mas-kinect-impulsiona-vendas-952028.html> (acesso em 28 Jun. de 2021).
- Infomoney. 2019. *O mercado bilionário do ciclismo virtual*. <https://www.infomoney.com.br/negocios/o-mercado-bilionario-do-ciclismo-virtual/> (acesso em 28 Jun. 2021).
- Johnson, Joel. 2008, 15 maio. *From Atari Joyboard to Wii Fit: 25 years of “exergaming”*. <http://gadgets.boingboing.net/2008/05/15/from-atari-joyboard.html> (acesso em: 12 Abr. 2020).
- Monteiro, Rafael. 2014, 30 julho. *Cyberith Virtualizer: joystick ‘coloca’ jogador dentro do game; entenda*. <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/07/cyberith-virtualizer-joystick-coloca-jogador-dentro-do-game-entenda.html> (acesso em 14 Mai. 2020).
- Oxford, Nadia. 2011, 21 setembro. *Ten facts about the great video game crash of ‘83*. <http://www.ign.com/articles/2011/09/21/ten-facts-about-the-great-video-game-crash-of-83> (acesso em 01 Jun. 2016).
- Schmidt, E. 2015. “Saiba quais são os videogames mais vendidos de todos os tempos”, *TechTudo*, <https://www.techtudo.com.br/listas/noticia/2015/11/saiba-quais-sao-os-videogames-mais-vendidos-de-todos-os-tempos.html> (acesso em 28 Jun. 2021).
- Shanklin, Will. 2016, 21 janeiro. *Virtuix Omni: VR treadmills not yet living up to the promise (hands-on)*. <http://www.gizmag.com/virtuix-omni-vr-treadmill-review-hands-on/41438/> (acesso em 12 Abr. 2020).
- Sulbaran, Heli. 2014, 18 março. *Marzo (1974) Atari lanza "Gran Trak 10". El primer arcade con volante y palanca. Efemérides Tecnología*. <https://helisulbaran.blogspot.com/2014/03/18-de-marzo-1974-se-lanza-el-primer.html> (acesso em 12 de Mai. 2020).
- Stamato, Bernardo. 2016. *As 7 piores tentativas de Realidade Virtuais da História*. <http://www.einerd.com.br/7-piores-tentativas-de-realidades-virtuais-da-historia/> (acesso em 03 Mai. 2020).
- Virtusphere. 2013. *The virtual world. Russia: Virtusphere*. <http://www.virtusphere.com/> (acesso em: 7 Jan. de 2020).

AXIOLOGÍA DEPORTIVA Y HERMENÉUTICA. ORIENTACIONES METODOLÓGICAS PARA LA INVESTIGACIÓN

Sports and hermeneutic axiology. Methodological guidelines for research

Javier ARRANZ ALBÓ

Asociación Española de Investigación Social Aplicada al Deporte

Resumen

El objetivo del presente artículo es definir una serie de principios teórico-prácticos sobre el uso de la metodología hermenéutica contextualizada en el terreno axiológico del deporte. La palabra hermenéutica proviene del griego -ἑρμηνεύειν- "interpretar, explicar o traducir". Partiremos del supuesto de que los seres humanos no podemos vivir sin la existencia de los valores, debemos posicionarnos axiológicamente. La hermenéutica, como método aplicado a la teoría de los valores deportivos nos servirá para comprender críticamente los procedimientos de racionalidad vital, posibilitar la comprensión y la transmisión histórica, un hecho que nos obligará a ser capaces de proponer nuevos fundamentos teóricos para el análisis de las relaciones humanas. Pretenderemos en nuestro estudio profundizar en el terreno de la significación teórica, un hecho que derivará en un giro a la investigación tradicional, sobre todo en el contexto de trabajos comunicativos. Hemos de fijarnos como principal objetivo del estudio abrir la necesidad dialógica de nuevas formas de entendimiento sobre el significado de la realidad como algo diverso y complejo. Como principales conclusiones, pensamos que la aplicación de una metodología hermenéutica nos posibilitará poder adentrarnos en la cuestión del tiempo histórico y en la relación entre historia y tiempo donde se sitúa la confrontación entre pasado y futuro, también entre experiencia y expectativa. Todo ello, nos permitirá conseguir la recuperación de la capacidad interpretativa, algo que otorgará una base científica a todos los estudios referidos a valores deportivos.

Palabras clave: hermenéutica, interpretación, comprensión, axiología deportiva.

Abstract

This article aims to define a set of theoretical and practical principles on the use of the contextualized hermeneutic methodology in the axiological field of sport. The word hermeneutics comes from the Greek -ἑρμηνεύειν- which means "to interpret, explain or translate". We will start from the assumption that we human beings cannot live without the values' existence, we must position ourselves in an axiological way. By applying hermeneutics to the theory of sport's values, it will help us to critically understand the procedures of vital rationality, enable understanding, and also the historical transmission, which will make us capable of coming up with new theoretical foundations for the analysis of human relationships. In our study, we intend to go deeper into the field of theoretical significance, a fact that will lead to a turnaround in traditional research, especially in the context of communicative works. The main purpose of the study must be to open up the dialogic need for new ways of understanding the meaning of reality as something diverse and complex. As main conclusions, we believe that the application of a hermeneutic methodology will enable us to get into the question of historical time and the relationship between history and time where the confrontation between the past and the future, or between experience and expectation, is situated. All this will allow us to achieve the recovery of the interpretative capacity, something that will give a scientific basis to all the studies referred to as sport values.

Keywords: hermeneutics, interpretation, understanding, sports axiology.

Introducción

El origen de la axiología o teoría de los valores, en el contexto deportivo, en palabras de F. Corriente y J. Montero (2011)¹, habría que datarla a partir del siglo VIII (a. C.) cuando la aristocracia, protagonista de los JJ.OO., se vio sometida a respetar un conjunto de leyes y reglas no sólo deportivas sino de comportamientos. López y Isidori (2018), comentaban que “El deporte antiguo tenía conexiones con los ritos de hospitalidad, de la acogida, de la paz, de la casa, de la comunicación entre diversos y extranjeros”². Otras teorías apuestan por el hecho de que “el origen se lo debemos a la reglamentación deportiva acaecida durante la época victoriana”³. Paradigmas que nos permiten constatar la presencia de unos valores vinculados no solamente a la praxis deportiva “sino también a un ideal antropológico, educativo y ético que ha trascendido al paso del tiempo”⁴; ante tales conclusiones podríamos dar validez a la tesis de Huizinga, cuando afirmaba que el carácter lúdico-trivial del deporte no excluía la posibilidad de que sus valores tuviesen influencia en las sociedades⁵. Los valores se han de convertir en algo que pueda regir y dar consistencia a nuestras vidas. “Los valores son aquello que queremos y que intentamos preservar”⁶, en referentes que han de conformar un horizonte de sentido, en resumen, “la habilitación para una racionalidad gozosa y humanizadora”⁷. Hemos de tener en cuenta que los valores dependerán de las concepciones antropológicas de una persona o de una comunidad, de una cultura o de otra. La orientación postmoderna del deporte también ha dado lugar a la aparición de lo que podríamos denominar contravalores, escribía Garoz, lo que “puede suponer una acción beneficiosa, pero también entraña aspectos y efectos negativos”⁸, refiriéndose a la exclusión, al racismo y al exceso de mercantilismo. Javier Olivera y Xavier Torredadella⁹, en un recorrido histórico en referencia a la etimología de la palabra deporte y sus connotaciones semánticas, destacaron que a la vista del pluralismo actual donde se está produciendo una cierta tendencia a otorgar un nuevo sentido a la palabra deporte, opinaban que la diversidad de costumbres y tradiciones deberían de estar sometidas a un estudio constante para formular los verdaderos valores que ayudasen a la construcción moral de las personas.

La utilización de una metodología califica la manera de enfocar los problemas y buscar las respuestas. En el terreno de las ciencias sociales se aplica a la manera de realizar una investigación. En todo estudio los supuestos intereses y propósitos nos han de conducir a elegir una u otra metodología; también la podemos entender como el estudio o racionalización del método, es decir, la explicitación teórica del método seguido. Por tanto, toda ciencia ha de disponer de un conjunto de métodos con el objetivo de encontrar solución a los problemas planteados, también se exige una legitimación epistemológica. La hermenéutica, aparte de un arte, la hemos de entender también como una metodología cualitativa que posee una naturaleza humana. Es al mismo ser humano a quien le corresponde interpretar, analizar o comprender el significado de los pensamientos, gestos, acciones y palabras, dada su naturaleza racional. Heidegger comentaba, “en las ciencias históricas

¹ F. Corriente y J. Montero, *Citius, Altius, Fortius. El libro negro del deporte*. (Logroño: Pepitas de calabaza, 2011), 199-200.

² F. López y E. Isidori. “El origen deportivo de la democracia. Una aproximación filosófica”, *Movimento* 24, n.º 2 (2018): 3.

³ R. Sebastián, *Los filósofos griegos y el deporte. La contribución de la filosofía clásica a la ética del deporte*. XIX Congrés valencià de Filosofia. València, Facultat de Filosofia (2012), 200.

⁴ G. Turró, *Humanisme i esport, proposta d'una axiologia pedagògica*. Tesis doctoral, Departament de Teoria i Història de la Educació, Universitat de Barcelona, 2010, 378 [traducción del autor].

⁵ J. Huizinga, *Homo Ludens* (Buenos Aires: Emece Editores, 1957).

⁶ J. M^a. Terricabras, *I a tu què t'importa. Els valors, la tria personal i l'interès col·lectiu* (Barcelona: Edicions la campana, 2002), 12 [traducción del autor].

⁷ L. Duch y J. C. Mèlich, *Escenaris de la corporeitat. Antropologia de la vida quotidiana* (Barcelona: Publicacions de l' Abadia de Montserrat, 2003), 230 [traducción del autor].

⁸ I. Garoz, I., *Juegos y deportes* (Servicio de publicaciones Universidad Autónoma de Madrid, 2005), 2.

⁹ J. Olivera y X. Torredadella, “Del sport al deporte. Una discusión etimológica, semántica y conceptual en la lengua castellana”, *Revista Internacional de Medicina y Ciencias de la Actividad Física y del Deporte* 15, n.º 57 (2015): 61-91.

se ha robustecido la urgencia de llegar hasta la realidad histórica misma a través de la tradición, su expresión y transmisión”¹⁰. El conocimiento de los textos axiológicos deportivos sólo será posible si tenemos cierta afinidad y una vivencia de lo que dicen y de lo que nos aportan, “la historia del deporte es al mismo tiempo, memoria de nuestro pasado”¹¹. La idea de utilizar una metodología hermenéutica nos permitirá sumergirnos con criterio metodológico dentro de la comprensión del lenguaje y de la historicidad deportiva. Gadamer había señalado que la educación era educarse, “el sustento de la educación se encuentra en la raíz narrativa de la hermenéutica”¹². Uno de los padres de la denominada semántica histórica, Reinhart Koselleck¹³, planteó una nueva crítica de las interpretaciones al afirmar que se debería tener en cuenta el hecho de que con frecuencia se produce un uso incorrecto de las expresiones a lo largo del tiempo. Somos conscientes de que no es nada fácil formular y justificar estas investigaciones dentro de una teoría sobre la comprensión del sentido, y menos aún, en el contexto del mundo deportivo actual, donde han quedado al margen valores como la paciencia y la perseverancia, así pues, el tiempo no es algo estático y el futuro ya no está predeterminado, “se convierte en una posibilidad humana con la llegada de un tiempo nuevo y acelerado, y sobre todo la conciencia de estar viviendo un tiempo aislado”¹⁴. Bauman, lo explicaba con mucho tino, “la cultura actual da mucha importancia a la velocidad y a la eficacia”¹⁵. Lo que realmente debemos de plantearnos es averiguar cuál es la teoría hermenéutica más apropiada, o que hace más justa la comprensión de la profunda realidad de los textos deportivos referidos a valores, ya que cualquier trabajo de esta disciplina pretende ser una aproximación a un panorama siempre ampliable. Hanna Arendt, en sus estudios sobre la condición humana había comentado cómo, “la pluralidad de la condición humana radica en que todos somos lo mismo, humanos. El trabajo y su producto artificial hecho por él concede una mezcla de permanencia y durabilidad a la futilidad de la vida”¹⁶.

En el estudio que presentamos, hemos creído oportuno tener en cuenta las siguientes consideraciones: la interpretación debe estar incluida dentro de un horizonte de temporalidad; toda interpretación ha de estar inscrita dentro del círculo hermenéutico de la comprensión; la hermenéutica no actúa sobre particularidades, sino sobre una totalidad. Por último, entender que la multiplicidad de significados depende del intérprete, “el texto en la historia no está nunca concluido por completo ni está nunca fijado definitivamente por escrito”¹⁷, la explicación lo es del sentido y del espíritu, teniendo en cuenta la máxima de Koselleck cuando argumentaba, “que la historia conceptual se contrapone a la historia de las ideas orientada ésta última al estudio de los usos lingüísticos en toda la vida social”¹⁸.

Objetivos

No hemos querido caer en nuestro trabajo en un radical docetismo, “por todas partes se han despertado hoy en las distintas disciplinas tendencias a poner la investigación sobre nuevos fundamentos”¹⁹, en un giro que nos hubiese conducido a obviar la historia y la negación de la

¹⁰ M. Heidegger, *El ser y el tiempo* (México: Fondo de Cultura Económica, 2014), 19.

¹¹ B. Jau, *Análisis del deporte* (Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1988), 73.

¹² H.-G. Gadamer, *Verdad y método* (Salamanca: Sígueme, 1995), 58.

¹³ M. E. Vázquez, “Reseña de ‘Futuro pasado’ de Reinhart Koselleck”, *Relaciones. Estudios de historia y sociedad* XXIV, n.º 95 (2003): 300-5. <https://www.redalyc.org/pdf/137/13709512.pdf>

¹⁴ P. Lanceros, “Reinhart Koselleck, filósofo dedicado a la historia semántica”, *elmundo.es*, 10 febrero 2006, <https://www.elmundo.es/elmundo/2006/02/09/obituarios/1139474381.html> (consultado el 29 diciembre 2020).

¹⁵ Z. Bauman, Z., *Los retos de la educación en la modernidad líquida* (Barcelona: Gedisa, 2007) 22.

¹⁶ H. Arendt, *La condición humana* (Barcelona: Paidós, 2018), 78.

¹⁷ C. Vilanou, C., “Historia conceptual e historia intelectual”, *Ars Brevis*, n.º 12 (2006): 178.

¹⁸ Vázquez, “Reseña de ‘Futuro pasado’ de Reinhart Koselleck”.

¹⁹ Heidegger, *El ser y el tiempo*, 19.

realidad, por otro lado, tampoco podíamos permitirnos escapar de la ambigüedad y de la contingencia de la historia. Koselleck, seguidor, en algunos aspectos de Heidegger, entendía al ser humano como observador de un objeto susceptible de ser conocido; se planteaba el conocimiento de la dicotomía sujeto-objeto²⁰. Dadas estas circunstancias, nuestro primer objetivo, ha pretendido destacar que la axiología deportiva representa la plasmación del peso de una memoria expresada en el curso de los últimos años, “es legítimo seguir hablando de historia y de biografía cuando no hay testamento porque toda forma de continuidad queda borrada”²¹. Las aportaciones que han visto la luz en los últimos tiempos no pueden ser entendidas como algo definitivo y dogmático, sino que también lo han de ser como construcción de paradigmas nuevos que aporten en el seno del mundo axiológico del deporte un plus en aras a la mejora del desarrollo físico y moral de las personas, resaltando de esta manera la dimensión holística del deporte. Se hace difícil entender a las personas sin una presencia de los valores, no podemos construirnos sin su ayuda ya que es a partir de estos elementos que pensamos y actuamos.

El pensamiento narrativo ha de formar una historia que otorgue sentido a nuestra vida, siempre dentro de la tradición cultural y social en la que estemos inmersos, teniendo en cuenta que el lenguaje como comenta Vilanou, “no es un simple producto del individuo, sino que es histórico y cultural. La cultura, debe de estar atenta a la historicidad y lingüicidad”²². Las historias no han de describir la vida, sino que han de reinventarla continuamente a partir de historias en común y de las que los otros han de inventar para nosotros con sus propias historias; por tanto, como apuntaba Vaccarili, “no hace falta que sean verdaderas sino verosímiles”²³. Una búsqueda del sentido que proviene de la narración para convertirse en esencia de la actuación del ser humano. Las historias nacen cuando el hombre idea otras situaciones con sentido, para superar la ansiedad y la limitación del contexto donde se encuentra. En el terreno hermenéutico, la conciencia colectiva, “busca apropiarse del pasado, acceder definitivamente”²⁴. En esencia, nuestra vida es un relato y nosotros somos sujetos narrativos dotados de una identidad narrativa, que, a diferencia de la identidad tradicional rígida es abierta y flexible. Las fuentes escritas de índole axiológica, que deberemos extraer para fundamentar nuestras investigaciones, deben hacer memoria de un pasado portador de un sentido definitivo que responda a la pregunta, “qué queda de la transmisión cultural cuando se olvida el pasado”²⁵, deberemos tener en cuenta que los sucesos de los que haremos referencia han estado distantes de nosotros, aunque hayan sucedido en el mundo no pueden volver a producirse sólo viven inmersos en la memoria. De esta manera, el método histórico-crítico se convierte en algo imprescindible. La interpretación de los hechos acaecidos en el pasado han de ser plurales, que fomenten un diálogo constructivo y permitan el establecimiento de una relación de continuidad. Existen valores que a pesar de que surgieron hace más de 3.000 años, creemos que en esencia perduran en el tiempo, “tomando como método el deporte es posible ejemplificar la teoría y métodos sociológicos, un hecho que nos permite obtener nuevos conocimientos sobre el deporte y también acerca de la sociedad donde existe”²⁶. La hermenéutica, como doctrina de la inserción social, es decir, historia, posibilidad y lingüística, ira destinada o tendrá como objetivo comprender a un autor mejor de lo que se comprendió él mismo, podríamos considerarlo un arte de la comprensión cuyo objetivo consiste en proporcionar un reencuentro del interprete con la obra y su autor. Comprender es esencialmente conocer, interpretar y descubrir el sentido que el sujeto

²⁰ J. Fernández, “Historia conceptual, memoria e identidad (I)”. *Revista de libros*, n.º 111 (2006). https://www.revistadelibros.com/articulo_imprimible.php?art=2795&t=articulos

²¹ A. Pagès, *Al filo del pasado. Filosofía hermenéutica y transmisión cultural* (Barcelona: Herder, 2006), 318.

²² Vilanou, “Historia conceptual”, 167.

²³ A. Vaccaril, *Por una hermenéutica educativa a través de la literatura en los diversos contextos del planeta* (Valladolid: Universidad Europea Miguel de Cervantes, 2008), 236.

²⁴ A. Pagès, “Bases hermenéutiques de l’educació. Vers una lectura pedagògica de H.G. Gadamer”. *Temps d’Educació*, n.º 29 (2005): 76 [traducción del autor].

²⁵ Pagès, *Al filo del pasado*, 76.

²⁶ G. Luschen y K. Weiss, *Sociología del deporte* (Valladolid: Editorial Miñón, 1979), 46.

individual otorga a su discurso en la lengua; también, comprensión del individuo a quien habla, ya que pretende describir la meta de la comprensión en el reencuentro del interprete con la obra; lo podríamos definir como el arte de comprender perfectamente el discurso del otro. Fernández Sebastián²⁷, comentaba cómo la historia conceptual es una consecuencia de un giro lingüístico; nos encontramos inmersos en un paradigma que pone de manifiesto que las palabras tienen vida propia y que los conceptos dibujados por las palabras son igualmente protagonistas de una historia, “darle la espalda a la hermenéutica significa establecer la cancelación de la dimensión existencial-histórica de la humanidad y su destino”²⁸. La hermenéutica, como método aplicado a la interpretación de los textos que tratan sobre valores deportivos, tendrá sentido en cuanto deberá fomentar la relación entre la totalidad y la individualidad o lo que es lo mismo, entre el texto y su contexto, intentando no derivar hacia posturas subjetivas. La hermenéutica, nos remite hacia la comprensión, de esta manera los procesos históricos tendrán más importancia que los mismos textos. Debemos entender que la hermenéutica “posibilita la comprensión y la transmisión histórica”²⁹. Sólo se puede comprender la realidad desde el escenario hermenéutico, lo comentaba Marqués, “la relación vital con la cosa de lo que trata el texto toma la forma de una precomprensión”³⁰. Los valores tienen que ver con los ideales defendidos y promovidos socio culturalmente, “lucha, esfuerzo de superación, disciplina, dominio de las emociones, constancia, son valores que han decaído en nuestra sociedad, gracias al deporte los podemos recuperar”³¹.

Un modelo de investigación axiológica deportiva basada en la metodología hermenéutica

Se hace necesario explicitar cuestiones que nos permitan interpretar los datos, son propuestas con la finalidad de orientar nuestros trabajos, pero se hace necesario formular un punto de partida, una teoría inicial, que, a lo largo de nuestros estudios e investigaciones deberemos ir constatando. Los instrumentos utilizados nos han de permitir verificar nuestras investigaciones siempre contando con la ayuda de los instrumentos metodológicos y documentales disponibles.

Un segundo paso, consistirá en la recogida de las diversas fuentes, en nuestro caso los referidos a los textos relacionados con la axiología deportiva. Consideraremos fuentes, “todo aquello que nos dé noticia de una determinada realidad”³², un nexo de unión entre el investigador y su ámbito de estudio, un medio para ayudar a la comprensión de aquello que se quiere estudiar, un material que dará forma a nuestra exposición, lo que creemos como un hecho primordial, el objeto de estudio debe dar respuesta a nuestras expectativas teóricas. La esencia de la investigación ha de recaer en la fase de explicación y de interpretación, el momento de verificar y confirmar la hipótesis de trabajo. Para conseguirlo deberemos emplear criterios cualitativos más cercanos a la hermenéutica, que nos permitan arribar a una construcción teórica superior.

La utilización del método histórico en investigaciones y trabajos de índole axiológico; su fundamentación científica

El método histórico nos ha de permitir descubrir cómo los textos referidos a esta disciplina se convierten en un proceso histórico, no sólo porque han tenido lugar en el curso de la historia sino por el hecho de ser unas obras creadas por personas humanas concretas en un tiempo en unos lugares determinados y en el contexto de un ambiente cultural y social específico, aunque contamos

²⁷ Fernández, “Historia conceptual”.

²⁸ M. Ruedas, M. Ríos y F. Nieves, “Hermenéutica: la roca que rompe el espejo”, *Investigación y Postgrado* 24, n.º 2 (2009): 186.

²⁹ Vilanou, “Historia conceptual”, 177.

³⁰ M. Marqués, *L'hermenèutica filosòfica contemporània. A Qüestions de Vida Cristiana. Fe i Interpretació* (Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2001), 64 [traducción del autor].

³¹ G. Turró, “Esport, educació i valors, una proposta humanística”, *Temps d'Educació*, n.º 40 (2011), 267 [traducción del autor].

³² J. Arranz, *Futbol i religió. Dimensió simbòlica i pedagògica*. Tesis doctoral, Departament de Teoria i Història de la Educació, Universitat de Barcelona, 2012. <https://www.tdx.cat/handle/10803/53591>, 34 [traducción del autor].

con un catálogo de valores, herencia de una tradición clásica, medieval y moderna indispensables para la vida personal y colectiva. Kosellek afirmaba que, “la historia no se limita a ser un caso especial de la hermenéutica, ya que es algo más que una ciencia filológicamente ligada al texto”³³. No podemos olvidar el hecho de que las interpretaciones heterogéneas frecuentemente olvidan que el texto no se puede convertir en un pretexto; comentábamos anteriormente que un texto nunca está concluido. El crecimiento de un texto no se puede desvincular de su sentido originario, el método histórico aplicado a las investigaciones sobre valores del deporte descubrirá las resistencias objetivas del texto que impiden manifestaciones subjetivas. Las aportaciones de Hans George Gadamer al considerar que las ciencias del espíritu son en esencia históricas, han sido importantes al considerar que, “la historia no nos pertenece, sino que somos nosotros los que pertenecemos a ella”³⁴. Como investigadores nuestro deber es luchar a favor de una propuesta que favorezca las condiciones de un ámbito de tanta relevancia social como es el mundo del deporte, “cualquier sistema, se mantiene merced tan solo a determinados cambios y trabajos, la acomodación del ambiente”³⁵. La existencia de un modelo instaurado no impide que en ocasiones actuemos en contra del mismo. Consideramos que existen valores y propuestas axiológicas válidas porque tienen mucha relación con el sentido que le queramos atribuir a nuestra vida y ésta es intrínsecamente conflictiva, “la desesperación del sentido de la vida”³⁶, las dificultades y contrariedades forman parte de la trama existencial, lo apuntaba Séneca cuando apuntaba que, “todo esfuerzo ha de encaminarse a un objetivo”³⁷.

Hermenéutica, fundamentos epistemológicos

La verdad hermenéutica se desmarca del optimismo epistemológico moderno, representado por las corrientes positivistas y neopositivistas que defienden, “la certeza como ideal del conocimiento científico”³⁸. La exactitud ha de dar paso a la corrección, porque la hermenéutica siempre nos sitúa en la perspectiva abierta a nuevas interpretaciones. Nos gustaría pensar que el texto es un laboratorio de lo imaginario a través del que se forma nuestra personalidad, hemos de intentar hacer de ella un tipo de arte. Nuestra propuesta en clave orientadora nos obliga a intentar evitar las contradicciones en el momento de interpretar. Hemos de ser conscientes de que nuestra comprensión de la realidad ha de surgir desde el círculo hermenéutico, un acontecimiento que nos proporcionará una abertura de significados. Toda comprensión es siempre interpretación, un hecho que nos conducirá a sumergirnos dentro de un mundo sin fin ya que nos situará en una perspectiva abierta a nuevas interpretaciones. La interpretación de estos textos nos permitirá la posibilidad de establecer un diálogo con ellos y comprenderlos como una respuesta a nuestras preguntas. Gadamer entendía como algo sumamente importante, “la distancia entre el texto y su intérprete”³⁹. El intérprete, en este caso, el autor de la investigación, ha de entrar en diálogo con la realidad de lo que versa el texto, “porque el texto en la historia, no está nunca concluido por completo ni esta nunca fijado definitivamente por escrito”⁴⁰ y de su autor, un hecho que no es posible si no hay una pertenencia y una afinidad entre el intérprete y su objeto.

Queda claro que, delante de estas premisas, deberemos distanciarnos del texto ya que una vez producido toma cierta autonomía en relación con su autor, así, “empieza una carrera de sentido”⁴¹,

³³ Vilanou, “Historia conceptual”, 178.

³⁴ Gadamer, *Verdad y método*, 68.

³⁵ R. Spaeman, *Ética, cuestiones fundamentales* (Pamplona: Eunsa, 2005), 78.

³⁶ V. Frankl, *El vacío existencial* (Barcelona: Herder, 2019), 88.

³⁷ L. A. Séneca, *Sobre la tranquilidad del alma* (Madrid: Alianza Editorial, 2010), 12.

³⁸ Turró, *Humanisme i esport*, 11 [traducción del autor].

³⁹ Gadamer, *Verdad y método*, 90.

⁴⁰ Vilanou, “Historia conceptual”, 178.

⁴¹ P. Ricoeur, *Teoría de la interpretación. Discurso y excedente de sentido* (Madrid: Siglo XXI, 2003), 78.

también se producirá entre el texto y los lectores sucesivos, éstos deberán respetar el mundo del texto y su alteridad. Los métodos de análisis literarios e históricos se hacen necesarios para la interpretación, asimismo, el sentido de un texto sólo se puede dar si es actualizado en la vivencia de los lectores que se lo apropian, de manera que son llamados a extraer conclusiones nuevas siempre en la línea del sentido fundamental indicado en el texto.

El método hermenéutico ha estado observado, en algún ámbito, con determinado recelo por temor a conducir hacia un cierto relativismo, al escepticismo e incluso al agnosticismo deontológico. Aceptar esta metodología no implica de ninguna manera el hecho de aceptar que la realidad esta huérfana de existencia y de significado propio, con independencia del acto interpretativo y del interpretado, como tampoco del hecho de que no se pueda alcanzar un verdadero conocimiento de la realidad. En trabajos e investigaciones de esta disciplina hemos de ser capaces de superar la línea del tiempo que marcan los destinatarios de los primeros textos y nuestra época contemporánea. La finalidad será alimentar la vida axiológica deportiva, de ahí, que se hará necesario actualizar correctamente el mensaje de los textos. Los valores en el terreno deportivo no pertenecen a la esfera de los hechos, tampoco al mundo que deberemos explicitar, trascienden al mundo fáctico. Por tanto, nuestra obligación será buscar una vía epistemológica de matiz cualitativo. El fundamento de esta necesidad se encuentra en la misma esencia axiológica y en la historia de su interpretación, lo apuntaba Huizinga⁴², cuando afirmaba que las prácticas deportivas validaron los fundamentos sociales, forjadores de nuestra cultura.

El análisis de textos axiológicos deportivos

Supone un error en nuestros estudios obviar la realidad objetiva de los textos, y subordinarlos a un mensaje antropológico. Debemos entender la filosofía como una nueva interpretación no como un instrumento de comprensión.

Hemos de evitar el subjetivismo y de recorrer a constantes actualizaciones. Los textos han de ser sometidos a frecuentes verificaciones.

No podemos basarnos en el triunfo de un pensamiento alejado de la historia, uniforme e insensible al peso de la tradición, una decisión instrumental de la razón. Es necesario, por tanto, para comprender los textos referidos a valores deportivos desprendernos de nuestras vivencias y experiencias previas.

La comprensión de las veracidades de los textos referidos a valores puede ser generada por el crecimiento de la vida en el espíritu. Todos los conceptos fundamentales son inalterables en el sentido de que su formulación lingüística es inmutable a lo largo del tiempo, pero también poseen una estructura temporal interna.

La metodología histórico-crítica ha de adoptar la tesis de la unicidad, así, un texto, no puede tener a la vez diversas significaciones. Para una correcta interpretación del texto se han de tener en cuenta las circunstancias de su elaboración, “sobre este aspecto se ha puesto al descubierto la necesidad de combinar el nivel del lenguaje y el nivel extralingüístico, es decir, el texto y el contexto, o lo que es lo mismo, la tensión que se produce entre el concepto y la sociedad, entre la semántica histórica y la historia social”⁴³. En cuanto al sentido literal, no es suficiente traducir un texto palabra por palabra para obtener el sentido literal, debemos comprenderlo según las convenciones literarias de su tiempo, también podemos discernir gracias a un preciso análisis del texto, pero siempre situado en su contexto literario e histórico.

La finalidad de la creación cultural derivará en la construcción de un mundo de sentimientos y pensamientos, “un mundo de humanidad que pretende ser un mundo común para un grupo humano en lugar del sueño individual de cada uno”⁴⁴, el mundo de la cultura se ha de reconquistar

⁴² Huizinga, *Homo ludens*.

⁴³ Vilanou, “Historia conceptual”, 186.

⁴⁴ M. G. Amilburu, “La cultura como texto. Hermenéutica y Educación”, en *Cultura, Hermenéutica y Educación*, ed. J. Esteban (Valladolid: Universidad Europea Miguel de Cervantes-CEINCE, 2008), 106.

continuamente mediante el ejercicio de la actividad interpretativa, un hecho que supone una actividad activa, una praxis creativa por parte de quien lo asume. Inspirada en las filosofías hermenéuticas, la operación hermenéutica ha de constar de tres fases: escuchar la palabra a partir de la situación presente, discernir los aspectos de la situación presente que el texto ilumina o cuestiona y extraer la plenitud del sentido de elementos susceptibles de hacer evolucionar la situación presente de una manera fecunda.

Para conseguir una verdadera inculturación, la traducción no es suficiente, se ha de continuar por medio de una interpretación que ponga el mensaje en relación más explícita con las maneras de sentir, de pensar, de vivir y de expresarse propios de la cultura local. El ser humano ha de interpretar para compensar sus carencias, “la interpretación se convierte en el síntoma activo de manifestación de un deseo en el que hierve la voluntad de permanecer”⁴⁵.

Las comisiones éticas han tenido presente, en los últimos años, el aumento de la oferta metodológica, tanto por lo referente a la lectura –buscar lo que dice el texto–, como en relación con la lectura hermenéutica –qué me dice el texto–. También, hemos de tener presente que al utilizar la contraposición axiológica-hermenéutica queremos indicar la distinción entre una actividad práctica de interpretación y la reflexión acerca de esta actividad dentro de un marco teórico.

Conocer y comprender no es más que expresar dicha realidad a uno mismo y a los demás, por tanto, interpretarla. Toda interpretación de un texto, por muy objetiva que pretendamos realizarla, ha de tener su punto de partida en una comunidad y en una tradición.

En el análisis de textos y fuentes sobre las que queremos investigar, hemos de partir de un modelo teórico compuesto por dos tipos de saberes: el saber explicativo y por otra parte el saber comprensivo. En cuanto al primero, el saber explicativo o de manera resumida, la formulación de la cuestión de lo que es explicitar, deberíamos decir que se trata de dar razón a las manifestaciones particulares y reconducirlas a leyes universales; en cuanto al saber comprensivo, se nos obliga a la captación de lo que es particular en su sentido y en su significación previa. Todo conocimiento es creación de sentido y la verdad hermenéutica es subjetiva, porque ha de ser interpretada y reflexionada desde nuestra posición. Es en estos apartados donde nos podemos topar con la dificultad de la existencia de un dualismo entre las ciencias de la naturaleza y las ciencias humanas que, “son las captadas por las vivencias”⁴⁶, que nos introduce en el mundo de las relaciones entre individuos, en todos aquellos acontecimientos que giran en torno del ser humano; un hecho que nos obligará a una comprensión de las objetivaciones del espíritu. Las ciencias de la naturaleza, por el contrario, son aquellas que hacen referencia a fenómenos externos al hombre, una experiencia externa de hechos materiales. Queda claro, que dadas las características de nuestros trabajos e investigaciones, nos hemos de basar en una hermenéutica propia de las ciencias humanas, que son aquellas que tratan de la vida interna de los seres humanos o de las expresiones de la vida interna incorporadas históricamente a los productos de la naturaleza, se hará necesario la aplicación del principio de la interpretación y de la comprensión, está última, referida a hechos deontológicos, una característica que nos obligará a introducirnos necesariamente en el mundo de la tradición deportiva. La hermenéutica, en este contexto se presenta como un método de descubrimiento que ha de complementar la investigación empírica, de manera, que la reconstrucción de una situación histórica o social nos exija revivir las experiencias humanas. La praxis hermenéutica nos obligará, también, a interpretar manifestaciones y objetivaciones de la vida humana. El presente y el pasado se pueden vincular por medio de un relato escrito en clave hermenéutica, comprender los textos del pasado nos ayudará a entender el presente con el objetivo de mejorar la formación integral de las personas, también, como protección a los valores de la cultura y de la humanidad.

Ricoeur⁴⁷ comentaba cómo la fenomenología de la memoria, la epistemología de la historia y la hermenéutica de la condición histórica eran las tres metodologías más importantes a la hora de

⁴⁵ J. Esteban, “Reflexibilidad hermenéutica en educación”, en *Cultura, Hermenéutica y Educación*, ed. J. Esteban (Valladolid: Universidad Europea Miguel de Cervantes-CEINCE, 2008), 53.

⁴⁶ Heidegger, *El ser y el tiempo*, 59.

⁴⁷ P. Ricoeur, *La memoria, la historia y el olvido* (Madrid: Trotta, 2010).

abordar una investigación de estas características, en resumen, se formuló la pregunta de lo que sucedía con la representación en presente de una cosa o de un hecho ausente, Ricoeur lo denominó con el término *eikon*.

La hermenéutica referente a los valores deportivos, en cuanto a doctrina de la comprensión es una doctrina de la palabra, no entendida sólo como la letra de unos textos-difusión, sino como algo dinámico, como un acontecimiento, una iluminación de nuestra realidad humana.

Recopilación contextual e interpretación semántica

Hemos de tener en cuenta que la historia conceptual no sólo interpreta, sino que vigila y tiene cuidado del incorrecto traslado de expresiones y sentidos a través del tiempo, “la historia conceptual se mueve en la tensión entre el concepto y el estado de las cosas que reseña”⁴⁸. Vaya por delante que, en esta breve recopilación, pretendemos además de explicar, desarrollar una crítica de las interpretaciones y de los usos textuales que tan frecuentemente se fundamentan en una continuidad inalterable. Koselleck, comentaba, “he contribuido a descubrir por mi análisis del lenguaje que cada concepto indica estabilidad o cambio y que la división entre pasado y futuro está internamente contenida en el mismo”⁴⁹. El hecho radica en que la evolución de los conceptos significa, como bien explica Fullat⁵⁰, la pérdida de una parte de la carga del pasado que conlleva internamente cada concepto. Necesitamos distinguir entre pasado y futuro porque es precisamente la estructura temporal interna de algunos conceptos la que produce diferencias temporales en la conciencia de los hablantes. Los conceptos no tienen historia, pero son justamente éstos los que nos permiten recoger la multiplicidad de una experiencia histórica, “la historia conceptual al describir los cambios históricos experimentados por los conceptos en el tiempo, confirma, por un lado, la presencia del tiempo histórico, con su cambio, y por otro, una identidad del concepto que cambia”⁵¹.

Conclusiones

Como conclusiones metodológicas del trabajo, comentar en primer lugar, que hemos intentado presentar una exposición valorativa de los diversos métodos, acentuando el valor del método histórico, aunque consideramos la pluralidad de los diversos métodos y aproximaciones hermenéuticas como un hecho positivo y enriquecedor para la lectura. El camino que hemos pretendido seguir es llamado a ser repensado teniendo en cuenta que la hermenéutica contemporánea ha puesto en evidencia la implicación de la subjetividad en el conocimiento, especialmente en el conocimiento histórico. Actualmente, creemos que somos prisioneros de una concepción naturalista. El hombre es una cosa entre las cosas, la pasividad del sujeto ante los acontecimientos que suceden a su alrededor otorga este componente objetivo a la visión o concepción naturalista. De la actitud del hombre delante del mundo pueden depender muchas cosas. También, hemos tenido en cuenta en estas reflexiones, la experiencia de los hechos del pasado que condicionan la propia interpretación de la realidad. El ser humano se ha de abrir a realidades nuevas, puesto que no es sólo, “un ser, sino que es un –estoy aquí–”⁵². El hombre –es– porque comprende los hechos que otorgan sentido a la vida, en caso contrario no existiría la misma. Cuando hemos hecho referencias a la hermenéutica pretendíamos hacernos eco de la lucidez del ser humano, puesto que, “en la comprensión radica una comprensión de la existencia”⁵³.

La interpretación de los textos y así lo queremos destacar en nuestras conclusiones, nos ha de ayudar a la comprensión de nosotros mismos y también a la del mundo que nos rodea, si lo

⁴⁸ Vilanou, “Historia conceptual”, 181.

⁴⁹ Fernández, “Historia conceptual”.

⁵⁰ O. Fullat, *Antropología filosófica de la educación* (Barcelona: Ariel, 1997), 167.

⁵¹ Vilanou, “Historia conceptual”, 183.

⁵² Heidegger, *El ser y el tiempo*, 125.

⁵³ Marquès, *L'hermenèutica filosòfica contemporània*, 123 [traducción del autor].

hacemos desde una óptica naturalista conseguiremos una visión muy acotada del mundo; si en cambio, lo hacemos desde una correcta actitud hermenéutica nos conducirá a despertar un interés por unos acontecimientos y unos hechos que aunque sucedieron en el pasado han vuelto a convertirse en algo fundamental en el terreno de la axiología deportiva.

Ha sido muy importante a lo largo del trabajo tener conciencia de esta subjetividad, nos ha ayudado a desprendernos de nuestros prejuicios. También al estar nuestro estudio englobado dentro de una investigación histórica crítica nos ha obligado a dirigir nuestra metodología hacia unos determinados presupuestos.

Es necesario, por tanto, para comprender los textos sobre valores deportivos desprendernos de nuestras propias vivencias y de nuestras experiencias previas.

El gran valor hermenéutico que supone la lectura de dichos textos queda puesto de manifiesto por el hecho de que nos permiten un distanciamiento crítico frente a la tradición cultural, mostrándonos las restricciones de ésta y por ser de utilidad para descubrir otras formas de vida. Ser deportivamente pedagógico consiste en reconocer en los textos axiológicos deportivos una fuente decisiva, si son escuchados mediante actitudes abiertas iluminarán nuestra realidad investigadora.

Bibliografía

- Amilburu, M. G. “La cultura como texto. Hermenéutica y educación”. En *Cultura, Hermenéutica y Educación*, editado por J. Esteban, 105-18. Valladolid: Universidad Europea Miguel de Cervantes-CEINCE, 2008.
- Arendt, H. *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 2018.
- Arranz, J. *Futbol i religió. Dimensió simbòlica i pedagògica*. Tesis doctoral, Departament de Teoria i Història de la Educació, Universitat de Barcelona, 2012. <https://www.tdx.cat/handle/10803/53591>.
- Bauman, Z. *Los retos de la educación en la modernidad líquida*. Barcelona: Gedisa, 2007.
- Corriente, F. y J. Montero. *Citius, Altius, Fortius. El libro negro del deporte*. Logroño: Pepitas de calabaza, 2011.
- Duch, L. y J. C. Mèlich, *Escenaris de la corporeitat. Antropologia de la vida quotidiana*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2003.
- Esteban, J. “Reflexibilidad hermenéutica en educación”. En *Cultura, Hermenéutica y Educación*, editado por J. Esteban, 45-56. Valladolid: Universidad Europea Miguel de Cervantes-CEINCE, 2008.
- Fernández, J. “Historia conceptual, memoria e identidad (I)”. *Revista de libros*, n.º 111 (2006). https://www.revistadelibros.com/articulo_imprimible.php?art=2795&t=articulos
- Frankl, V. *El vacío existencial*. Barcelona: Herder, 2019.
- Fullat, O. *Antropología filosófica de la educación*. Barcelona: Ariel, 1997.
- Gadamer, H.-G. *Verdad y método*. Salamanca: Sígueme, 1995.
- Garoz, I. *Juegos y Deportes*. Servicio de publicaciones Universidad Autónoma de Madrid, 2005.
- Heidegger, M. *El ser y el tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- Huizinga, J. *Homo Ludens*. Buenos Aires: Emece Editores, 1957.
- Jeu, B. *Análisis del deporte*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1988.
- Lanceros, P. “Reinhart Koselleck, filósofo dedicado a la historia semántica”, *elmundo.es*, 10 febrero 2006, <https://www.elmundo.es/elmundo/2006/02/09/obituarios/1139474381.html> (consultado el 29 diciembre 2020).
- López, F. y E. Isidori. “El origen deportivo de la democracia. Una aproximación filosófica”. *Movimento* 24, n.º 2 (2018): 495-508.
- Lüschen, G. y K. Weiss. *Sociología del deporte*. Valladolid: Editorial Miñón, 1979.
- Marqués, A. *L'hermenèutica filosòfica contemporània. A Qüestions de Vida Cristiana. Fe i Interpretació*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2001.
- Olivera-Betrán, J. y X. Torredadella-Flix. “Del sport al deporte. Una discusión etimológica, semántica y conceptual en la lengua castellana”. *Revista Internacional de Medicina y Ciencias de la Actividad Física y del Deporte* 15, n.º 57 (2015): 61-91.

- Pagès, A. “Bases hermenèutiques de l'educació. Vers una lectura pedagògica de H.G. Gadamer”. *Temps d'Educació*, n.º 29 (2005): 167-188.
- Pagès, A. *Al filo del pasado. Filosofía hermenéutica y transmisión cultural*. Barcelona: Herder, 2006.
- Ricoeur, P. *Teoría de la interpretación. Discurso y excedente de sentido*. Madrid: Siglo XXI, 2003.
- Ricoeur, P. *La memoria, la historia y el olvido*. Madrid: Trotta, 2010.
- Ruedas, M., M. Ríos y F. Nieves. “Hermenéutica: la roca que rompe el espejo”. *Investigación y Postgrado* 24, n.º 2 (2009): 181-201.
- Sebastián, R. *Los filósofos griegos y el deporte. La contribución de la filosofía clásica a la ética del deporte*. XIX Congrés valencià de Filosofia. València: Facultat de Filosofia, 2012.
- Séneca, L. A. *Sobre la tranquilidad del alma*. Madrid: Alianza Editorial, 2010.
- Spaemann, R. *Ética, cuestiones fundamentales*. Pamplona: Eunsa, 2005.
- Terricabras, J. M^a. *I a tu, què t'importa. Els valors, la tria personal i l'interès col·lectiu*. Barcelona: Edicions la campana, 2002.
- Turró, G. *Humanisme i esport, proposta d'una axiologia pedagògica*. Tesis doctoral, Departament de Teoria i Història de la Educació, Universitat de Barcelona, 2010.
- Turró, G. “Esport, educació i valors, una proposta humanística”. *Temps d'Educació*, n.º 40 (2011), 263-78
- Vaccarili, A. *Por una hermenéutica educativa a través de la literatura en los diversos contextos del planeta*. A *Cultura, Hermenéutica y Educación*. Valladolid: Universidad Europea Miguel de Cervantes, 2008.
- Vázquez, M. E., “Reseña de ‘Futuro pasado’ de Reinhart Koselleck”. *Relaciones. Estudios de historia y sociedad* XXIV, n.º 95 (2003): 300-5. <https://www.redalyc.org/pdf/137/13709512.pdf>
- Vilanou, C. “Historia conceptual e historia intelectual”. *Ars Brevis*, n.º 12 (2006): 165-90.
- Vilanou, C. “Humanismo, formación y hermenéutica. La memoria a priori pedagógica”, en *Cultura, Hermenéutica y Educación*, coordinado por Joaquín Esteban Ortega, 73-87. Valladolid: Universidad Europea Miquel de Cervantes, 2008.